

HT-55

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Tema:

**POSICIONAMENTO DOS CHEFES TRADICIONAIS E  
O COMPORTAMENTO DA SUA AUTORIDADE PERANTE O  
PODER POLÍTIICO CENTRAL NO  
DISTRITO DE MARRACUENE**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA EM CUMPRIMENTO PARCIAL DOS  
REQUISITOS EXIGIDOS PARA A OBTENÇÃO DO  
GRAU DE LICENCIATURA NA  
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

F. LETRAS U.E.M.  
R. E. 25 184  
DATA 21/ Maio 1998  
AQUISICAO *colta*  
COTA: HT-55

**Candidato: Guilherme João Baptista Mbilana**  
**Maputo, 1997**

39:32(679)  
M478p.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos, Caló e Hugo, a minha esposa Mira, aos meus parentes e amigos sem esquecer a perseverança do tutor do trabalho.

### DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

## RESUMO

Este estudo pretende oferecer uma perspectiva de análise e interpretação do comportamento da autoridade tradicional em relação ao poder político Central. O corpo principal do trabalho é constituído por quatro capítulos que incluem o seguinte:

- a) Na primeira parte, capítulo I, relativa a introdução, procuramos abordar de maneira crítica a posicionamentos de certos autores que se debruçam sobre a problemática da autoridade/poder tradicional. Também, adiantamos algumas visões nossas acerca da questão, sobretudo no que concerne a sua relação com o poder do Estado.
- b) No capítulo II, apresentamos os aspectos de geografia física e humana, e a descrição comentada e ilustrada do quotidiano dos administradores coloniais no período 1940-1960, no que diz respeito, ao seu relacionamento de trabalho com os chefes tradicionais, vulgo regedores, no que é descrito como forma de administração indirecta.
- c) Na terceira parte, capítulos III e IV, apresentamos um quadro das várias formas de nomeação e sucessão dos chefes tradicionais, bem como os processos de legitimação da linhagem Mabzhaya no distrito de Marracuene.
- d) Uma quarta parte, capítulos V e VI, abrange o período 1975-1994. Nesse período, o papel dos chefes tradicionais não figura no novo modelo de administração política e territorial. Contudo, porque são uma instituição sócio-cultural enraizada nas comunidades, funcionaram informalmente, assumindo-se como "*Um poder na sombra*". Presentemente há poucas dúvidas sobre quem são os representantes legítimos do poder tradicional.

Por fim, na conclusão e nas recomendações sugerimos questões para posterior estudo e procedimentos que possam contribuir para a desejada coabitação entre os valores do mundo tradicional e moderno.

## ÍNDICE

I. Introdução	1
I.1. Princípios Gerais e Objectivos	1
I.2. Razão da Escolha do Distrito de Marracuene	2
I.3. Abordagem Crítica à Bibliografia Geral	2
I.4. Comentário Breve sobre as Fontes	7
I.5. Metodologia e Fontes	8
I.6. Hipóteses de Trabalho	9
II. O distrito de Marracuene	13
II.1. Localização Geográfica e Aspectos Gerais	13
II.2. Caracterização da População	13
II.3. História Administrativa e Sócio-Económica	16
II.3.1. Aspectos Administrativos	16
II.3.2. Aspectos Sócio-Económicos	19
II.4. Posição dos Regedores: ca 1940 - ca 1960	21
II.4.1. A Autoridade Tradicional e a Legislação Colonial que Regulamenta o Espaço de Actuação	21
II.4.2. Postura dos Administradores Coloniais no Tocante ao Prestígio e Autoridade dos Chefes Tradicionais no seu Novo Papel	23
II.4.3. As Insígnias e os Incentivos devidos aos Regedores na Missão Administrativa.	25
II.5. Questão de Terras	28
II.6. Migração de Trabalhadores	35
III. A Imagem do Chefe Tradicional	38
III.1. Atributos Consignados ao Chefe Tradicional	38
III.2. O Chefe Tradicional e o Nyanga	39

III.3. Formas de Nomeação e Sucessão	40
IV. Os Chefes Mabzhaya e a sua Legitimação	45
IV.1. Os Nondjwana versus Ngomana	45
IV.2. Dos Matchinana Mabzhaya aos Nhlewana Mabzhaya: Debate Genealógico da ordem Sucessória de Chefia	52
V. Estrutura Política Local no Pós-Independência: Um Poder na Sombra	59
V.1. Implantação da nova ordem	59
V.2. Os Chefes Tradicionais: Um Poder na Sombra	65
V.3. Os Secretários dos GD's: Incapacidade de se Legitimarem	66
VI. Restauração dos Modelos Político-Institucionais ditos Tradicionais como base alargada do Poder do Estado	69
VII. Conclusão	76
VIII. Recomendações	79
Bibliografia	I
Fontes Orais	III
Anexo 1	V
Anexo 2	X
Anexo 3	XV
Anexo 4	XVIII
Anexo 5	XXI
Anexo 6	XXIII
Anexo 7	XXIV
Mapa	

# CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

## I.1. PRINCÍPIOS GERAIS E OBJECTIVOS

O presente trabalho, procura ser uma contribuição à construção de uma visão conceptual em relação ao tema autoridade/poder tradicional, como fonte da legitimidade do poder central nos micro-espacos.

A nossa reflexão teórica insere-se na discussão de opiniões formuladas por vários especialistas sobre fenómenos de natureza empírica que caracterizam formas de organização tradicional em relação ao poder central. O que ressaltam, é o interesse e a importância que atribuem ao enquadramento da autoridade/poder tradicional no sistema moderno de poder de Estado nas sociedades africanas locais.

Como o trabalho incide sobre processos contemporâneos, exigiu-se de nós muita prudência. Incorríamos no risco de nos comprometermos com visões que, de certa forma, podiam acicatar conflitualidades em face do binómio tradicional e o moderno.

O nosso objectivo com esta reflexão é identificar a conexão entre os processos de governação e o grau de sua sustentabilidade ao nível dos poderes locais.

Ora descrevendo e analisando aspectos gerais e específicos que compreendem o tema, tentamos demonstrar que factos decorrentes de espaços distantes entre si, podem interagir em espaços localizados. Para isso buscamos o distrito de Marracuene para reflectir sobre os processos de legitimidade da autoridade/poder tradicional.

## I.2. RAZÃO DA ESCOLHA DO DISTRITO DE MARRACUENE

O espaço que é objecto do nosso estudo tem relevância pela riqueza do seu Fundo documental. Dentre a documentação escrita, os relatórios e diários de serviço dos administradores coloniais que tratam dos antecedentes e da transformação da autoridade/poder tradicional, bem como a sua persistência depois da ocupação colonial despertaram em nós o interesse pela escolha do local. Outro factor que inspirou a escolha da região de Marracuene foi o passado histórico de unidade e de oposição a autoridade colonial, liderada pelo régulo Mahazule. Acontecimento esse referido por um antigo Secretário do governo do distrito de Lourenço Marques:

*"No dia 27 de Agosto de 1894, espalhou-se pela cidade de Lourenço Marques como uma surpresa desagradável a notícia de que alguns dos Indunas (grandes) do régulo Mahazuli, reunidos em Anguane, séde do commando militar das terras da coroa, tinham á força soltado um d'elles, que fôra preso, espancado o commandante militar e tomado uma atitude hostil contra o pequeníssimo destacamento do batalhão de caçadores n.º 3 que ali estava e alguns cypaes."*

Por outro, é a terra natal de grandes artistas plásticos e homens das letras, que, no plano internacional conquistaram simpatia e muitos admiradores; é o caso de Malangatana Valente Ngwenya, Lindo Hlongo, entre outros. A facilidade de acesso a partir da cidade de Maputo, também influenciou na opção tomada.

## I.3. CRÍTICA À BIBLIOGRAFIA GERAL

O que se pretende com o comentário bibliográfico é reunir a ferramenta necessária que possa inspirar um modelo alternativo, de sistema sócio-político com características eminentemente africanas. Encontrar formas conceituais de encarar e interpretar as lideranças tradicionais, os padrões de pensamento, comportamento e valores localizados, mas compreendidos como elementos e instituições de um todo integrado, que é o poder do Estado.

Seria pois assegurar que este poder emergisse das próprias comunidades, onde ele é assumido e controlado pelos respectivos membros. Assim, este desejo de excluir a separação do poder do Estado e dos chefes tradicionais, deve alicerçar-se nas formas de entrosamento que permitam uma convivência útil para a sociedade, definindo claramente, as regras de articulação e papéis respectivos.

---

<sup>1</sup> Eduardo Noronha, A rebelião dos indígenas em Lourenço Marques.-Lisboa: Typografia do Jornal-O DIA, 1894.-p.5

Todavia, isto requer o abandono das políticas discursivas de entidades africanas, que, de certo modo, desqualificam os sistemas de valores e de referência locais.

Tal como a este respeito, se referia um investigador *"ao entrar numa igreja inglesa é costume que os homens tirem o chapéu e não os sapatos; ao contrário, numa mesquita muçulmana, tiram o calçado, mas não o que levam na cabeça"*<sup>2</sup>. Desta maneira, consideramos significar desqualificação negar ou desrespeitar estas práticas. A imposição de costumes exteriores constituirá alienação e desculturação.

Segundo Augusto Lima, o poder de Estado deve sempre pressupor, *"que o tipo de organização territorial seja progressivamente suplantado por uma estrutura política que ultrapasse os limites das relações dentro da comunidade, indivíduo a indivíduo, indivíduo-grupo ou grupo a grupo, criando entre as diversas formas de organização territorial um conjunto de laços inteiramente novos"*<sup>3</sup>.

É óbvio, que o que se procura não é atribuir um tratamento subalterno à forma de organização tradicional em relação ao Estado, pelo contrário, a ideia é que a organização tradicional deve ser incorporada no modelo de poder de Estado.

Seguramente que o Estado, terá de ser uma instituição capaz de garantir a autonomia cultural ou social da comunidade, esforçando-se sempre por manter certa ordem nas unidades locais, assim como a nível da sociedade em geral.

Porque, citando François Pouillon, *"os chefes locais representam a autoridade central em relação aos seus distritos, mas também representam o povo que lhes está sujeito em relação à autoridade central"*. Ainda que revestido de alguma polémica, as opiniões de certos autores ressaltam esta realidade em que os líderes locais desempenham papéis de compromisso entre o poder e autoridade de um lado e obrigações e responsabilidades do outro.

A este propósito, Balandier, refere *"que a ambiguidade é um atributo fundamental do poder"*. Debruçando-se sobre o poder/autoridade tradicional, diz que é, ao mesmo tempo aceite (enquanto garante da ordem e da segurança), venerado (por virtude das suas implicações sagradas) e contestado (porque justifica e mantém a desigualdade).<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Evans-Pritchard, E.E., Antropologia Social, Lisboa:Edições 70, 1940,p.35:

<sup>3</sup> A.Mesquitela Lima, B. Martinez, J.L.Filho, Introdução á Antropologia Cultural.-Lisboa:Editorial Presença, 1987.-p.130,131.

<sup>4</sup> George Balandier, Antropologia política.- Lisboa: Editorial Presença: Biblioteca de Textos Universitários, 1980.- p.50.

A noção de ambiguidade deste poder, na óptica de Balandier, está subjacente no que, o antropólogo americano Leslie White pretendeu determinar do Estado Tradicional pelas suas formas e pelas suas funções. Segundo o qual, "define-o como assumindo o encargo de preservar a integridade do sistema sócio-cultural de que é uma parte"<sup>5</sup>

Este poder é contestado, porque no papel de conservação do sistema enquanto todo oculta uma função específica: manutenção das relações de subordinação e de exploração.

Por esta razão se podem explicar os receios de algumas forças políticas e económicas, quanto ao retorno, no caso moçambicano, da autoridade/poder dos chefes tradicionais. Estes receios proveêm com maior amplitude, de indivíduos ou grupos que emergiram e ganharam proeminência, jamais possível com os chefes tradicionais no activo.

Também, a contestação à função de manutenção das relações de subordinação e de exploração no Estado tradicional, vem questionar a corrente de autores que apregoa o retorno da autoridade/poder tradicional, sem ao menos identificar o que seria de aproveitar nesta reflexão para o futuro.

Iraê Lundin aborda a problemática do poder/autoridade tradicional sob premissas de uma legitimidade do poder expressa através de símbolos de direitos de cargo e de direitos de uso. Considera que as oferendas, entre outras, podem ser o peito e a cauda de qualquer animal abatido dentro do território do chefe, sendo esses os direitos de cargo. Quanto aos direitos de uso, na sua opinião, são a bengala, a pele de animal, etc. A autora chama de simbologia da autoridade chefal a participação e direcção dos chefes tradicionais nas cerimónias/rituais da comunidade. Porém, contradiz-se e fica imprecisa na sua descrição quando discute o conceito de autoridade ou poder tradicional no período colonial, concretamente, o que apelida de sociedade africana local em relação ao poder colonial.

*"A autoridade local é vista como aquela que tinha autoridade, e o poder colonial como o que tinha poder. A diferença está na legitimidade versus força"<sup>6</sup>.*

Analisando criticamente, somos de opinião que os chefes tradicionais, na época colonial, continuaram a dispôr dos já mencionados símbolos de direitos de cargo e de uso que, segundo a autora, eram expressão de poder. Mas não só, gozaram também da simbologia de autoridade, expressa na liderança dos rituais locais.

<sup>5</sup> George Balandier, op. cit. - p. 135

<sup>6</sup> Iraê Lundin, Algumas Considerações sobre a Sociedade Amakhuwa, Maputo: MAE, 1992.- p.25

O que aconteceu foi a introdução de novas insígnias tais como o fardamento e um conjunto de obrigações de interesse para os objectivos do regime colonial.

Outro debate sobre o qual importa reflectir, é levantado por Abrahamsson e Nilsson. Defendem que "as normas e formas de organização correspondentes que geriam a produção e a distribuição de recursos nas sociedades pré-industriais e pré-coloniais, poderemos chamar de sociedade tradicional."<sup>7</sup>

Esta tese remete-nos à conclusão simplista e leviana, desqualificadora, de que as sociedades tradicionais são uma característica dos africanos. É uma visão eurocentrista, de que elas existem porque estão em oposição ao progresso, por serem arcaicas e atrasadas.

Estes autores deixam transparecer que estão carregados de valores e pensamento ocidentais, os quais servem de referenciais. Aparentemente, não reconhecem que as sociedades tradicionais reflectem as dinâmicas locais de progresso e transformações constantes inerentes a elas próprias.

É nesta óptica que parece lógico afirmar, que as tradições não são corpos ou realidades inertes, apenas de africanos. Sofrem mutações permanentes no tempo e no espaço, tal como, o rapé e o uputso são substituídos pelo cigarro e vinho nos actos de "Kupahla".

Na mesma esteira, negam que a sociedade tradicional seja parte da sociedade civil, porque, segundo eles, a sociedade civil surge num contexto para as normas e formas de organização que coexistem com uma economia de mercado.<sup>8</sup> É simplesmente tendencioso e incompreensível limitar a existência da sociedade civil à doutrinas de desenvolvimento económico. Acima de tudo, acreditar que possa existir uma sociedade tradicional sem a componente sociedade civil.

Estamos também em desacordo com a tese de Agostinho Zacarias sobre a tradição e suas formas de legitimação. Ele defende que "muito do que é tradição se tornou tradição porque foi legitimado pelas elites que detém o poder espiritual, moral ou físico sobre indivíduos ou comunidades. As tradições enraizaram-se por decreto, por persuasão, coação e indoutrinação e, muitas vezes, permanecem imutáveis porque representam os interesses e o estado privilegiado das elites dominantes"<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Hans Abrahamsson, Anders Nilsson, Moçambique em Transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992.-Maputo:CEEI-ISRI, 1994.-p.329

<sup>8</sup> H. Abrahamsson, A. Nilsson, op. cit.-p.329

<sup>9</sup> Agostinho Zacarias, Reflexão sobre a autoridade tradicional e a construção da nação moçambicana.- Maputo:Savana;Destacável, 8.03.1996.-p.2

Esta argumentação traduz uma estreiteza de visão, tende a reduzir as comunidades a puros receptáculos passivos. Não reconhece a capacidade das comunidades de produzirem instrumentos que possam legitimar os seus próprios comportamentos, vivências, reacções do seu quotidiano. Gravitando esta capacidade e autoridade de legitimar a um corpo reduzido de indivíduos, que segundo diz, também o fazem imperando por mecanismos não naturais.

Este autor, também, peca por considerar que "as mudanças das tradições se conseguem por força das elites, que introduzem novas ideias e práticas que as popularizam ou impõem-nas no resto da comunidade"<sup>10</sup>. A afirmação supramencionada pode ser desmentida com o recurso a evidências empíricas. O fenómeno do "chupa-sangue", que se popularizou partindo das comunidades e, apenas entre elas. Tornou-se um ritual de contestação e rejeição a uma certa ordem, não inventado por elites.

Outros exemplos do peso das bases locais encontramos nas cidades. Na alteração da toponímia vigente por altura da proclamação da independência, nomes como George Dimitrov, Luís Cabral, entre outros, não se enraizaram entre as populações, que mantiveram as anteriores designações de Chinhambanine, Benfica, etc. Outro exemplo, é o da expansão meteórica do sector informal, do fenómeno "barracas" que, por aquilo que julgamos saber não resultou de qualquer orientação superior ou de elites.

Por último, continuando na crítica deste autor, de referir que sustenta que a tradição pode constituir um travão ao progresso, exemplificando que, o fornecimento de serviços de saúde, educação, água e energia podem trair a tradição, uma vez que em qualquer dos casos as populações devem deixar para trás os túmulos dos seus antepassados.<sup>11</sup> Discordamos com esta argumentação porque os povos sempre se deslocaram, migraram deixando os túmulos dos seus antepassados. Isso não constituiu abandono das tradições ou sacrifício destas, em benefício dos condicionalismos de desenvolvimento. Nos casos de mudança de residência, o que é habitual fazer-se, é o ritual de transladação dos espíritos dos ancestrais para o novo lugar ou casa. Isso faz-se pela construção de uma palhota (casa) para eles (os espíritos) no novo lugar. De seguida, realiza-se o ritual de "os meter no interior da casa ou ndômba". Portanto, o problema não é o túmulo em si, mas sim, o ritual de transladação dos espíritos de um para outro local.

---

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> A. Zacarias, op.cit.-p.4

A obra *"Terra e Autoridade Política no pós guerra em Moçambique: o caso da província de Manica"*, de Jocelyn Alexander é de grande importância no tratamento da questão do poder local. Oferece contribuições valiosas sobre a problemática das relações entre o Estado e as autoridades tradicionais no pós-independência. Com Christian Geffray, traça um quadro que permite a compreensão do impacto do alheamento do Estado, no período posterior à independência, em relação a autoridade tradicional, sobretudo no discurso estereotipado dos políticos no poder.

Geffray e Alexander reflectem sobre as repercussões do autoritarismo estatal no posicionamento das comunidades, em especial dos então régulos, no movimento de insurgência às novas políticas de ordenamento rural, as aldeias comunais. Contudo, pecam por fazer abordagens demasiado sentenciosas, que referem não ter existido qualquer espécie de colaboração entre os órgãos do Estado e os chefes tradicionais. É o mesmo que dizer, que as formas de actuação dos diversos órgãos do Estado foram profundamente uniformes. O objectivo do nosso trabalho visa contrariar este aspecto, procura demonstrar que há uma herança que permaneceu, naquilo que designamos "poder na sombra".

Por fim, mencionar que Balandier, analisa o universo político de abrangendo e o tradicional e o moderno. Centra o debate na questão dos diferentes tipos de poder, do recurso que o poder moderno e as formações políticas podem fazer ao poder tradicional para se legitimarem. Associa à sua análise, os pólos de referência identitária da legitimidade dos que exercem o poder/autoridade tradicional.

#### 1.4. COMENTÁRIO BREVE SOBRE AS FONTES ESPECÍFICAS

Sobre o período 1940/1960, a documentação administrativa consultada para a consecução deste trabalho, revelou-se de extrema utilidade, sobretudo os registos de diários de serviço dos administradores da então circunscrição de Marracuene. Algumas destas referências são contextualizadas na autobiografia de T. Sacadura Botte que administrava Marracuene no início da década dos anos 40.

Os registos esclarecem implicitamente, os mecanismos de nomeação, sucessão e, até a destituição dos já designados regedores ou régulos. Convém aqui sublinhar, a interferência das autoridades coloniais nos processos locais que regiam a escolha e a manutenção dos chefes locais.

A interacção entre os regedores e as autoridades coloniais constituiu opção normativa e funcional, no robustecimento das redes de controle administrativo local tendentes, a defender os interesses de dominação colonial.

Esta constatação pode ser reforçada por Tristão Bettencourt e Cárcomo Lobo que, com maior ou menor profundidade, convergem nas suas reflexões sobre a autoridade tradicional, estabelecendo uma relação intrínseca com a legislação colonial. Trata-se de uma literatura com a finalidade de sistematizar os instrumentos de incorporação da autoridade tradicional nos quadros da administração colonial.

No que concerne a legislação colonial, para o efeito, Melo Teixeira e a obra "*Estudos Coloniais Portugueses*", esclarecem de forma pormenorizada, o pacote de leis que promoveram a estratégia da administração colonial sistematizada. O lema era: "*dominar e administrar os territórios efectivamente*"<sup>12</sup>.

De um modo geral, o conteúdo dos registos dos diários de serviço dos administradores coloniais, bem como a literatura existente para a época, traduzem uma prática de articulação com as autoridades coloniais.

Porque ao longo deste trabalho, procuramos explorar a documentação específica para sustentar a nossa argumentação, achamos inútil dedicar espaço largo no comentário crítico.

## 1.5. METODOLOGIA E FONTES

Este trabalho tem um carácter histórico-antropológico. Analisa processos históricos e sistemas de governação e legitimação. Os passos para a sua realização foram faseados, alternando entre o trabalho de campo e a análise de fontes escritas.

Neste quadro, entrevistámos líderes locais, desde chefes tradicionais a chefes de terras, seus parentes e elementos da comunidade sobretudo anciãos, secretários de Grupos Dinamizadores e outros indivíduos "*bem*" entendidos no assunto.

Por que necessário, integramos na realização do nosso trabalho, a observação participante, ora participando em cerimónias tradicionais, visitas a lugares sagrados onde o papel dos chefes tradicionais é materializado por meio da evocação de fenómenos de índole sócio-cultural das comunidades.

---

<sup>12</sup> Estudos Coloniais Portugueses: Exploração Portuguesa em Moçambique 1500-1973.-Lourenço Marques: Tipografia Progresso, 1975.-p.62

Ao longo da elaboração procuramos inserir, a espaços, excertos de depoimentos dos nossos entrevistados. Esta técnica é intencional, visando dar voz aos elementos da comunidade que porventura terão vivido com enorme intensidade as vicissitudes das mutações sociais e culturais, bem como, o impacto do poder interventivo das instituições. Nos anexos apresentamos uma versão traduzida e resumida de alguns dos principais informadores, para documentar mais coerentemente as suas informações.

Houve consulta à documentação primária, sobretudo o Fundo de Marracuene, realizada no Arquivo Histórico de Moçambique. No que se refere às chefias locais, o corpo do trabalho tem como pano de fundo, o debate na sucessão genealógica no grupo linhageiro Mabzhaya, baseando-nos na tese de Martha Binford e nos trabalhos escritos por Junod, bem como a tradição local existente.

## 1.6. HIPÓTESES DE TRABALHO

As mudanças ocorridas em Moçambique desde a fixação colonial portuguesa, até ao momento em que redigimos este trabalho de investigação, terão influído bastante no perfil dos chefes tradicionais com relação ao período pré-colonial.

Debruçámo-nos sobre dois grandes períodos históricos, em que as autoridades tradicionais corporizam formas de desempenho totalmente distintas à luz das instituições do poder.

Esses períodos são, nomeadamente:

- 1) O período de vigência do estado colonial português, 1895-1975
- 2) O período pós-independência à 1994, ano das eleições gerais e multipartidárias.

A fase pré-colonial, na qual nas sociedades tradicionais africanas o tipo de relações entre os membros era predominantemente regido numa base sócio-cultural, do grupo étnico ou clã, a autoridade tradicional era legitimada por esse mecanismo de relação entre os membros, ou seja, segundo regras e normas definidas pelas próprias pessoas e não pelas alianças inter-clânicas.

Deste modo, a fonte de legitimidade da chefia tradicional era a disposição do quadro social communente aceite pela comunidade.

O primeiro grande período, é o de vigência do sistema colonial. Desempenhou uma forma plural de legitimidade da autoridade tradicional, integrada na visível estratégia de, sem causar muitas perturbações na ordem social já existente, encontrar formas de equilíbrio na maneira de actuação desta autoridade.

O poder colonial conservou estas chefias sob a designação de autoridades gentílicas, conferindo a continuidade a alguns, num quadro administrativo territorial conhecido por regedorias, grupos de povoações e povoações.

Por outro lado, as próprias comunidades eram a componente fundamental, tal como sempre o foram, na legitimação dos chefes. Porém, os processos que conferem legitimidade distanciam-se dos atrás referenciados em relação ao Estado Colonial.

Para as comunidades, o então regedor ou seus seguidores, continuava ou devia continuar a ser o fiel protector do território do grupo étnico. Era a garantia da manutenção e respeito das regras e normas estabelecidas pelos membros e da elevação do seu bem estar.

Como se pode depreender, as duas fontes de legitimidade observadas num mesmo contexto, o colonial, inferem uma duplicidade de papéis contraditórios.

O segundo grande período, cujo marco foi a proclamação da independência de Moçambique, caracterizou-se pela abolição das instituições do Estado Colonial e, conseqüente transformação da divisão administrativa do país. O discurso político passou a ter como acento tónico a premência na criação de um modelo novo de governação local. A implantação deste modelo seria precedida pelo "*escangalhamento do aparelho de Estado Colonial*". Em paralelo, haveria a implantação de novos órgãos de poder local, os GD's e as chamadas organizações democráticas de massas, assim concebidas, como elo de ligação entre o poder do Estado e as comunidades.

As chamadas autoridades gentílicas foram hostilizadas publicamente, em muitos casos, com o apoio das próprias populações levadas pelo entusiasmo do momento.

Em muitos espaços territoriais, evoluiu um duplo poder de chefia local, porque para alguns chefes dos GD's, a colaboração com os antigos chefes era protótipo de maior eficácia governativa no território e garantia da sua legitimidade diante das populações.

A colaboração terá se verificado nos casos em que os novos dirigentes eram da linha sucessória do chefe tradicional e ou regedor. Também em casos que os novos elementos no poder se mostraram cooperativos consultando os chefes tradicionais em assuntos de índole sócio-cultural.

Esta constatação é o cerne deste trabalho de pesquisa. Em público as autoridades tradicionais foram destronadas, mas, na vida prática real, manteve-se a colaboração com elas, mediante mecanismos subtis, ou seja, na sombra.

## CAPÍTULO II O DISTRITO DE MARRACUENE

### II.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ASPECTOS GERAIS

O Distrito de Marracuene tem de extensão 833 Km<sup>2</sup><sup>13</sup>, e é um dos distritos da província de Maputo. Situa-se a trinta quilómetros a norte da cidade-capital do país, sendo limitado a norte pelo distrito da Manhica, a ocidente pelo distrito da Moamba a cidade da Matola e a oriente pelo Oceano Índico e sul pela cidade de Maputo.

### II.2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

O censo populacional que data do ano 1980 estimou a população do distrito de Marracuene em 45.147 habitantes. Em 1993 era de 60.307 habitantes, ou seja 13.424 famílias e a densidade populacional de 68 pessoas por Km<sup>2</sup><sup>14</sup>.

A população do distrito faz maioritariamente parte do grupo Ba-Rjonga. Segundo o pastor Daniel N'konwana, o nome Rjonga significa que é uma comunidade do oriente abrangendo um território cujo limite norte é a Província de Gaza, a sul a Ponta de Ouro, a oeste parte da África do Sul e a Swazilândia e a este o Oceano Índico. Também, segundo Junod a palavra "Ba-Rjonga" parece ter mais uma referência geográfica do que cultural.

Entre os Ba-Rjonga podem-se distinguir vários clãs ou linhagens, nomeadamente os Mpfumo, Mabzhaya, Tembe, Matsolo, Nwamba e outros que constituem sub-linhagens, muitas vezes surgidos a partir de desentendimentos ou resultantes do sentido de independência de uns em relação aos seus. É o caso de Maputo e Matutuine relativamente a Tembe.

Um elemento muito importante na ocupação territorial era a estrutura linhageira. Era uma organização sócio-política em que os elementos de distinção eram a linhagem e o chefe clânico ou linhageiro. Aquele cujo dever é a protecção do território e seus membros, fazer investimentos e promover o bem estar. Também se pode associar nos deveres do chefe supracitado a preservação da língua, valores e regras comportamentais.

<sup>13</sup> Fonte: Manuel Miguel, Técnico de planificação na administração do distrito de Marracuene

<sup>14</sup> Idem

Rita-Ferreira relata do seguinte modo algumas das características deste grupo étnico:

*"Os rongs também não acreditam na neutralidade, excepto quando se trata de chefes. Todos "tomam partido" e a posição assumida por cada qual é sempre lembrada pelos litigantes ... ", até certo ponto esta evidência pode ser referida no mito de que Matsolo proveio da traição dessa linhagem ao aliar-se aos portugueses nas campanhas de pacificação<sup>15</sup>."*

O crédito dado á forma tradicional de resolução de milandos pode-se sustentar no seguinte"

*"... é vergonhoso que o litígio tenha de ser submetido a julgamento: ele deveria ter sido resolvido no meio dinástico<sup>16</sup>."*

Os particularismos deste grupo étnico podem ser elucidados de diversas maneiras, por exemplo a circular nº 524/C-7, de 9 de Abril de 1948 dirigida ao Secretário Geral do Governo Geral de Moçambique endereçada pelo Administrador de Circunscrição de Marracuene.

1. *Respondendo á nota-circular em referência cumpre-me informar V.Excia que, segundo informações, os indígenas desta circunscrição não costumam usar "bangué ou suruma" e isto porque é costume serem desprezados pela família os que o fazem.<sup>17</sup>*

No anexo I apresentamos alguns quadros acompanhados da respectiva legenda para complementar a informação sobre população, territórios e respectivas autoridades locais.

A leitura ao quadro referente a divisão administrativa e populacional de Marracuene, mostra a grande concentração populacional na localidade-sede, cerca de 20841 habitantes. Este fenómeno poderá ficar a dever-se á rede de infra-estruturas que são melhores em relação a outras partes do distrito. Também, é onde se encontra localizado o poder administrativo do distrito e a proximidade dos centros de emprego, principalmente, a Empresa "Riopele",

<sup>15</sup> A., Rita Ferreira, Povos de Moçambique: História e Cultura.-Porto: Edições Afrontamento, 1975.- p.70-71

<sup>16</sup> Idem

<sup>17</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx. 1, álcool e bebidas destiladas e fermentadas- estupefacientes, 1941-1948.- José Marques da Cunha (administrador ), 29.04.1948.

A localidade de Nhongonhane constitui o núcleo ou berço da linhagem Mabzhaya, é a sede da autoridade tradicional, nela estão as residências dos líderes e o respectivo cemitério.

Por ser "tsindja" ou sede, poderá de alguma forma constituir pólo de atracção dos seus membros.

Quanto a Michafutene, por razões óbvias, a sua localização em relação as restantes localidades do distrito, por se encontrar mais próxima da cidade de Maputo.

Contudo, o que impressiona é a fraca densidade populacional em Machubo, tido, actualmente, como maior centro económico do distrito, pelo facto, de existir uma actividade agro-pecuária intensa. É o local onde as águas do rio Incomati não sofrem o fenómeno da salinidade.

No concernente ao quadro 2, mapa comparativo dos recenseamentos dos anos de 1964, 1965, 1966, 1967, pode-se observar a redução gradual do número de homens e a estabilidade do número de mulheres e menores.

Como hipótese, a tradição de trabalho migratório nos países vizinhos, no caso dos homens a partir de certa idade, estar associada à preparação para uma vida familiar fora dos seus progenitores.

*Este fenómeno de redução do número de homens é motivo de preocupação de um administrador colonial segundo o registo do diário de serviço, em 8 de Setembro de 1942:*

*"..mais uma vez constato que nesta circunscrição há muito pouca gente disponível. Nas minas do Transvaal, ou, nas "farmas" do Natal, ou na própria circunscrição em trabalhos diversos encontram-se quase todos os homens válidos."<sup>18</sup>*

Porém o quadro 3, mapa comparativo dos recenseamentos da população nos anos de 1973 e 1974, representa a população masculina adulta com tendência a crescer em número, conferindo uma aparente estabilidade, o que pode explicar-se pela crescente abertura de postos de emprego, nos sectores do comércio, administração, serviços e industrial bem como do progresso dos meios de transporte que permite fácil ligação com a então Lourenço Marques, onde muitos estavam a laborar.

---

<sup>18</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx. 15, Relatórios e diários de serviço, 1917- 1942, Secção A, processo nº 42.- Teodorico C. S. P. S. Bote (administrador), 10.10.1942

## II.3. HISTÓRIA ADMINISTRATIVA E SÓCIO ECONÓMICA

### II.3.1. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Nos finais da década cinquenta ocorreu, no actual Distrito de Marracuene, o reordenamento territorial e administrativo, que culminou com a retirada das unidades administrativas da Matola e Namaacha, da sua tutela.

Na antiga divisão administrativa, Marracuene era a sede da circunscrição do mesmo nome, sendo a Matola e Namaacha, postos administrativos, integrando, também as regedorias Laulane e Maxaquene, hoje fazendo parte da área administrativa da cidade de Maputo.

Para garantir o controlo político, as autoridades administrativas coloniais, adoptaram um sistema de administração indirecta, aproveitando a forma de organização já existente entre a comunidade nativa. Claro que, introduziram algumas alterações na extensão territorial, diminuição da autoridade e autonomia dos chefes africanos.

Esta prática, era continuação das campanhas de ocupação efectiva das terras do Ultramar, cuja cobertura legal tinha como suporte a "*Reforma Administrativa de Moçambique*", decreto de 23 de Maio de 1907, cujo autor foi o Ministro Ayres d'Ornelas.<sup>19</sup>

Pela portaria nº 671 - A, de 12 de Setembro de 1908, foi publicado o regulamento das circunscrições civis dos distritos de Lourenço Marques e Inhambane, posteriormente, extensivo aos distritos de Tete e Quelimane e comandos militares do Distrito de Moçambique<sup>20</sup>. Nesta, foram definidas as atribuições, direitos e deveres das autoridades gentílicas.

Mais tarde, a Reforma Administrativa Ultramarina (RAU) aprovada pelo Decreto-lei nº 23.229, de 15 de Novembro de 1933 revogou toda a legislação anterior<sup>21</sup>. Tendo passado a vigorar em 1 de Janeiro de 1934, remodelou a divisão administrativa do então Império Colonial Português, determinando que cada colónia fosse dividida em províncias, circunscrições ou concelhos, conforme o seu grau de desenvolvimento, subdividindo-se estes em postos administrativos.

<sup>19</sup> Rafael Cárcamo A.R.Lobo, *Alguns aspectos político-administrativos na província de Moçambique*.- Lisboa:U.Técnica de Lisboa, 1966.-p.44

<sup>20</sup> R.C.A.R. Lobo, *op.cit.*-p.45

<sup>21</sup> A.Melo N. Teixeira Alves, *Análise da política colonial em relação à autoridade tradicional*.- Maputo:MAE, 1993.-p.1-2.

Também, a RAU, definiu como unidades administrativas, as regedorias ou regulados e as povoações.

Assim, o quadro 4, no anexo I mostra que até 1954, existiam no actual distrito de Marracuene, dez regedorias e cinquenta e cinco chefes de grupos de povoação.

Contudo, é de prever que os dados constantes no quadro 4, tenham de alguma forma, sofrido alterações de vulto, não apenas por Matola e Namaacha terem ascendido à categoria de circunscrições, mas atendendo à necessidade de permanente reforço do sistema de controle administrativo e do desenvolvimento das próprias infra-estruturas administrativas e económicas. Como pode ler-se no ponto 3 da circular nº 1. 163/E-7-2-1, de 11 de Março de 1954 da Repartição Central dos Negócios Indígenas, "*... que a indicação desses sucessores dos regedores seja acompanhada de uma informação em que se fundamenta a escolha efectuada, tender-se em atenção, principalmente, a importância e prestígio da regedoria que não deve ser aquilatada matematicamente pelo número de contribuintes ou de população mas por um conjunto de factores de natureza geográfica, económica, etnográfica e política e até pela possibilidade e conveniência duma futura revisão da constituição das regedorias...*"<sup>22</sup>.

Segundo a informação que recolhemos na documentação existente, os regedores parecem ter contribuído efectivamente no controle social, político e económico a favor das autoridades administrativas coloniais.

Com efeito, o governo colonial adoptou nas esferas da administração das comunidades, a fórmula de usar os seus próprios chefes. Fazendo o aproveitamento da autoridade, obrigações e funções dos regedores, os administradores coloniais, passaram a dispôr de um mecanismo apropriado na realização de actividades como o censo populacional, contratação de trabalhadores, etc.

É assim, que o teor do relatório sobre as operações do censo geral da população reunida em concentração, com início em 12 de Setembro de 1970, na zona rural do Concelho de Marracuene, informa o seguinte:

1º- Os trabalhos do censo geral da população reunida em concentração, na área deste concelho, tiveram início, como determina a lei, em 12/09 último.

Como fase preliminar; convocou-se uma banja de todas as autoridades tradicionais da área deste concelho, tendo-lhes sido explicados, pormenorizadamente, o motivo da realização de tal recenseamento, suas

<sup>22</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx 106, Curadoria e negócios indígenas: Autoridades Gentílicas 1951-1968; Bairros e povoações indígenas, 1960-1963.- Guilherme Augusto (adjunto do administrador), 27.03.1954.

finalidades e conveniência de a ela comparecer toda a população residente na área do conselho...

3º- Dados os pormenores com que foi preparado, o censo geral da população neste concelho, resultou absolutamente positivo, tendo contribuído muito para o bom êxito das operações a estreita colaboração entre as autoridades tradicionais e as suas respectivas populações...<sup>23</sup>

De referir que, o pagamento das remunerações e gratificações passou a constituir um mecanismo de reforço da confiança e entrega dos chefes tradicionais no cumprimento das tarefas que lhes eram atribuídas.

Com o quadro 5, no anexo I, pode-se observar o ordenamento dos esquemas de gratificação.

Efectivamente, a participação dos chefes tradicionais é primordial, tanto pelo sentido de hierarquia, que certamente exerce uma influência positiva, como pelo facto, de conhecer os elementos da sua comunidade. (É contrário à forma actual de censo populacional, que é executada por indivíduos preparados em curtos cursos de formação).

A responsabilização dos chefes tradicionais em actividades de censo, prefigura a sua profissionalização e renova a sua preocupação em conservar o seu prestígio. Porém, os actuais agentes de censo formados, sem pôr em causa a sua juventude, nada tem a perder em relação a comportamentos desprestigiantes que, por vezes, tem assumido no decurso da sua actividade.

Obviamente que, as gratificações levam a competição que, por sua vez, provoca modificações que afectam as posições de poder e as hierarquias de prestígio.

Daí, a diferenciação entre os regedores, chefes do grupo e de povoação, no que diz respeito ao valor dos montantes pagos como gratificação.

Parece evidente que no sistema funcional e operativo da ordem interna, a estratégia de pagamento de gratificações terá catalizado a participação dos chefes locais no recrutamento de trabalhadores, como se pode no quadro 6, anexo I.

Contudo, Cárcamo Lobo acentuou em relação aos contratos de trabalho, que: *"em boa hora foi extinta a gratificação, atribuída as autoridades tradicionais, pela sua intervenção nos contratos de trabalhadores, com a publicação do código de trabalho*

<sup>23</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx 43, Administração e Estatística, 1964 - 1974.- João Monteiro Silva (Chefe da Área do Recenseamento), 10.12.1970.

rural<sup>24</sup>. Mais adiante observou a necessidade de se atribuir remunerações certas e adequadas a todas as autoridades tradicionais, incluindo o abono de família, etc.

Em face destas disposições, parece-nos ser esta fórmula de alicerçamento das chefias tradicionais na administração local, que pode explicar a discriminação no pagamento ou não das remunerações a estes. Segundo a exigência de um número mínimo de 500 contribuintes por cada chefe tradicional. Associam-se também, os privilégios através da construção de casas de alvenaria e o ingresso na chamada Escola de Preparação das Autoridades Gentílicas. Portanto, a administração colonial procurou criar mecanismos hierarquizados que, eram sinónimo de relações desiguais, mas, que significavam a dignificação das autoridades tradicionais. Nesta ordem, com a atribuição de uma remuneração mensal, passou-se a prever sanções, a infracções que conforme a gravidade, incluíam o não-pagamento, desterro e a destituição.

### II.3.2 ASPECTO SÓCIO-ECONÓMICO

No global, o sector agro-pecuário constituiu, desde sempre o de maior proeminência na vida sócio-económica do distrito de Marracuene.

Esta preponderância reflecte-se pelas grandes concentrações populacionais ao longo do rio Incomáti, factor da fertilidade das terras marginais, nas quais se desenvolve o cultivo agrícola, hortícola e promoção de pasto de gado.

De destacar que, o rio, por ser um bem comum, e pela sua importância na manutenção da vida entre os locais, as suas incidências de seca e inundação, faz parte de explicações místicas e é encoberto por simbolismos cosmológicos próprios. Por exemplo, nas celebrações rituais de grande envergadura a caça ao hipopótamo e consumo da carne respectiva, é um condimento fundamental. Porquanto os períodos de seca podem inviabilizar isso e reduzir o significado do ritual.

Por outro, influíu grandemente, na localização próxima das infraestruturas, na disputa pelo espaço entre agricultores, colonos portugueses, chineses e africanos.

No subtema sobre a questão de terras, apresentamos um panorama evidente da competição existente no período 1940/1960 pelo controle de terrenos férteis.

O arroz, no período em referência, era a cultura mais importante, sendo prioridade nos programas e planos dos administradores que fizeram a gestão do distrito.

---

<sup>24</sup> Lobo, op.cit.-p.85

Dos registos dos diários de serviço dos administradores, retiramos o seguinte excerto:

*"Principiaram a fazer-se canteiros de arroz para serem transplantados quando vierem as marés vivas que levam as águas do Incomati, a inundar os campos marginais. Em anos de seca o que vale aos indígenas das proximidades do rio é o arroz cultivado desta maneira. Visitei e percorri todo o curso do rio Bobol, ou melhor do ribeiro Bobol, onde vou procurar introduzir a cultura de arroz entre os indígenas"<sup>25</sup>.*

Nos meados da década de 80, quando da seca que resultou no abaixamento do caudal do rio, verificou-se a invasão dos terrenos marginais por águas salinizadas. Porque o alimento base na dieta da população nativa passou a ser o arroz, os efeitos profundamente devastadores, da fome e penúria, converteram esta grande parte da população de agricultores e criadores em negociantes informais.

A criação de gado era outra fonte económica do distrito, sobretudo como elemento de substância dos indígenas. É de realçar o interesse expresso nos registos dos diários de serviço dos administradores, como se pode ver abaixo:

*"Continua a entrar o gado para a margem esquerda do Incomati onde realmente as pastagens são do melhor que há"<sup>26</sup>.*

O quadro 8, anexo I, ilustra o manifesto controlo das autoridades administrativas sobre este recurso pecuário.

O aproveitamento dos terrenos é extensivo ao cultivo da banana e cana-de-açúcar. A pesca artesanal é factor de ocupação útil de um número razoável de nativos, bem como de reforço da dieta alimentar da comunidade. Porém, às mulheres, cabe o trabalho de recolha do produto da faina (camarão, peixe, lulas) dos pescadores, para posterior venda em mercados, como os da cidade de Maputo, antes Lourenço Marquês.

É uma actividade que contribui para a obtenção de rendimentos e que desmente a ideia de que as mulheres só muito recentemente, deixaram de se limitar ao papel absoluto de "guardiãs da casa e dos filhos".

O diário de serviço do administrador colonial, em 2 de Fevereiro de 1941 consubstancia a já propensão das mulheres para as actividades de rendimentos.

<sup>25</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx15, relatórios e diários de serviço, 1917-1942, secção A, processo n. 42.- Teodorico C. S. P. S. Bote (administrador), 30.09.1941.

<sup>26</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx15, relatórios e diários de serviço, 1917-1942, secção A, processo n. 42.- Teodorico C. S. P. S. Bote (administrador), 24.11.1942.

*"...Emissão de passês a mulheres indígenas, para poderem circular em Lourenço Marques e tratarem dos seus negócios"<sup>27</sup>.*

Finalmente, inscrever o parque florestal no conjunto dos recursos económicos do distrito de Marracuene. Este recurso ocupa uma parte substancial dos membros da comunidade, acima de tudo, desperta profundamente, os interesses do sector privado. Estes, fazem o corte de árvores para a produção do carvão, lenha e madeira, os quais, tem como principal mercado a capital do país. Daí que, dentre as preocupações do administrador, este recurso tivesse merecido o seguinte registo:

*"...na defesa da vegetação arbustiva e silvícola para evitar o início de um deserto com a questão de corte de árvores para carvão, lenhas e madeiras destinado ao mercado de Lourenço Marques. A racionalização do seu corte para a produção normal das formações florestais"<sup>28</sup>.*

## II.4. POSIÇÃO DOS REGEDORES

### II.4.1. A AUTORIDADE TRADICIONAL E A LEGISLAÇÃO COLONIAL QUE REGULAMENTA O SEU ESPAÇO DE ACTUAÇÃO

No âmbito do esforço para criar uma administração colonial sistematizada, foi nomeada em Lisboa uma comissão, cujos trabalhos compreenderam os anos 1894 a 1899.

O resultado final e prático da comissão foi o projecto de "Reorganização Administrativa Colonial" iniciado com a publicação de um Decreto a 23 de Maio de 1907.

Uma das medidas práticas foi que a autoridade administrativa colonial portuguesa em Moçambique adoptasse o método de conservação e incorporação dos chefes africanos como seus funcionários auxiliares na dominação efectiva do território.

Assim, sem perder a sua aparência, os chefes africanos continuaram no seu posto sob a condição de aceitarem as leis portuguesas.

<sup>27</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx15, relatórios e diários de serviço, 1917-1942, secção A, processo n. 42.- ilegível (encarregado da administração), 28.02.1941.

<sup>28</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx15, relatórios e diários de serviço, 1917-1942, secção A, processo n. 42.- Teodorico C. S. P. S. Bote (administrador), 30.09.1941.

Sob diversas formas, procurou-se usá-los, nalguns casos com resultados encorajadores, sobretudo na extensão da ocupação efectiva a determinados pontos da costa e do interior, até então inacessíveis.

Convém sublinhar que, os chefes locais no período pré-colonial ostentavam designações regionais várias, que, exprimiam autoridade, entendida como chefia máxima de um grupo clânico.

Neste plano, estavam inclusas as dimensões política, militar, judicial, mágico-religiosa e administrativa. Estas dimensões eram legitimadas por cerimónias especiais realizadas no acto de entronização do chefe.

Na prática, o chefe tradicional é uma autoridade anterior à ocupação portuguesa, sendo produto de um processo normal e pacífico de escolha legitimada por rituais que eram observados como norma local.

O sistema colonial, reconhecendo a figura influente do dirigente tradicional diante das comunidades, desenhou um conjunto de instrumentos legais e institucionais que, podiam permitir o estabelecimento de vínculos de relação com os locais. Daí que, no quadro da RAU, segundo o artigo 76º, "*determinou que as autoridades gentílicas eram auxiliares da administração civil nas ex-colónias*".<sup>29</sup>

Para complementar o sentido do artigo supra-mencionado, às autoridades coloniais convinha atribuir uma designação comum aos chefes tradicionais, condizente com a nova divisão administrativa. Isto, pressupunha a definição de graus de hierarquia administrativa.

Porém, não tendo conseguido o consentimento ou a pactuação dos chefes tradicionais na aplicação das novas disposições de hierarquia e de ordenamento territorial, introduziram novos chefes criados por eles. Todavia acresce dizer que, esta nova figura colonial, em alguns espaços territoriais coexistiu com o líder já existente.

Mediante o artigo 91º da RAU, ficou estabelecido que a população indígena da parte não-urbana dos conselhos deveria ser agrupada em regedorias (ou regulados), que poderiam ser divididos em grupo de povoação, e estas, em povoações, pertencendo a cada uma todos os indígenas com residência permanente na respectiva área.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Melo Teixeira A., op.cit.-p.1

<sup>30</sup> Melo Teixeira, op.cit.-p.1

A prioridade na estruturação territorial da população enquadrou-se na necessidade de impôr uma nova organização social e política ajustada aos desígnios de dominação colonial, e dar resposta às necessidades de ordem económica.

É uma forma de agregação com cunho segregacionista para favorecer um exercício organizado de autoridade coerciva aos indígenas.

No que concerne a cada uma das regedorias, a autoridade sobre as populações gentílicas seria exercida por um regedor (ou régulo) indígena; em cada grupo de povoação essa autoridade era exercida por um chefe de grupo de povoação, autoridades essas que, normalmente teriam direito a uma remuneração, de harmonia com o número de contribuintes da respectiva área sob a sua jurisdição.

Do mesmo modo que viabiliza o controle da mobilidade populacional e das insurgências ao sistema, porque a lei fixa os moldes de residência permanente nestas áreas, que eram garante do fornecimento de mão-de-obra barata para o trabalho forçado e outros empreendimentos.

Na leitura a estas disposições que preceituaram a criação de novas figuras na administração, é notório que ao esforço de estruturar o sistema colonial desestruturou a organização das sociedades africanas então existente. Conferiu um carácter subalternizante e de prolongamento do poder colonial até junto das populações.

#### II.4.2. POSTURA DOS ADMINISTRADORES COLONIAIS NO TOCANTE AO PRESTÍGIO E AUTORIDADE DOS CHEFES TRADICIONAIS NO SEU NOVO PAPEL

A redifinição do papel do chefe tradicional no âmbito das disposições da RAU, motivou sessões de sensibilização por parte dos administradores coloniais junto das populações. O objectivo era fazer uma lavagem de imagem e devolver a confiança e legitimação dos régulos diante da população indígena.

O sistema colonial estava ciente da importância da teia de laços que devia existir entre a nova figura e a comunidade no sistema de administração indirecta.

É relevante a preocupação manifestada pelo administrador em relação ao prestígio e autoridade dos régulos e seus seguidores próximos na procura do fortalecimento da administração. Ora vejamos "... *Aproveito sempre estas ocasiões (visitas as regedorias) para fortalecer os quadros da hierarquia indígena, pondo em destaque os régulos e os indunas, fazendo-os respeitar e obrigando-os a darem-se ao*

*respeito. Faço-lhes ver que tem o mundo na mão, que precisam de usar dele: mas por forma criteriosa ou justa. A prática cada vez me aconselha mais este sistema em larga escala, e em inteligente e científica forma, conhecido pelo sistema de administração indirecta*<sup>31</sup>.

Fazendo eco ao fortalecimento da hierarquia indígena nas comunidades, o administrador reflecte a importância atribuída ao concurso das autoridades gentílicas neste sistema de administração. Terá ganho corpo com a adopção de formas institucionalizadas de articulação com estes, como o pagamento de remunerações, e a abertura de Escolas de Preparação das Autoridades Gentílicas, etc..

A interpretação a dar a estes processos pode ser diversificada, mas está claro que, o objectivo principal fosse de adaptá-las a uma forma de actuação cujo o resultado era o de servir melhor o sistema.

Segundo José Tristão Bettencourt, *"os funcionários do Departamento dos Negócios Indígenas admitiram que as autoridades locais eram os olhos e ouvidos da administração e a primeira linha de defesa contra a revolta dos camponeses... os chefes locais são os principais agentes da autoridade branca*<sup>32</sup>. Efectivamente, o relacionamento harmonioso com os chefes tradicionais a sua boa imagem e confiança nas comunidades, favoreceram e facilitaram até certo ponto, a aceitação da política administrativa colonial.

Situações de tensão terão existido, ditadas por incompreensões e contestações pontuais a certas formas de actuação de alguns chefes tradicionais ou seus agentes, que se excediam no cumprimento das suas obrigações. Para todos os efeitos, os chefes tradicionais actuando como conselheiros, encarregaram-se de resolver determinados problemas, garantindo, deste modo, um relacionamento harmonioso entre a administração e as populações. Daí, que, alguns membros da comunidade se pronunciem do seguinte modo *"...o colono sabia respeitar-nos, para fazer qualquer coisa nas nossas zonas pedia-nos primeiro para fazermos cerimónia, ou, comunicava ao administrador, e, este, transmitia ao régulo que, por sua vez, reunia os chefes de povoação. Estes contactavam as suas "pessoas", sobretudo em caso de necessidade de terra para fins públicos*<sup>33</sup>.

<sup>31</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx.15, relatórios e diários de serviço, 1917-1942, secção A, processo n. 42.-Teodorico C. S. P. S. Bote (administrador), 30.04.1941

<sup>32</sup> Bettencourt, J.T., Relatório do Governador-Geral de Moçambique.-Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.-p.50

<sup>33</sup> Ernesto Mabzhaya, chefe de terras de Hobjane, Marracuene, entrevista realizada em 27.01.95.

Porém, este panorama não decorreu com total isenção das autoridades coloniais no que concerne aos processos de sucessão ou indicação dos chefes locais.

Pode suportar esta percepção, o conteúdo de algumas circulares que previam a reorganização constante das regedorias, por exemplo, a circular nº 127/B/2/3, de 12 Janeiro de 1955, da Repartição Central dos Negócios Indígenas: *"Muito agradeço a V.Exa a subida fineza de informar, com a oportunidade que o assunto requer, se, para o ano de 1956, se prevê o aumento ou diminuição do actual número de regedorias indígenas que agrupam 500 ou mais contribuintes"*<sup>34</sup>.

É visível que as autoridades coloniais continuam a interferir no estatuto dos chefes tradicionais.

Cercearam certos poderes com legitimidade, tendo, em alguns casos, obtido reacção aparentemente favorável das populações, que aceitavam os factos como consumados. *Todavia, a atitude de aparente aceitação natural dos factos pelas populações, pode ser interpretada como receio e medo ao uso da força repressiva colonial.*

*Por isso, muitos regedores passaram a governar como agentes da administração colonial e não por consenso e direito próprio.*

Muitas foram as situações em que as autoridades administrativas coloniais depuseram e colocaram os chefes tradicionais, vulgo régulos, à medida dos seus interesses e confiança.

Segundo Feliciano, citando os registos de um governador, *"para assegurar a tranquilidade do país, fraccionei os régulos grandes, tirando-lhes assim os meios de se revoltarem contra nós"*<sup>35</sup>.

#### II.4.3. AS INSÍGNIAS E OS INCENTIVOS DEVIDOS AOS REGEDORES NA MISSÃO ADMINISTRATIVA

Uma das outras maneiras das autoridades portuguesas de desenvolver e aperfeiçoar o sistema de administração indirecta, foi a introdução de insígnias, gratificações, remunerações e a abertura de Escolas de Preparação das Autoridades Gentílicas.

Os objectivos eram:

<sup>34</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx106, Curadoria e negócios indígenas : autoridades gentílicas, 1951-1968 ; bairros e povoações indígenas, 1960-1963.- João Granjo Pires (administrador), 12.01.1955.

<sup>35</sup> Feliciano, J.F., Antropologia Económica dos Thonga do sul de Moçambique.-Lisboa: ISCTE, 1989, vol.1.-p.88

- a) Angariar a confiança dos regedores como funcionários do Estado;
- b) A criação de um quadro vinculatorio que pudesse propiciar uma colaboração consciente, no tratamento de assuntos que directamente se relacionassem com as comunidades;
- c) Porque os incentivos serviam de moeda de troca, estava implícita uma relação de compromisso que simbolizava o reconhecimento pela realização da tarefa;
- d) Mostrar, também, que os regedores passam a tomar parte directamente na administração colonial, e não apenas como uma instituição tradicional, dual, expressão de uma dicotomia de poderes, mas, como elementos da administração, com carácter funcional de controle social, saúde, educação, etc.
- e) Promover uma acção uniformizadora de actuação dos regedores, uma vez conseguida, a adopção unificada do termo "*regedores*" ou "*régulos*" para os agentes locais.

Desta política resultou que os regedores assimilassem os preceitos duma sociedade moderna, como o saber ler e escrever em português.

Assim, as banjas anuais com o administrador colonial passaram a constituir um fórum, no qual, os regedores, falavam com a transcrição devida das suas comunidades.

Com esta estratégia, a administração colonial conquistou, em certa medida, o empenhamento de muitos regedores em matéria de administração.

Os moldes de premiação simbólica e de atribuição de distintivos, vieram trazer maior eficácia no cumprimento dos desígnios da autoridade administrativa colonial.

*O teor da circular-urgente nº 3631/3-2, de 25 de Outubro de 1951, da Repartição Central dos Negócios Indígenas, que deu luz à aplicação da doutrina de atribuição de incentivos, refere o seguinte:*

*1º O Exmo Sr. Governador do Sul do Save lançou a ideia da criação de uma medalha que sirva de estímulo às autoridades gentílicas que pelo seu esforço e boa vontade façam com que os indígenas sobre que superintendem, trabalhem melhor e agricultem maiores áreas, sejam melhores contribuintes, mais respeitadores, etc, dignando-se Sua Exa o Governador Geral, por seu despacho de 16.08.1951, concordar com a ideia e mandou estudar um distintivo da "Boa Autoridade"<sup>86</sup>.*

<sup>36</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx106, Curadoria e negócios indígenas: autoridades gentílicas, 1951-1968; bairros e povoações indígenas, 1960-1963.- Guilherme Augusto (adjunto do administrador), 25.10.1951.

O efeito psicológico dos distintivos de premiação na comunidade, terá simbolizado a existência de uma relação vertical entre os regedores e os restantes membros da comunidade.

As insígnias coloniais significaram a concentração do poder de decidir por todos, em torno da figura do chefe tradicional. Isto, no sentido inverso do valor sociológico das ofertas e contribuições da comunidade para o chefe tradicional. Estas passaram a simbolizar as manifestações de respeito e reconhecimento pelo bem que o chefe lhes fazia.

Porque o tratamento segregacionista das questões locais, baseado nas relações verticalizadas, favorecia a autoridade administrativa colonial, estes símbolos, passaram a constituir matéria digna de atenção dos administradores, como refere a circular nº 2469/B/2 de 25 de junho de 1952:

- " 1. *Numa reunião dos regedores desta área foi pedido para superiormente solicitar a modificação do plano de uniformes das autoridades gentílicas aprovado pela portaria nº 3685 de Fevereiro de 1939, no sentido de ser consentido o uso de camisa de caqui e calça ou calção.*
1. *De facto, o actual uniforme é demasiado pesado para ser usualmente envergado. Ficava para as ocasiões solenes. O outro uniforme a criar seria constituído por:*
- a) Boné de pala ou capacete*
  - b) Camisa de caqui de manga curta*
  - c) Calça ou calção de caqui*
  - d) Cinto de cabedal estreito.<sup>37</sup>*

Pela sua constituição pode-se depreender que, a indumentária dos chefes tradicionais teve uma essência transformadora da sua personalidade, passando a identificá-los, mais, ao nível de funcionários do Estado, do que, de representantes da comunidade que lhes está sujeita em relação a administração colonial.

Porém, importa frisar que, o princípio de respeito às instituições, dos usos e costumes tradicionais das comunidades, serviu sempre de bandeira da autoridade colonial, que, concomitantemente, procurou fazer evoluir o microcosmo sócio-cultural local sempre que não fosse em prejuízo dos seus nobres interesses.

---

<sup>37</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx106, Curadoria e negócios indígenas: autoridades gentílicas, 1951-1968; bairros e povoações indígenas, 1960-1963.- Guilherme Augusto (adjunto do administrador ), 25.06.1952.

## II.5. QUESTÃO DE TERRAS

O lugar de destaque que o sector agrícola ocupa na economia moçambicana induz-nos a uma reflexão em relação aos aspectos institucionais e formais, tradicionais ou informais, que pautam a gestão de terras para os diversos fins.

A operacionalização do debate sobre as formas de gestão de terras deve ser consubstanciada às dimensões política, sócio-económica e cultural. A abordagem não circunscrita apenas a aspectos de ordem sócio-económica, deve-se ao papel interventor do Estado na definição de políticas de desenvolvimento sectorial, bem assim, pelo reconhecimento e protecção *"dos direitos adquiridos por herança ou ocupação"* em relação a terra.

Na presente reflexão, pretende-se analisar, por meio de factos concretos a problemática da segurança e posse de terras, formas de distribuição e resolução de conflitos a ela inerentes.

O que cristalizou a necessidade deste estudo é a coexistência entre os processos tradicionais ou direito consuetudinário e os processos formais e, ou oficiais, baseados na lei oficial. Estes, nortearam a actuação de certos administradores coloniais, no tratamento de questões de acesso e uso de terras para agricultura e outros fins.

O equilíbrio entre estes processos oferece mecanismos apropriados de cooperação e reciprocidade entre os agentes que garantem a aplicação da lei oficial e, por outro, as comunidades, essencialmente, rurais, lideradas pelos respectivos chefes.

Por conseguinte, nos casos em que as instituições do Estado, são fracas ou, assentam a aplicação de lei oficial com base em compromissos de índole vária, os conflitos no acesso e uso de terra são inúmeros. Os protagonistas habituais, são indivíduos detentores de elevado poder económico ou, com influência nos meandros do poder político, e, a população na condição de expropriada.

De referir que, nas condições de um Estado débil, a solução do conflito, salvo raras excepções, pende sempre a favor dos primeiros.

Estudos da documentação colonial, atinentes ao período 1940/1960, no actual distrito de Marracuene, fazem notar que, com o carácter verticalizado das relações sociais e de atribuição de direitos, entre indivíduos de raças e nacionalidades diferentes, os conflitos no acesso à terra eram um facto.

Seja como for, a prevalência do bom senso por parte de alguns administradores coloniais, reflecte-se no seu posicionamento contra certas ilegalidades.

Pelo seu cometimento, demarcaram-se de atitudes ráticas, que exprimiam, a desigualdade de privilégios, relegando sobremaneira, uns grupos à condição inferior.

Neste quadro de análise, mormente, merecem realce os conflitos de terra envolvendo os seguintes grupos sociais:

- a) Os indígenas, grupo socialmente baixo, composto por indivíduos nascidos em Moçambique, maioritariamente, de raça negra e, sem instrução. Estes opunham-se aos não-indígenas, genericamente, os não-pretos, para o caso de Marracuene, eram os chineses, indianos, japoneses, mais tarde, com as leis coloniais, se enquadram os assimilados, ou seja, pretos instruídos.
- b) O conflito indígenas e os europeus. Estes últimos, predominantemente, portugueses. Podendo-se juntar os indivíduos de raça branca vindos da África do Sul e Rodésia.
- c) Uma última categoria de conflito, envolvia os chefes gentílicos de regedorias vizinhas. É um conflito motivado por imprecisões na nova delimitação dos "seus" territórios em conformidade com o RAU.

No conflito entre os indígenas e os não-indígenas, geralmente, era salvaguardado o direito de posse aos indígenas, porque, a prioridade, segundo as autoridades coloniais, era dada a quem tivesse nacionalidade portuguesa. Também, por recorrência ao direito costumeiro, a legitimidade de posse era de fácil solução.

Como se pode verificar no conteúdo da queixa apresentada pelos indígenas ao administrador, segundo o seu diário de serviço do mês de Julho de 1941, a saber:

*"... me foi apresentada pelos indígenas uma reclamação contra o proprietário de um terreno situado a uns 10 Km à SE desta povoação. Tratava-se de um chinês arrendatário da propriedade hoje pertencente à firma Simões Pereira, de Lourenço Marques. A qual tinha intimado os indígenas a abandonar uma determinada área. Vou pedir o título de propriedade e depois terei de ir verificar no local a quem pertence o terreno em litígio."<sup>38</sup>*

Como iremos ver mais adiante, a atitude do administrador não foi de tomar partido a favor do novo arrendatário. Depreende-se, que, por detrás do pedido do título de propriedade e da ida ao local do terreno em disputa, quisesse demonstrar o não reconhecimento de mais direitos ao chinês ou não-indígena em relação aos indígenas.

Entretanto, se o título de propriedade tem cobertura na lei oficial, confrontado com as práticas do direito costumeiro, em certas situações, pode não merecer consenso por parte dos utilizadores da terra.

<sup>38</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx15, relatórios e diários de serviço, 1917-1942, secção A, processo n. 42.- Teodorico C. S. P. S. Bote (administrador), 31.07.1941.

É assim que, ao contrabalançar as duas vias de acesso a posse da terra, o administrador busca qualquer uma das vias, como recurso nivelador da solução de conflitos.

A sensibilidade de certos administradores na aplicação da lei oficial, em muitas situações regia-se pelas regras costumeiras, em virtude dos mecanismos legais de legitimação do acesso e posse da terra nem sempre estarem ao alcance das populações.

Ao nosso raciocínio, concernente às desigualdades entre os grupos sociais no acesso a terra, é relevante destacar o dispositivo legal que regulava a alocação de terras a estrangeiros ou entre, no período estudado. Segundo o decreto nº 28.228 de 8 de Novembro de 1937 e revogado pelo despacho de 31 de Agosto de 1957 pelo Ministro do Ultramar, a concessão de terrenos a estrangeiros ou entre, estava condicionada a aprovação ministerial, contrariamente a outros grupos sociais em que o próprio administrador era autoridade reconhecida para o efeito.

A expressividade da circular nº 356/D/11/2 de 21 de Fevereiro de 1958, realça essa distinção perante a lei tornando visível o carácter da política colonial portuguesa, que, por esta altura, se caracterizava pela política do "*Nacionalismo Económico*". Era uma doutrina que conferia protecção e vantagens económicas a nacionais.

*Ora vejamos: "Único - Agradece-se a essa Administração se dignie informar que tiver por conveniente acerca do pedido de transferência do talhão nº 1 da povoação comercial de Macanda, concedido a António Santos Louro, a favor de Mariam Daud Suleman Bayat.*

*É de informar que nada tenho a opôr, a não ser o facto de a requerente, embora nascida em Lourenço Marques ter por casamento a nacionalidade paquistânica<sup>39</sup>.*

Este, foi um dos mecanismos pelo qual, se incentivou a instalação de colonos portugueses em Moçambique e n'outras ex-colónias.

Também, surgiu como estratégia de reforço do próprio sistema de forma a fazer frente ao capital estrangeiro, principalmente o sul-africano.

O procedimento sinuoso para a obtenção da concessão de terrenos, por estrangeiros, para além de possibilitar a filtragem e o controle da entrada de capitais estrangeiros, funcionou também, como elemento desencorajador.

<sup>39</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx.264, Fomento: demarcação e concessão de terrenos, 1957-1960.- João Granjo Pires (administrador), 21.02.1958.

Enquanto para estrangeiros eram colocadas barreiras difíceis de transpôr, no caso de europeus, era notório o dilema do administrador, melhor dizendo, a sua impotência diante de injustiças sociais cometidas por europeus aos indígenas.

Nessas condições, os ditames da lei oficial não se punham em questão. O eventual bom senso mediante a verificação no local, de forma a estabelecer consensos e um arbitrio que fosse satisfazer todas as partes em litígio não era previsto.

Casos houve, em que sem a apresentação de qualquer instrumento legal ao administrador, europeus tomaram posse de terrenos, cujos anteriores proprietários eram indígenas. É, disso ilustrativo, o registo do diário de serviço do administrador da circunscrição de Marracuene, do dia 2 de Maio de 1942, com o seguinte teor:

*"Fui informado de que os indígenas da região de Chibindzi tinham sido avisados por um agrimensor e pelos três futuros proprietários (europeus) daqueles terrenos que não deviam continuar a cultivar naquele local pois iam eles europeus tomar posse dos terrenos.*

*É a maior violência que na minha vida de funcionário tinha visto fazer nos indígenas."<sup>40</sup>*

Nota-se nesta citação que, possivelmente o administrador não teria tomado conhecimento oficial e prévio em relação a este caso de desapossamento de terra aos indígenas. Por outro lado, salta á vista, a impotência para fazer vincar a lei e justiça, a sua posição contraditória face ao Estado, como seu agente, e, aos indígenas, como garante da supervisão e manutenção da ordem.

Convêm destacar que, no desfecho do caso terras de Chibindji acabou prevalecendo o bom senso, ou seja, a desfavor do desapossamento de terra aos africanos. Isto, claramente vem referido na seguinte afirmação de Botte: *"O Governador Geral quando o assunto, depois, lhe foi levado, novamente, pelos serviços de Agrimensura, indeferiu o pedido de concessão daquelas terras e a minha vitória foi completa"*<sup>41</sup>

Como se pode ver, o atropelo às normas provinha do próprio sistema e seus agentes, porque tornava-se cômodo em nome da defesa dos *"supremos interesses nacionais"*. Sustentamos esta afirmação no teor da nota nº 147 que, claramente, demonstra já existirem instrumentos legais para o efeito. *"Peço e muito agradeço que se digne providenciar no sentido de ser sempre observado o que determina o regulamento de terrenos em vigor, quanto à ocupação indígena, informando, quando do pedido de qualquer terreno, quais os indígenas que habitam no mesmo, suas palhotas, culturas,*

<sup>40</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx.15, relatórios e diários de serviço, 1917-1942, secção A, processo n. 42.- Teodorico C.S.P.S. Bote (administrador), 02. 05.1942.

<sup>41</sup> Botte, C. S. P. S., Memórias e Autobiografia.- Maputo: Botte, 1985/1986.-p. 250.

*gado e área que para eles deve ser reservada, para cumprimento do despacho de 9/02 último, do Exmo sr, secretário Provincial.*<sup>42</sup>

Todavia, apesar da ambiguidade na aplicação da lei oficial, era corrente serem observados determinados procedimentos para a satisfação de certos pedidos de concessão de terrenos sem, que, para tal se causasse injustiça aos indígenas.

A via do pagamento da indemnização era usual. Consistia na atribuição de um dado valor monetário a calcular, em função das benfeitorias existentes no terreno, das árvores plantadas e, na, conseqüente atribuição de um terreno em local à escolha dos indígenas.

Nestas situações, os régulos gozavam da prerrogativa de intermediários entre o aspirante a novo proprietário e os indivíduos da população, "donos" dos terrenos desejados.

Este papel, era reconhecido pelo administrador, visto que, constava nas atribuições dos régulos. Normalmente, o agente da administração recebia os pedidos e, em função das áreas requeridas, solicitava á sua presença, as respectivas chefias territoriais. Dava-lhes conhecimento e apresentava-os o interessado, para em conjunto estudarem os prós ou contra a consumação da concessão.

Estabelecido este contacto, o régulo após ouvir a "sua" população, comunicava ao administrador que, de seguida procedia em conformidade com o parecer do régulo.

Á luz do despacho do administrador da circunscrição de Marracuene em relação ao processo nº 27748 em 26 de Abril de 1960, temos retratada esta prática - *"Não vejo inconveniente no deferimento do pedido, desde que o regedor Albino Mabzhaya seja indemnizado em relação a 26 árvores diversas que tem no terreno, e que a indígena Chichupeque Majaia seja garantida a posse perpétua da área que agricultura dentro do mesmo terreno."*<sup>43</sup>

É importante referir que, o cálculo do valor da indemnização cabia ao régulo, como bem dizia, um dos nossos entrevistados era feito de modo a beneficiar o elemento da população.

Em ocasiões como esta ficava vincada a natureza ambígua e incoerente que sempre norteou o sistema colonial português. Nem sempre o estipulado na lei encontrou espaço de aplicação.

<sup>42</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx. 265, Fomento: demarcação e concessão de terrenos, 1960-1962.- José Neves Ferreira ( topógrafo principal ), 22.03.1961.

<sup>43</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx.264, Fomento: demarcação e concessão de terrenos, 1957-1960.- J. G. T. Pereira (administrador), 25.04. 1960.

Secundando esta afirmação, é de registar casos em que alguns administradores puderam fazer prevalecer as suas posições a favor dos indígenas. Isto pode ser traduzido como sendo um desafio político aberto ao princípio de que *"os fins podem justificar os meios"*.

São momentos em que o administrador posicionou-se ao lado dos indígenas, os quais, por vezes, não mostravam interesse em abandonar os seus terrenos, ora recusando receber qualquer indemnização.

Paradoxalmente, na qualidade de porta-voz, das famílias das terras requeridas, a quem lhes ouvia, previamente, o parecer dos régulos nalgumas ocasiões tornou-se vinculatório, tendo por conseguinte, o administrador deliberado nos seguintes termos:

*"Em face da ocupação existente no terreno pretendido, esta administração pronuncia-se pelo indeferimento do pedido.*

*1º O terreno pretendido está ocupado com 40 famílias com 241 indivíduos, possuidores de 103 cabeças de gado e nele existem as benfeitorias constantes na relação em anexo, pertencentes a autóctones.*

*2º Os autóctones possuidores das benfeitorias constantes na relação referida, declararam neste Pôsto, que não estão interessados em abandoná-lo, mediante o pagamento de qualquer indemnização."<sup>44</sup>*

O conteúdo do despacho do administrador reflectia o seu insurgimento quanto à expropriação gradual e leviana de terras aos indígenas.

O visível esforço que empreende para insuflar a harmonia com as populações, através de atitudes abertas a seu favor, repercurte-se positivamente, na redução dos riscos de que seria alvo por meio da considerável hostilidade pelos locais.

Com esta forma de actuação, garantia o respeito e soberania por algo que é assunto de comum interesse numa sociedade africana rural. A terra e a fertilidade, são *"coisas sagradas"*, porque necessidades vitais da comunidade, cenário de rituais da vida e de morte, bem como, expressão do poder.

Figurando entre as grandes questões que preocupavam os chefes africanos, os limites das suas terras e o direito sobre os terrenos com culturas e de pastagens, é deveras sintomático que tenham encontrado resposta positiva através dos factos acima relatados. Sendo evidente a preocupação do administrador, em adoptar um

<sup>44</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx265, Fomento: demarcação e concessão de terrenos, 1960-1962.- Hermínio Teixeira (chefe do posto), 15.04.1964.

sistema de administração indirecta, porque necessário desenvolver e aperfeiçoar, é de sublinhar o sentimento de inquietação expresso na nota enviada à Repartição Provincial de Agrimensura, nº 1148/g/11/2, cujo teor é o seguinte: *"...já se sente que a falta de clara definição de direitos, e muitas vezes falta de terras para os pretos. Tem sido muitos os conflitos desta ordem que tem vindo até esta Administração... Os indígenas tem de ter as suas terras, próprias, separadas das dos europeus... o que será quando os terrenos já concedidos forem devidamente ocupados?... os pretos ficarão muito admirados - o sublinhado não é meu - ao reconhecerem que afinal não eram donos das terras onde tantas gerações habitaram..."*<sup>45</sup>

Os desafios e o alerta que, de forma aberta, o administrador coloca ao sistema, podem ser situados num elevado nível de compreensão humana, de que a modificação no regime de posse de terras, pode ter repercussões várias na vida dos indígenas. Fundamentalmente, nas crenças e ritos intimamente ligados ao sistema tradicional de propriedade da terra.

É, absolutamente importante que para governar com êxito, o administrador, tenha compreendido a irreversibilidade do reconhecimento dos direitos dos costumes próprios dos indígenas, ao destacar que, *"...os pretos ficarão muito admirados ao reconhecerem que afinal não eram donos das terras onde tantas gerações habitaram"*.

Pode-se observar a premência em salvaguardar o espaço vital dos indígenas combatendo o atropelo das normas tradicionais de legitimação de posse da terra. Não obstante, a resolução de grande parte dos conflitos de terra, terem sido ganhos por europeus, porque gozavam de protecção vinda do próprio sistema, fica comprovado que nem sempre isto reflectiu o desejo dos administradores.

Para as autoridades coloniais o desaparecimento do prestígio dos chefes tradicionais afigurava-se perigoso, passível de conduzir á insubordinação das populações ao poder administrativo colonial, o que pode interpretar-se na seguinte preocupação:

*"É urgente reduzir o número de regedorias em toda a colónia, se pretendermos, como é justo, que o régulo não represente um símbolo de decadência da autoridade."*<sup>46</sup>

<sup>45</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx15, relatórios e diários de serviço, 1917-1942, secção A, processo n.42.- Teodorico C.S.P.S. Bote (administrador), 30.09.1941.

<sup>46</sup> Bettencourt, J.T., op.cit., p.45

## II.6. MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES

Historicamente, o trabalho migratório para as plantações de cana-de-açúcar e para as minas na África do Sul, pode merecer diferentes tipos de abordagens. Porém, interessa-nos neste trabalho, o desempenho dos chefes tradicionais e da administração colonial perante este fenómeno que é factor da constante mobilidade da população.

Os reflexos que apuramos ao longo da realização do trabalho, colocam-nos situações contraditórias, segundo as quais, a administração colonial vê, esta prática migratória, como fonte importante de rendimentos em impostos pagos pela contratação de trabalhadores.

Esta constatação pode se reforçada pelos acordos de recrutamento de mão-de-obra, que não importa referir neste trabalho, celebrados pelo Governo Colonial Português e a África do Sul.

Por outro lado, a grande mobilidade de homens entrados na idade activa, emigrando para a África do Sul, por vias legais ou ilegais, trouxe outra realidade que é a escassez de homens para os serviços públicos e construção, sobretudo em centros urbanos como Lourenço Marques, situado a 30 Kms de Marracuene.

Paralelamente, nas áreas rurais, as autoridades coloniais queixaram-se da falta de mão-de-obra barata, devido a sua impotência em concorrerem com os salários e regalias oferecidas pela exigente e florescente economia sul-africana.

O registo do Administrador no diário de serviço de 8 de Setembro de 1942 é disso testemunha: *"Estou a recrutar pessoal para os serviços militares - 150 trabalhadores para a ilha Xefina e mais uma vez constato que nesta circunscrição há muito pouca gente disponível. Nas minas do Transvaal, ou, as "farmas" do Natal, ou na própria circunscrição em trabalhos diversos, encontram-se quase todos os homens válidos ficando as disponibilidades de mão-de-obra reduzidas a uma pequena percentagem"*<sup>47</sup>.

As causas que, no geral, se apresentam como determinantes na emigração orientada para as minas do rand são, dentre outras as seguintes:

- 1) Os elevados salários que são pagos aos trabalhadores emigrantes comparativamente aos míseros salários pagos pelos colonos;

<sup>47</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx.15, relatórios e diários de serviço, 1917-1942, secção A, processo n. 42.- Teodorico C.S.P.S. Bote(administrador), 24.11.1942.

- 2) O melhor tratamento sob todos os pontos de vista, sobretudo a alimentação e o alojamento, o que contrastava com as condições oferecidas localmente, porque a administração colonial não se lhes subsidiava alojamento e a alimentação;
- 3) O nível de vida social na terra do rand era superior, pelas razões que reflectem o grau de desenvolvimento económico do próprio país. Entende-se a existência de inúmeros atractivos para qualquer ser humano, sem deixar de mencionar os preços relativamente acessíveis dos artigos mais desejados (é um fenómeno que encontra ainda espaço na actualidade).
- 4) No caso dos homens com famílias já constituídas, com a migração procuravam prover as suas necessidades e das famílias, escapar ao trabalho forçado, vulgo chibalo, e ao pagamento do imposto de palhota. Em referência às notas do diário de um administrador, do período em estudo, a emigração clandestina de rapazes novos segundo eles, era para poderem atingir a verdadeira categoria de homens e para ganharem, num só ano, o necessário para poderem casar, acompanhados de alguns (mas poucos) mais ambiciosos ou mais aventureiros.

Porém, acresce-se que, grande número de menores do sexo masculino abandonaram o território à procura de trabalho de modo a conseguirem dinheiro para, pelo menos, se vestirem. Este fenómeno, é justificado com o facto de muitos pais apenas se preocuparem com as filhas que lhes renderão, ao atingir a puberdade, criando-lhes condições apropriadas para elas serem loboladas.

A migração dos homens com lares constituídos produziu outro cenário, inglório para as mulheres. Visto que os períodos estabelecidos nos contratos de trabalho migratório variavam entre os 18 a 24 meses. Neste intervalo a mulher é obrigada a produzir para prover as necessidades suas e dos filhos. A pagar os impostos porque os maridos não enviavam o dinheiro para esse fim. Em alguns casos, os homens emigravam clandestinamente, furtando-se ao trabalho forçado, nestes casos, a mulher tinha a obrigação de cumprir certos trabalhos na administração.

Contudo, a obrigação de suprir a escassez da força de trabalho e do pagamento do imposto, pelas mulheres, de um administrador mereceu o seguinte comentário:

*"Cobrança do imposto muito difícil. Os homens estão fora das terras e não podendo decentemente responsabilizar as mulheres."*<sup>48</sup>

A emigração pelas proporções que atingiu em certa medida, modificou o papel dos régulos, passando a exigir deles, maior rigor no controle da movimentação da

<sup>48</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx.15, relatórios e diários de serviço, 1917-1942, secção A, processo n. 42.- Teodorico C.S.P.S. Bote (administrador), 24.11.1942.

população, bem como, no seu envolvimento nos actos de censo populacional. Estas obrigações não sendo novas no capítulo do exercício de autoridade são expressão e resposta à visível preocupação do administrador, segundo a qual - *"estou procurando activar a cobrança do imposto indígena, mas realmente há pouco. Todavia devem estar no Transvaal bem 75% dos homens na força da vida"*<sup>49</sup>.

Este é um panorama que, em parte encobre a premência das autoridades coloniais em dotar-se de agentes do poder local de confiança e capazes - porque sabem ler e escrever em português - de impôr os regulamentos coloniais sobre os nativos.

---

<sup>49</sup> AHM, Fundo de Marracuene, cx.15, relatórios e diários de serviço, 1917-1942, secção A, processo n. 42.- Teodorico C.S.P.S. Bote (administrador), 10.04.1942

## CAPÍTULO III

### A IMAGEM DO CHEFE TRADICIONAL

#### III.1. Atributos consignados ao chefe tradicional

Desde a era pré-colonial os chefes tradicionais são aos olhos da comunidade autoridade suprema, política e religiosa dispensando qualquer possibilidade de estabelecimento de possíveis parâmetros de comparação com os seus concidadãos.

De forma simples, estabeleceram-se níveis funcionais que asseguram a justeza do arbitrio e sacralidade ao chefe tradicional, sobrepondo-o aos poderes visíveis.

*Esses níveis ou poderes invisíveis, estão em simbiose com o chefe tradicional, sob forma de encarnação ou, outro modo, como diz Claustres numa colectânea sobre o tema "pelo recurso à invocação, no sacrifício e a técnicas mágicas diversas, tal é o atributo do chefe ... decifrar a significação sociológica dos símbolos sagrados ligados ao poder e, correlativamente, a de pôr em evidência o valor que tomam em exercício do poder: manipulação do sagrado, estratégia do sagrado..."<sup>50</sup>*

Concomitantemente, não se pode dissociar o poder do chefe do impacto das forças invisíveis, porque, são o garante da sua legitimidade, como regulador da dinâmica do comportamento sócio-cultural da sua comunidade.

A resolução de conflitos e procura de consensos eram cruciais para o processo de legitimação dos chefes. Era o sustentáculo da base de manutenção da ordem e paz social dentro do território.

Para muitas comunidades o chefe tradicional é o rosto e a voz pela qual estabelecem a ligação ou comunicação com os antepassados e vivências antigas. Retrata todos os fenómenos determinados pelas vontades dos seres sobrenaturais, o que está para além do mundo dos vivos.

Apenas ele pode penetrar os lugares sagrados, como as florestas, os cemitérios, podendo ser recebido com cortesia, pelas forças invisíveis, porque é o guardião da tradição.

---

<sup>50</sup> Claustres, Gauchet, M., Adler A. Lizot J., Guerra, Religião, Poder. - Paris: Edição 70, 1977.- P.33

Esta realidade ninguém ousa violar, é transmitida por herança de pai para filho na sucessão directa. Os usos e costumes assim o ditam. É chefe porque decide e interpreta os desígnios divinos

### III.2. O CHEFE TRADICIONAL E O NYANGA

O chefe tradicional como instituição compreende, actores com diferentes papéis sociais que completam a sua função. Em primeiro lugar está o curandeiro ou nyanga.

O curandeiro, conhecido localmente, sob o termo rongá de nyanga, é um ser humano com dotes para intermediar os interesses dos vivos e dos espíritos. É um elemento de negociação entre o mundo terreno e o mundo transcendental, interfere na relação de amizade entre ambos. Interpreta a vontade dos antepassados, porque as comunidades acreditam na continuidade da vida dos mais velhos depois da sua morte.

Aos antepassados cabe a protecção dos vivos, do mesmo modo, a faculdade de lhes causar danos em caso de quebra das normas da tradição.

Portanto sem significar a dependência do chefe tradicional em relação ao nyanga, na óptica dos nossos entrevistados, o chefe tradicional para se fazer respeitar e ter sucessos para si e para a sua comunidade, dependia do curandeiro, não devia realizar algo sem consultá-lo previamente.

Este procedimento, estendia-se também, aos chefes de terras, ou tinganakana, e respectivas famílias.

O curandeiro pelo prestígio que detêm, é um líder de opinião, o seu conselho é seguido quase religiosamente pelo chefe e população.

*O nyanga segredava ao chefe tradicional/hosi, quem trazia as pragas que comiam os produtos da machamba, porque, haviam casos, de haver pragas numa machamba e na do vizinho não haver.*

*Isso, era feito pelos homens e cabia ao curandeiro descobrir e comunicar ao chefe.<sup>51</sup>*

Por isso, existia uma relação estreita entre o hosi e o nyanga, porque,  
- "o chefe ao resolver os problemas da sua comunidade, maior parte

---

<sup>51</sup> Alexandre Chitlanta Mabzhaya, nganakana de Zintava. Entrevista realizada aos 29.07.95

*eram de feitiçaria e, o feitiçeiro nunca se confessa sê-lo, pelo que era indispensável o curandeiro para descobrir o promotor dos azares, desgraças, pragas e doenças.*<sup>52</sup>

A partir do nyanga de uma terra distante o chefe ficava a conhecer a vida da sua comunidade, por isso o hōsi era visto como sendo o mais esperto, facto que era reforçado pela vantagem de pôder se deslocar para longe a fim de se "informar" sobre os seus. Segundo Daniel Nkonwana, em caso de doença do hōsi, os tinduna procuravam o nyanga para tratá-lo. Por exemplo, Machava era um nyanga, quando adoeceu o chefe Matsolo, um dos induna de Matsolo disse existir o nyanga Machava, que era muito falado por ser bom na arte. Assim, solicitado o nyanga Machava para tratar o hōsi Matsolo, quando este melhorou ofereceu as terras que actualmente ostentam o nome do nyanga<sup>53</sup>, a actual Machava.

"Entre os Barjonga os tihâkata, em número de seis, eram os nyanga dos tihōsi, com funções viradas à cura, isso já não existe nos dias que correm."<sup>54</sup>

O secretismo dos chefes, no que concerne aos nomes dos seus curandeiros e quando fosse momento de ida à consulta, pode-se explicar pela impressão que se tem dos poderes atribuídos ao chefe tradicional, de comunicar-se com os mortos, de resolução de crises sociais e naturais no seu território.

Estes poderes reflectem a responsabilidade ou obrigação de fazer justiça, proteger dos inimigos e salvaguardar o bem-estar por actos e observâncias rituais da sua comunidade. É por este caminho que deve ser entendida a problemática da legitimidade, autoridade e poder do hosi. Configurada na ligação com esta figura, de relação com o mundo invisível. Sendo esta, crucial na gestão das crenças mágico-religiosas e, também de todas as actividades que a sociedade necessita para a sua subsistência.

Admite-se ter existido, por razões de conveniência, a troca de curandeiros entre os chefes tradicionais, como complemento da resolução de problemas dentro das suas comunidades.

### III.3. FORMAS DE NOMEAÇÃO E SUCESSÃO

*"Em Marracuene, a estrutura orgânica e hierárquica tradicional é composta pelo Hosi (espécie de rei), Xifunda (espécie de chefes de*

<sup>52</sup> Francisco M. Mabzaya, nganakana de Havel. Entrevistado aos 29.07.95.

<sup>53</sup> Pastor Daniel Nkonwana. Entrevistado em 02.04.97

<sup>54</sup> Idem.

*bairro ou povoação), madodas (grupo de anciãos que funcionam como conselheiros de cada uma das entidades acima referidas, nquekwa (espécie de polícia e/ou mandatário dos chefes) e na base encontramos o Xitsungu, que é a população.*<sup>155</sup>

*O poder do chefe tradicional "necessário, mas mantido dentro de limites definidos exige o consentimento e uma reciprocidade... é um conjunto de responsabilidades e de obrigações muito diversas segundo os regimes em causa: paz e arbitragem do País e dos homens, - acordo dos antepassados e dos deuses etc., etc."*<sup>156</sup>

Em situações de morte do hosi, ficava-se dias ou semanas sem que fôsse dado o anúncio à comunidade, proibiam-se apenas a ida das pessoas à machamba, caça e actividades normais.

Após o funeral do hosi, no qual participavam os mais velhos, anunciava-se a comunidade o sucedido e era decretado o período de luto.

Quanto aos cemitérios existiam os que eram para enterrar os hosi, onde se faziam as coisas da terra, os cultos, a anunciação dos desejos dos vivos.

No local, deixavam-se a deriva galinhas brancas vivas e um bode, significando isto o acto de despir o azar pelos vivos, segundo um informante, "era o bode expiatório, o que transmite o azar"<sup>157</sup>.

O conceito de normas tradicionais está adstrito à forma de organização das sociedades tradicionais, e tem relevância na vida quotidiana das comunidades que, necessariamente, está, interligada ao seu contexto político-jurídico.

Assim sendo, a problemática do chefe tradicional encerra muitos contextos de análise. Existe em nós, a convicção de que os tempos passam, mas, as tradições permanecem. Elas podem ser comparadas a uma peça, que no palco pode ser representada de diversas formas, conforme as conveniências e interesse de quem a representa sem que o seu conteúdo, o seu pano de fundo seja modificado.

A pesquisa que temos vindo a efectuar, ressalta-nos situações que denotam a existência de vários processos de legitimação da hegemonia de certos grupos

<sup>55</sup> Daniel Nkonwana, 02.04.97

<sup>56</sup> Balandier, George, Antropologia Política. Lisboa: Ed. Presença, 1980.-p.48

<sup>57</sup> Daniel Nkonwana, 02.04.97

linhageiros sobre outros. Estes aspectos podem, de alguma maneira, ser associados a outros. Contudo, a sua relevância excepcional, favorece a identificação de ilegalidades na indicação de chefes tradicionais ou grupos linhageiros, na condução de determinados rituais.

Os chefes tradicionais por meio de processos de legitimação específicos, instituídos localmente, detêm direitos e poderes funcionais e de decisão em relação aos membros da sua comunidade sobre quem gozam de forte influência.

Genéricamente, os direitos e poderes a eles conferidos são lhes transmitidos através de regras fundadas nos costumes. Assim, a sociedade tradicional identifica-se com a figura do chefe, mas entendida como das instituições que executam a vida sócio-política e cultural das comunidades.

Como vulgarmente é destacado por estudiosos e sujeitos integrados em sistemas sócio-políticos semelhantes, os processos de legitimação do poder dos chefes tradicionais alicerçam-se por várias vias; uma é através da antiguidade na ocupação da terra. Esta funcionou como justificativa do domínio da tradição, da identificação cultural no binómio espaço territorial-grupo linhageiro, conferindo deste modo, o direito à representação dos diversos segmentos sociais que nela habitam.

Contudo, é óbvio que através do tempo, o chefe territorial, embora não sendo do grupo linhageiro mais antigo, pode legitimar-se quando o seu desempenho é apreciado pela comunidade. Por isso, é que o nyanga Machava ganhou a terra e as pessoas, como reconhecimento do quão de útil fazia para a comunidade do hõsi Matsolo.

A constatação de que o espaço original de certas linhagens dominantes não é o qual onde actualmente detêm a hegemonia na condução de realizações rituais e outros de salvaguarda do território incluindo as pessoas, reforça a premissa de antiguidade na ocupação do território como requisito importante mas não decisivo no reconhecimento da legitimidade.

Daí que, neste trabalho procuramos questionar a extensão da legitimidade e dos processos de legitimação que conferem o direito ao exercício do poder tradicional no local em estudo em relação à linhagem Mabzhaya.

P. Claustres, em "*Guerra, Religião, Poder*", diz que o poder é primeiramente, o que age sobre a ordem das coisas conformemente a um sistema de representação

organizador de experiências e sem o qual as preservações, técnicas e ritos dos mágicos são inconcebíveis.<sup>58</sup>

Todavia, no que respeita ao chefe, a base é a obrigatoriedade de ser um indivíduo pertencente à linhagem dominante.

*"As linhagens baseiam-se nos Homens que, situados num mesmo quadro genealógico, estão ligados unilinearmente a um mesmo e único tronco".<sup>59</sup>*

A seguir nomeamos algumas vias possíveis que podem ser fundamentadas por situações elucidativas:

1. A legitimidade por antiguidade na ocupação do território associada ao processo de hereditariedade por via patrilinear no caso de Marracuene, ou matrilinear, em muitas regiões ao norte do rio Zambeze. É um tipo de legitimidade por sucessão "legítima", baseada na ordem de nascimento.
2. A conquista usando a violência estrutural ou formas suaves de absorção, como por exemplo processos de aliciamento económico.
3. A usurpação por desvio de linhagem, mediante matrimónio, mérito reconhecido a indivíduos estranhos à linhagem dominante, pelo conselho dos notáveis.
4. A nomeação por indicação de um poder superior, como as autoridades político-administrativas coloniais ou grupos políticos, tendo em vista a defesa de certos interesses.
5. A legitimidade por ordem de nascimento, no que concerne aos chefes tradicionais.

A troca de correspondência entre as instituições administrativas é disso comprovativo quanto às situações enunciadas anteriormente, em relação à sucessão directa e não colateral na circunscrição de Marracuene na chefia tradicional. Ora vejamos:

*Referência à circular nº( 1680/B/2, de 27.06.1950*

- a) *Único: Tenho a honra de informar V.Exa que ouvido o régulo, os chefes de grupo e os "madodas" todos foram unânimes em dizer que a sucessão das autoridades gentílicas é deferida segundo o direito patrilocal, quer entre os ba-ronga...*
- b) *Nem uns nem outros, segundo declarações dos velhos "madoda", lembram ter existido aqui a sucessão colateral.*

<sup>58</sup> Claustres, P., Adler A., Lizot J., op.cit.-p.96

<sup>59</sup> Balandier, George, op. cit., p.61

*O que tem acontecido é, por morte de um régulo, ficar à testa da regedoria um irmão do morto, até a maioridade do sucessor legal logo que este atinja a maioridade, é imediatamente investido no cargo.*

Outras vias podem se juntar às enumeradas, podendo as ilegalidades traduzir-se em muitos casos em saltar por cima de determinadas hierarquias ou grupos linhageiros, através da usurpação à linhagem mais antiga.

Por este caminho verifica-se a perda e o declínio dos poderes de alguns chefados em benefícios de outros, como já foi referenciado, através de processos suaves ou de violência estrutural.

## CAPÍTULO IV

# OS CHEFES MABZHAYA E A SUA LEGITIMAÇÃO

### IV.1. OS NONDJWANA VERSUS NGOMANA

Um aspecto fundamental no debate em torno da autoridade tradicional em Marracuene é o facto do lugar de origem ou proveniência dos diferentes grupos linhageiros, na actualidade, se situar, fora do território nacional.

Neste debate, sobre a legitimação de liderança, a pesquisa por nós efectuada oferece-nos claramente um certo encadeamento na chegada dos actuais grupos linhageiros que hoje ocupam o território em estudo.

Martha Binford confere a primazia na ordem de chegada aos Nondjwana nos seguintes termos:

*"... O povo Mabzhaya encontrou "Nhongonyana filho de Mahlangwana e, este, filho de Munondjwana" quando veio de Ngomana, Montes Libombo e Nhlanganu."*<sup>60</sup>

*"As famílias de Nondjwana indicam os arredores de Komatipoort como o seu lugar de origem.*

*Houve invasões sucessivas de carácter pacífico. Estas populações, continuaram a enterrar os seus mortos com a cara voltada para o oeste, porque o seu clã veio das colinas dos Libombos. Este rito basta para provar a exactidão da tradição."*<sup>61</sup>

Efectivamente, confrontados os elementos de originalidade, ressaltados na documentação e pelos informantes, é manifesta a convergência da informação existente, no concernente aos Montes Libombos como lugar de proveniência.

Os focos de harmonia, nomeadamente, culturais e de lugar de origem, fazem-nos especular através de relações de causalidade ou o estabelecimento de hipóteses contextualizadas com a ocorrência da torrente migratória dos Nondjwana para Marracuene. Sabe-se que precedeu a vinda dos Mabzhaya, cujo local de proveniência é o mesmo.

---

<sup>60</sup> Binford, M. B., *Stalamente: A Study of Cultural Dynamics*. Michigan: Michigan State University, 1971.- p.41

<sup>61</sup> Junod, H. A., *op. cit.*- p.34

Redimensionados estes aspectos, o panorama apresentado permite-nos buscar ou prever uma realidade relacional entre os grupos linhageiros Nondjwana e Ngomana ou Mabzhaya, actualmente com maior destaque em Marracuene.

Inspirando-nos nas motivações que estiveram por detrás das ondas migratórias dos séculos passados, com maior saliência na actual região da África Austral, podemos supor conflitos inter-linhageiros derivados de factores de índole ecológico e, também, de pretensões para absorção de outros.<sup>62</sup>

Perante esta realidade, provavelmente, os Nondjwana, em posição desfavorável, tenham optado por procurar terras e outros recursos aproximando-se da costa e, por via disso, afastando-se do ambiente poluído por conflitos e crises de ordem vária, que era o interior.

Esta hipótese, tem o seu suporte com a releitura da posterior chegada dos Ngomana ao território conhecido por Marracuene, bem visto o percurso que conduz a ascensão vertical dos Ngomana, vulgo Mabzhaya, na liderança tradicional no espaço territorial ora em estudo. Daí, se pode compreender, um aparente conformismo dos Nondjwana em relação a hegemonia Ngomana que se veio verificar.

Esta assumpção, pode ser sustentada no facto de que ... *Os Ngomanas deixaram o seu apelido e passaram a chamar-se os Mabzhaya e disseram que eles eram Ba-Nondjwana, os donos da terra, Desde então até hoje eles são conhecidos como Nondjwana.*<sup>63</sup> *Portanto, buscaram os símbolos de linhagens anteriores, como o nome, para legitimarem o seu poder hegemónico.*

Porém, os Nondjwana genuínos, não manifestam contrariedade em relação a isto. Talvez signifique motivo de orgulho por ser um reconhecimento de que são os donos da terra. Servem-se, sempre, da recorrência a este aspecto para justificar a sua anterioridade no território.

O objectivo deste estudo de caso é mostrar as ilegalidades tornadas legitimidade no exercício do poder tradicional em Marracuene pela linhagem Mabzhaya. Buscar aspectos cosmológicos desta linhagem para identificar momentos de conflito e conflitualidade no seu seio, ao nível das lideranças.

---

<sup>62</sup> Referência ao fenómeno semelhante ao Mfecane, porque com gritante dependência em relação ao meio natural, eram constantes os conflitos e migrações

<sup>63</sup> Binford, M. B., op. cit.- p.42

O que é consensual entre a documentação e a tradição oral, é a revelação da anterioridade de ocupação do território, hoje Marracuene, pelos Nondjwana em relação aos Ngomana ou Mabzhaya.

A desarticulação no tipo de informação quanto ao que constitui o prolongamento da linhagem Nondjwana no território entre as partes no nosso estudo, é visível a partir da abordagem dos prováveis descendentes destes, quanto a ordem de nascimento e número de filhos herdeiros.

Segundo Carlos Palate, os Honwana e Mahlangwana sendo filhos de Munondjawana foram os primeiros a chegar a Marracuene. Por outro lado, os Honwana e Mahlangwana encontram-se espalhados pelo território na manifesta condição de linhagens sem voz.

No entanto, Ernesto Simione Mabzhaya, remete-nos à ideia de que todos teriam chegado ao mesmo tempo e, que, cada grupo-linhageiro, respectivamente: Honwana, Mahlangwana e Mabzhaya, tinha a sua área de ocupação. O seu centro nuclear de distribuição das linhagens era a sede localizada em N'kanhine, onde podem ser encontrados os mintumu, ou seja, as sepulturas de todos os grupos.

Outro informante de nome Alberto Mabzhaya acentua que os Mabzhaya provêm da Swazilândia, eram um povo guerreiro, veio fugido das guerras de Tchaka<sup>\*</sup> e, provávelmente, se pode dizer que são de raiz Dhlamini. Durante as épocas migratórias, teriam vindo com os Matsolo, tendo estes ficado no actual território que ostenta o seu nome. Todavia, os Mabzhaya no prosseguimento da caminhada vieram às terras de Nondjwana como novos habitantes, onde lhes foram atribuídas terras para residirem.

Como se pode observar, cada informante encerra um conhecimento diferente em relação a origem e teias de prolongamento da linhagem Nondjwana no território. Sugere-se de antemão, a comparação das diversas versões para encontrar certa correspondência entre os factos e a verdade histórica. Contudo, pode ser notório o esforço de alguns em legitimarem, os seus antepassados directos de forma a justificarem o acesso à liderança local. Não está posta de lado, a intenção de manipulação da tradição, aproveitando-se de possíveis imprecisões e lacunas existentes na transmissão de informações através de gerações.

---

<sup>\*</sup> Tchaka (rei desde 1816 ou 1819 à 1828). A presença do Mabzhaya e Matsolo é já atestada um século antes.

Os nganakana Francisco Mabzhaya de Havele e Alexandre Mabzhaya de Zintava, contam apenas que alguns dizem ter sido os Mahlangwana, porém para outros, os Mabzhaya foram os primeiros a chegar a Marracuene, o único facto que os terá caracterizado foi a luta entre ambos pelo poder no território.

Por seu lado, o pastor Daniel Nkonwana, oferece uma perspectiva diferente, identificando os Nondjwana como sendo os mais antigos no território, e, situando em Bovôle, o seu centro nuclear.

Assegura que, Nondjwana teve três filhos aos quais distribuiu terras, na sequência que se segue:

O mais velho, Mahlangwana, as suas terras estendiam-se de Bovôle ao rio Matola, Honwana entre Bovôle e Palmeira e, N'Cumba na actual zona dos Tembe, antes da chegada destes.

Quanto ao Ngomana, vulgo Mabzhaya, Daniel Nkonwana, diz serem netos de Livômbô, cujos irmãos são Mpfumo, Nwamba, e Matsolo.<sup>64</sup>

É possível que certos intervenientes tenham sido eliminados para legitimar o mito de fundação do estado tradicional em Marracuene pelos Mabzhaya, contendo outras linhagens habitantes apenas como participantes.

Segundo Junod, já introduzindo um novo elemento cronológico, *a região de Nondjwana, dos dois lados do estuário da Incomáti ... foi ocupada primeiro por três clãs independentes durante os séculos XII e XIII, os Mahlangwana, Honwana e N'cumbá*<sup>65</sup>

No caso específico, é possível estabelecer uma inter-relação entre os factos que se deram e as relações de poder, a conquista como interpretativa na percepção da realidade cognitiva de posição entre as novas lideranças e os habitantes anteriores.

O elemento temporal é de uma importância especial no estudo do funcionamento das sociedades doméstico-rurais, porque, assenta de maneira decisiva nos modelos de auto-legitimação de grupos ou indivíduos nos domínios territoriais. Reveste-se de particular interesse na busca de motivações causais, sobretudo quando inseridos em problemáticas conjunturais. No caso vertente, lícito afirmar que o estabelecimento dos Nondjwana em Marracuene é anterior à presença portuguesa e, aos efeitos do fenómeno Mfecane.

---

<sup>64</sup> Martins, Olga, "Va Ka Mpfumo" Lourenço Marque e Maputo, 1995, anexos, p. 60-62

<sup>65</sup> Junod, H. A., op. cit. - p. 35

Em contrapartida, só se faz menção aos Ngomana num momento posterior à presença portuguesa e aos conflitos inter e intra-linhageiros no interior da região. Talvez situá-los no séc. XVI socorrendo-nos na apresentação sob forma esquemática, da genealogia Mabzhaya (ver o quadro genealógico).

Na ordem cosmológica em Marracuene existem muitas outras versões respeitantes ao processo de conquista ou usurpação do trono pelos Mabzhaya aos Nhongonyana Mahlangwana.

A versão sob forma de lenda, é a sustentada por investigadores como Binford, Junod. Informantes que trabalham em tradição oral, realçam o convite endereçado pelos Mabzhaya ao chefe Nhongonyana Mahlangwana para tomar parte num convívio acompanhado de comidas e bebidas.

*Veiculam que os "Mabzhaya teriam preparado uma cilada, abrindo uma cova, em cujo fundo, introduziram óleo de mafurra ou tihuhlu, com o propósito de matar o chefe Nondjwana.*

*A cova encoberta por uma esteira, no seu redor sentaram-se homens importantes dos Mabzhaya e o centro reservado ao chefe convidado".<sup>66</sup>*

*Outra versão, defende que "o chefe Nhongonyana era muito bravo, tendo os Mabzhaya, à força, procurado usurpar-lhe o trono, por não terem conseguido, prepararam um golpe traiçoeiro".<sup>67</sup>*

*Apesar das contradições hegemónicas, os chefes conviviam entre si, por isso, é que os Mabzhaya apesar de novos no território, mantinham o seu próprio chefe nas terras que lhes haviam sido atribuídas.*

*Porque ambicionavam ascender ao trono no território, orquestraram um complot através do qual desferiram o golpe fatal. Convidando o chefe Nhongonyana e seus homens a um convívio, com o pretexto do chefe escolher algumas raparigas expressamente seleccionadas para o efeito, sabido o grande apreço que tinha por elas.*

*No interior de uma casa onde estariam as raparigas, porque normalmente, o ritual decorria sempre em lugar fechado, foi aberta uma cova e introduzidos paus aguçados. Para cobrir a cova, foi colocada uma esteira suportada nos extremos pelas raparigas,*

---

<sup>66</sup> Francisco Manjololo, 29.07.95.

<sup>67</sup> Alexandre Chitlanta, 29.07.95.

*pseudo-candidatas, à preferência do chefe Nhongonyana Mahlangwana.*

*Quando o acto começou, o chefe dirigiu-se ao lugar reservado para ele sentar-se no centro da esteira, tendo resvalado para o interior da cova, feriu-se mortalmente com os paus aguçados.*

*Os seus acompanhantes, ouvindo os gritos, não mais fizeram senão render-se, porque, quando o chefe era morto, os seus súbditos deviam render-se".*

A versão menos vulgar é contada por Carlos Palate, segundo ele, "nas festas rituais era normal alguém morrer porque a tradição o exigia. Assim, os Ngomana, que eram os genros do hosi Nhongonyana Mahlangwana, por este lhes ter cedido a filha em casamento - como prática, o anfitrião, uma maneira de estreitar laços com os recém chegados, dava-lhe em casamento uma das suas filhas. - Durante as celebrações rituais, no caminho por onde passaria o chefe Nhongonyana para orientar o acto de muphlahlo, fizeram uma cova grande e no fundo colocaram fogo, tapando de forma engenhosa.

*O chefe ao atravessar em direcção ao local de m'phlahlo, precipitou-se para o fundo da cova acto contínuo, os Ngomana trataram de tapar o buraco.*

*Por um período de dois a três meses foi proibida a passagem ou aproximação de alguém ao do lugar onde se tinha registado o infortúnio do chefe Nhongonyana<sup>68</sup>.*

Com a morte do hosi, o genro Ngomana reivindicou o direito de chefia para si.

Segundo o informador Palate, esta atitude levantou suspeitas entre os parentes directos do chefe. Tempos depois, os Mahlangwana aperceberam-se de que havia sido o genro Ngomana o promotor da morte do seu chefe Nhongonyana.

Consumada a conquista, a curiosidade dos Ngomana em conhecer o território dos Mahlangwana em toda a sua extensão, levou ao prolongamento das conquistas, até a fortaleza localizada em N'kanhine, local onde viviam os guerreiros constituídos pelas famílias Panguene e Mangwana. Tidos como destemidos e porque fortificados com remédios, eram a força de Nondjwana. Por isso, eram concentrados em N'kanhine, mais tarde, Matchinana, actual casa grande dos Mabzhaya.

---

<sup>68</sup> Carlos U. Palate, 06.07.95.

Com a ocupação de Nkanhine, último reduto dos Nondjwana, os Ngomana deixaram o seu apelido e passaram a chamar-se Mabzhaya e disseram que eles eram Ba-Nondjawana, os donos da terra, segundo descreve Junod, num excerto já citado neste trabalho.

Desde então, até hoje, eles são conhecidos como os Nondjwana.<sup>69</sup>

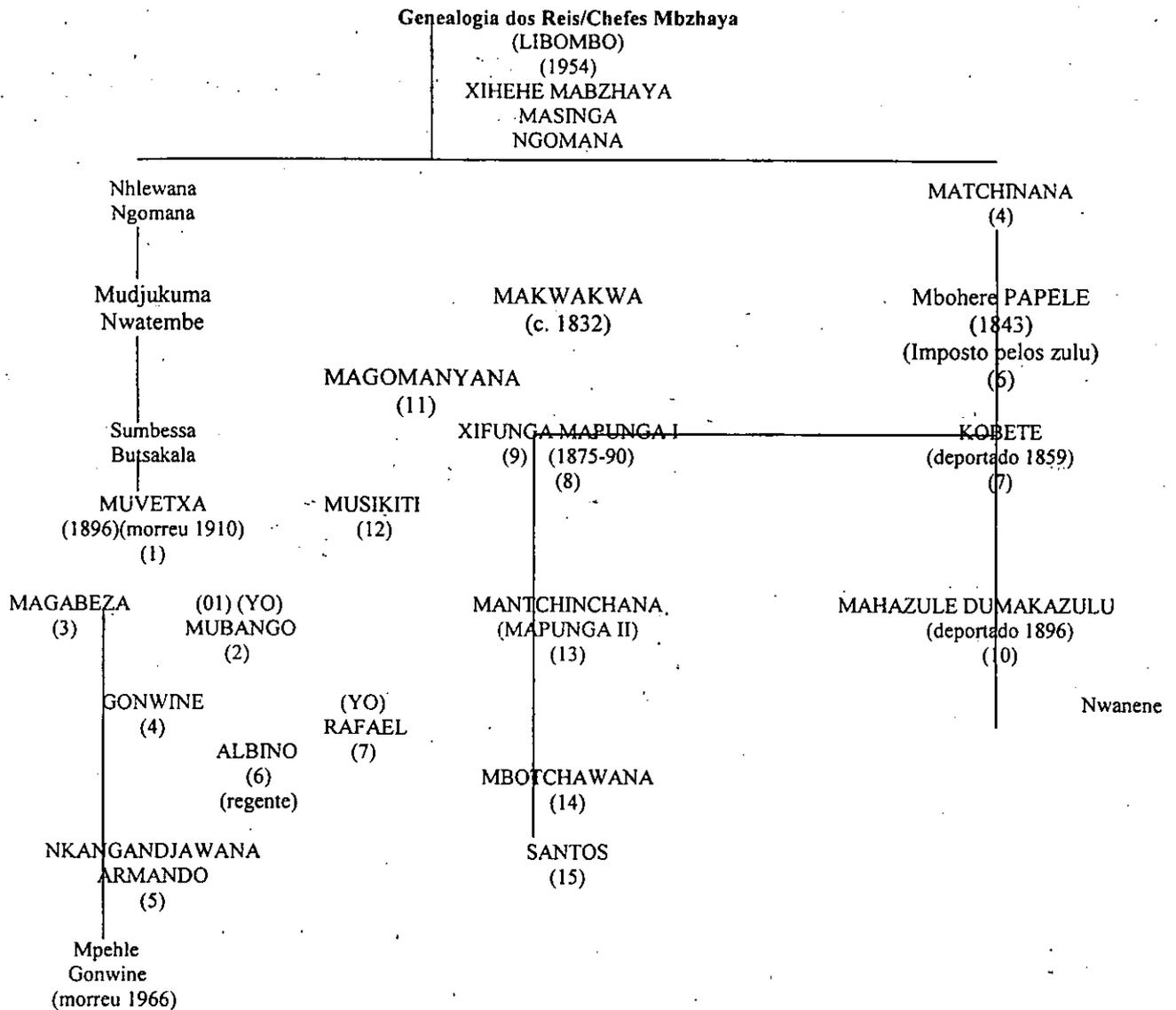
*Outras versões poderão existir com maior grau de variação em relação às mencionadas neste trabalho. O que é relevante é a dimensão mítica lendária que, através dos tempos, vem assumindo a transmissão do acontecimento.*

*O que é credível e comum nas versões ora inscritas, é a natureza usurpacionista por via da traição assumida pelos Ngomana para despojarem os Mahlangwana da liderança da tradição no território.*

---

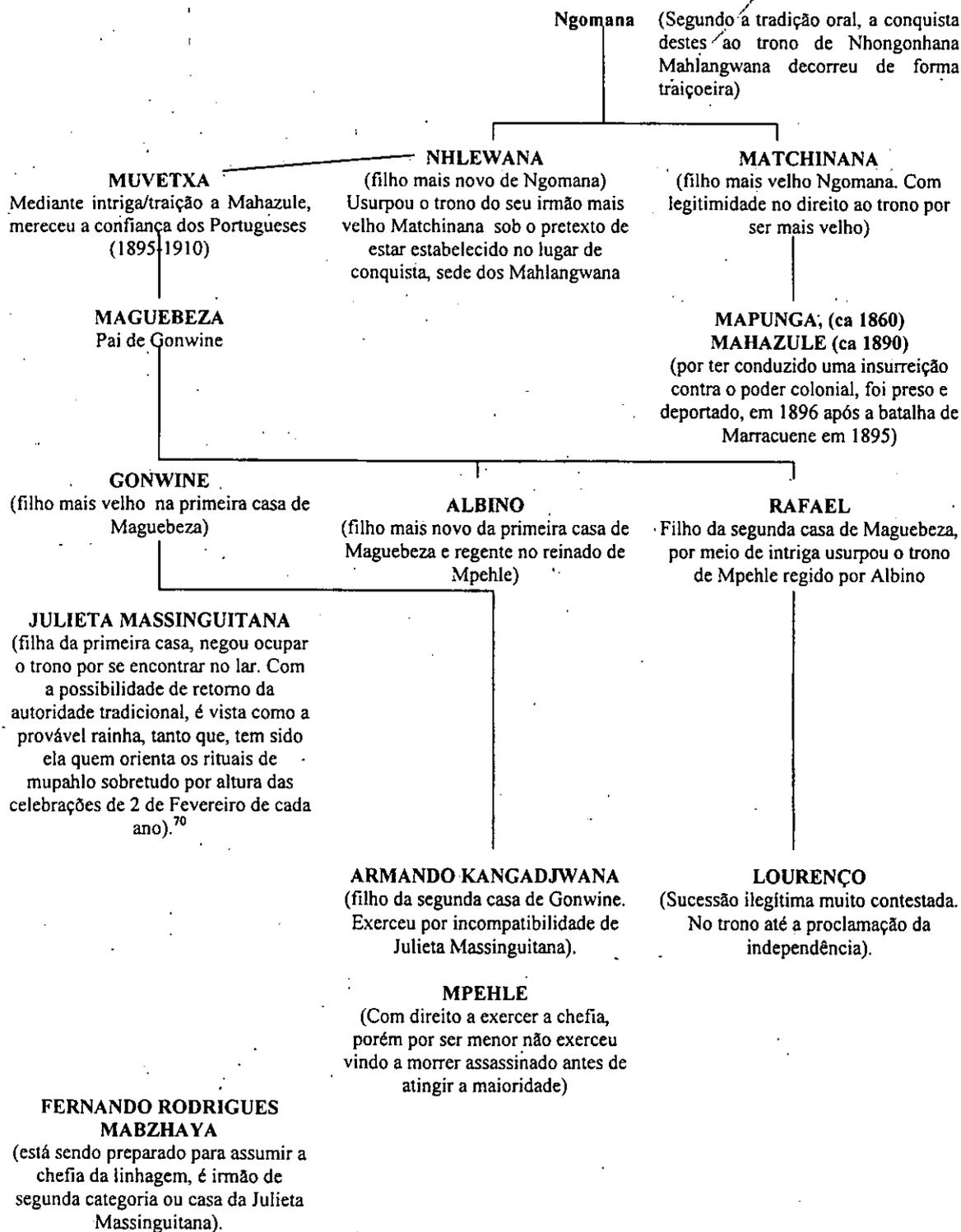
<sup>69</sup> Binford, M. B. op. cit.- p.42

**IV.2. DOS MATCHINANA MABZHAYA AOS NHLEWANA MABZHAYA:  
Debate genealógico na ordem sucessória de chefia.**



Genealogia dos Reis Mabzhaya: Reis Matchinana e Nonjwana  
Fonte: Binford, B. Martha Stalemente: A Study of cultural dynamics.-  
Michigan: State University, 1971, p.44.

## GENEALOGIA DE CHEFES MABZHAYA SEGUNDO INFORMANTES DE RAÍZ MABZHAYA



<sup>70</sup> Fonte: Entrevista com Julieta Massinguitana Mabhaya (rainha) e ti nganakanas ( chefes de terras) da linhagem Mabhaya

Marta Binford, refere na sua descrição genealógica que o primeiro rei Mabzhaya foi o Xihehe, tendo o seu neto Ngomana gerado gêmeos, designadamente, Matchinana e Nhlewana, após ter-se estabelecido em definitivo na margem direita do rio Incomáti.<sup>71</sup>

Porque Nondjwana, na margem direita do rio Incomáti, sede dos Mahlangwana e primeiro lugar de conquista dos Ngomana, havia ficado sem nenhum chefe, também para resolver disputas pelo trono entre os irmãos gêmeos, o pai Ngomana enviou Nhlewana para chefiar Nondjwana.

Ngomana, manteve Matchinana em Nkanhine, e quando ele morreu este ficou no seu lugar. Até hoje constitui lugar de enterramento dos Matchinana Mabzhaya.

Outras fontes, como a rainha Julieta Massinguitana, descendente directa da sublinhagem Nhlewana Mbzhaya, defendem que Matchinana era mais velho que Nhlewana, daí ter ficado ao lado do pai em Nkanhine.

Os chefes de terra, Francisco Mabzhaya de Hâvel e Alexandre Mabzhaya de Zintava, afirmam que Matchinana e Nhlewana não podiam viver juntos porque as suas relações eram marcadas por conflitos constantes. Daí que, Muvetxa Mabzhaya quando chefe em Mahlangwana, reclamou o lugar de chefe principal, hosi, em virtude deste lugar simbolizar a conquista do poder.

Por outro lado, a legitimidade de chefia da linhagem que Matchinana chamava a si, baseava-se na ordem de nascimento.

Seja como fôr, apesar de Mapunga Matchinana Mabzhaya e o seu filho Mahazule serem sénior a Muvetxa Nhlewana, este tornou-se mais importante por viver próximo da Administração e *porque reconhecido e aceite pela administração colonial. Anteriormente a 1894, Muvetxa não aparecia com poder político, após a prisão em 1896, e consequente deportação de Mahazule Dumakazulu para a fortaleza na Ilha de Moçambique e, depois para Timor, foi premiado/coroado chefe principal no território. Portanto, face a resistência da sublinhagem principal dos Matchinana, conduzida por Mahazuli, contra a administração colonial, esta optou por legitimar a título formal o desvio de linhagem. Assim, concedeu à sublinhagem Nhlewana, a liderança da linhagem e do território. Tratava-se de uma ascensão justificada pelo compromisso com a administração colonial. e, também pela confiança na condução dos interesses coloniais.*

---

<sup>71</sup> Binford, M. B., op. cit.-p.42-43

Na estrutura linhageira ronga, a anterioridade de nascimento traduz privilégios nos critérios de transmissão de direitos e deveres entre os indivíduos e grupos sociais.

O indivíduo mais velho por nascimento, goza de um certo privilégio social, podendo influir sem determinar, nos critérios de sucessão e de expressão de legitimidade na ascensão à liderança da tradição do seu grupo linhageiro.

Em geral, o poder de manipular e representar os rituais da comunidade é transmitido de pai para filho ou de irmão mais velho para o imediatamente a seguir.

Também a competência concorre para a legitimidade da autoridade de qualquer parente descendente do chefe destituído ou morto.

Este cenário, faz-nos crer que, as comunidades doméstico-rurais, possuem os seus domínios territoriais, sistemas próprios de reprodução de lideranças, assentes em normas e regras específicas de organização e preservação do seu universo sócio-cultural.

Imperativos decorrentes da dinâmica dos processos sociais, como o verificado na auto-legitimação de Nhlewana, usando um argumento de importância do território de cuja liderança se lhe reconhece a responsabilidade.

Tanto é assim que, actualmente, os Matchinana e Nhlewana estão separados no acto de muphalho no actual território de Marracuene, porque por via de regra quem devia orientá-lo seriam os mais antigos habitantes do lugar.

Os Nhlewana administram a tradição no território exceptuando o local onde é Matchinana, por este, sempre ter-se achado hosi, gozando de estatuto superior ou igual ao de Nhlewana. Porém, os Nhlewana fazem referência aos Matchinana no acto de muphahlo, apesar destes não tomarem parte nos actos rituais.

No debate entre o lugar de conquista, a sede dos Mahlangwana, em Nhongonyana, e o lugar de fixação definitiva, em Nkanhine ou Matchinana, o que é comum são as campas dos antepassados da linhagem Mabzhaya encontrarem-se depositadas em ambos e, associadas às dos chefes de linhagens mais antigas no território, os Mahlangwana.

Portanto, os Nhlewana Mabzhaya ao assumirem a liderança da tradição no espaço territorial, não proibiram os rituais dos parentes de Matchinana Mabzhaya, e parece não terem aglutinados estes à sua dominação.

Em suma, a ascensão de Muvetxa Mabzhaya deu início a um processo de desvio da sublinhagem que persiste na actualidade, pois, podemos verificar, a responsabilização na condução dos rituais à descendentes de Muvetxa Nhlewana, é o caso de Julieta Massinguitana Mabzhaya, única parente directa que reúne requisitos exigidos e a ela reconhecidos pela comunidade.\*

O imperativo de assegurar a efectividade e a reprodução do sistema colonial definiu um quadro de relação e estratégia que compreendeu a diminuição do poder dos sucessores de Maphunga e Mahazule, privilegiando Muvetxa, mas enquadrado na política de dividir chefaturas como prática em variadíssimas ocasiões imperando por mecanismos de intriga e traição.

A repetição dos processos proporciona-nos material no suporte do nosso quadro analítico, ora vejamos:

Maguebessa neto de Muvetxa, gerou Gonwine e Albino na primeira casa ou a principal, Rafael com a segunda mulher ou segunda casa.

Por tradição, o filho mais velho da casa maior era quem devia suceder o pai, nesta óptica foi Gonwine.

Este seguiu o exemplo do pai, teve duas casas, na principal, após momento de espera e apreensão, acabou gerando Julieta Massinguitana.\* Na segunda casa teve Armando Kangadjwana, que sucedeu o pai Gonwine, porque Julieta não quis por se encontrar casada e provavelmente, porque as mulheres não costumam suceder à chefia.

Com a morte de Armando Kangadjwana, seu filho Mpehle devia assumir as rédeas do trono. Mas por não ter atingido a maioridade, Albino seu tio, e o filho da primeira casa de Maguebeza, ficou regente do trono.

Com Albino estabelecido em Nhongonyana, sede da liderança tradicional, Rafael, seu meio-irmão, por também ser filho de Maguebeza mas da segunda casa, à frente do sub-chefado de Havel, ansioso em ocupar o posto de liderança em Nhongonyana, aproveitou-se do assassinato de Mpehle em 1966, herdeiro do trono, para incriminar Albino perante a administração colonial.

---

\* Massinguitana, por a espera para efeitos de parto ter sido longa, o nascimento dela foi visto como um milagre.

\* Com o retorno às práticas tradicionais, sobretudo em actos rituais de recordação dos mortos na batalha de Marracuene tem liderado o muphalho

Esta orquestração foi fundamentada no argumento de que Albino mandara assassinar Mphele<sup>72</sup> porque não desejava abandonar o trono ao qual vinha regendo.

Albino foi preso e deportado para Matutuine, para onde à comunidade se dizia ter ido aprender a governar, como era habitual nestes casos.

Por esta via, de calúnia, Rafael como recompensa foi indicado para líder da linhagem Mabzhaya pelas autoridades administrativas coloniais. Contestado pela comunidade até a sua morte, o filho de Rafael, sucessor no trono, de nome Lourenço Maguebeza, tornou-se o último líder tradicional do grupo linhageiro Mabzhaya em Marracuene, interrompida esta forma de organização comunitária com a independência do país.

Segundo os informantes, o chefe Lourenço porque veio de sucessão ilegítima, nunca foi reconhecido pela comunidade. A afirmação de Julieta Massinguitana é a expressão desse sentimento: "*cuidado com o Lourenço porque o poder não é dele*".<sup>73</sup>

A estratégia adoptada pelo poder colonial deixou estas marcas ao nível das micro-sociedades doméstico-rurais, reflectindo um estado de desarticulação e dispersão dos grupos sócio-culturais locais, ora aliciando o engajamento de certos indivíduos pertencentes as famílias na liderança dos micro-espacos. Os portugueses usaram a legitimidade dos chefes para se assentarem no território. Os chefes por sua vez, usaram a necessidade que sabiam existir desta presença, para tornar mais suave a opressão sob a sua comunidade. Isto porque os chefes locais não tinham condições de cessá-la totalmente, pela extrema desigualdade de recursos bélicos...<sup>74</sup>

O que resultou por toda parte na diminuição e descrédito da autoridade dos líderes comunitários e, aumentou o poder e a independência dos seus subordinados.

Este chefe, com vínculos com a administração colonial, governa como agente do poder colonial e não por direito próprio, reconhecido e legitimado pela sua própria comunidade.

Esta é a realidade que se impõe estudá-la, estabelecer mecanismos de reverté-la de forma a devolver a legitimidade do que se vê ainda estar bem vivo.

---

<sup>72</sup> Rafael vivia em Havel com Mphele e estava encarregue de educá-lo como governar, porque, segundo Binford, "O herdeiro do trono raras vezes vive na povoação central da chefatura, chamada ntsindja. É enviado pelo pai como chefe para outra povoação para aprender a governar"

<sup>73</sup> Julieta Massinguitana, 21.01.95

<sup>74</sup> Lundin, Iraê, Relatório de trabalho de campo nas províncias de Sofala e Manica: A autoridade/poder tradicional e suas bases de legitimação.-Maputo:MAE, 1992, p.35

Ainda que nenhuma medida oficial tenha sido tomada por parte do Estado, visando trazer de volta o exercício de autoridade pelas chefias tradicionais, em algumas regiões, estas, funcionaram, sendo as suas ordens ouvidas e obedecidas pela população.

Segundo os últimos dados colhidos no terreno em estudo, soubemos que a rainha Julieta Massinguitana Mabzhaya, da sub-linhagem Nhlewana Mabzhaya, estaria a preparar Fernando Rodrigues Mabzhaya, irmão de segunda categoria, para posteriormente fazer-lhe a transmissão da liderança da tradição em Marracuene.

## CAPÍTULO V ESTRUTURA POLÍTICA LOCAL NO PÓS- INDEPENDÊNCIA: UM PODER NA SOMBRA

### V.1. IMPLANTAÇÃO DA NOVA ORDEM

A nova ordem impôsta como consequência do golpe de Estado havido em Portugal, a 25 de Abril de 1974, e da pressão exercida pela insurreição armada conduzida pelos moçambicanos, trouxe consigo novos desenvolvimentos no panorama sócio-cultural nacional.

O passado colonial visto no sentido negativo, influíu grandemente na formulação e direcção de estratégias de vida e desenvolvimento do país. Contudo, a premência da reversão social e económica influenciada pela conjuntura política de um mundo bipolarizado, favoreceu a necessidade de implantação de novas estruturas sociais no poder, em substituição das instituições do Estado Colonial, que, foram abolidas e a divisão administrativa do país modificada.

A mobilização das populações feita pelos representantes do novo poder assumiu o carácter de constrangimentos com os chefes tradicionais, sob a designação genérica de régulos.

O discurso corrente relegou os chefes tradicionais à condição de exclusão social por outrora terem estado comprometidos com o sistema colonial. Daí, supunha-se que não se justificasse atribuir-lhes papel chave na nova ordem implantada.

Os argumentos que foram colocados por detrás da sua exclusão, podem ser interpretados, como manifestação de um novo fenómeno de segregação social. Por razões históricas, era por demais evidente a suspeição sobre os chefes tradicionais com os novos propósitos de governação, sob o pretexto de simbolizarem um passado colonial de opressão e exploração do povo.

Deste modo, a questão de fundo, que era a legitimação das novas instituições a nível local através da ofuscação das anteriores, terá em certa medida, surtido resultados positivos/práticos, embora efémeros como veremos mais adiante: *"com a independência o que se disse é que os chefes tradicionais já não eram necessários e,*

*que, deviam seguir os colonos que eram seus patrões. Nós o que fizemos foi procurarmos emprego, alguns foram as minas e outros até hoje estão a cultivar*"<sup>75</sup>

A dimensão desta estratégia de segregação social pode também ser explicada pela assumpção do ideológico conferido às práticas tradicionais representadas por esses homens "notáveis", que contudo, foram conotadas com o conservadorismo, atraso cultural e negação à modernidade.

O desencontro tornado realidade entre as comunidades, teve como válvula de escape o uso de termos até então invulgares, que se adequam ao entusiasmo reinante. Apesar de não ter havido a explicação de conceitos como o obscurantismo, superstição e outros, no quadro da chamada inadequação dos mentores da preservação da tradição. Daí, decorre que, na nova ordem criada, o sistema de alianças e lealdades imposto pelos novos governantes não ter incluído estas chefias, optando-se pela ruptura e sua respectiva marginalização.

Porém, esta manifestação de ruptura e exclusão do poder da Frelimo para com os chefes tradicionais, contrasta com a realidade histórica da luta armada, que pode ser testemunhada na obra de Jocelyn Alexander:

*"A Frelimo usou os régulos durante a guerra quando ela tinha amizade entre os régulos... os régulos apoiaram-nos com alimentos e cerimónias tradicionais."*<sup>76</sup>

O fenómeno de exclusão social não foi acompanhado pela destituição formal, senão pronunciamentos feitos em encontros públicos, vulgo comícios, orientados por alguns representantes do novo poder.

Apenas, pensamos nós que, a forte carga emocional motivada pelo triunfo do movimento libertador acrescido de expectativas alimentadas, acicatou a vontade de mudança das populações para uma vida melhor. Aceitando deste modo o realismo da exclusão social de alguns, como um acontecimento natural no consumir da ansiedade de ver tornar-se realidade o acesso dos então indígenas no controle do poder nacional.

Por conseguinte, alguns informantes adiantam que vários chefes tradicionais foram hostilizados, presos ou perseguidos porque as suas anteriores actuações eram referenciadas de forma pejorativa. Por exemplo, dizia-se que *"a Frelimo tirou-lhes porque comparava o seu trabalho ao realizado pela PIDE"*<sup>77</sup>

<sup>75</sup> Francisco Manjololo, 29.07.97.

<sup>76</sup> Presidente da Localidade de Munhiwa, antigo guerrilheiro da Frelimo, citado por Alexander, Jocelyn, - Terra e Autoridade Política do pós-guerra em Moçambique: o caso da província de Manica. - Maputo: ARQUIVO 16, 1994, p.44.

<sup>77</sup> Carlos U. Palate, 06.07.95.

Este radicalismo de posicionamento suscitou novas crises sociais. Deu forma a um novo tipo de animosidades que, posteriormente, se reflectiu negativamente no novo quadro de lealdades das populações em relação ao Estado e seus órgãos institucionais do poder local.

O lado negativo reside no vazio criado na salvaguarda de determinadas práticas costumeiras, porque os *conselheiros e os funcionários rituais representam o interesse da comunidade na preservação dos usos e costumes e na observância das medidas rituais julgadas necessárias para o seu bem-estar*<sup>78</sup>.

Segundo o ndôta de Hobjane, Ernesto Mabzhaya, a Frelimo quando chegou reuniu os chefes tradicionais em Macaneta e disse-lhes que, deviam escolher alguém para servir de intermediário entre eles e a Administração. Também, se disse que os chefes tradicionais continuariam nos seus postos, no entanto, passariam a subordinar-se aos novos elementos de ligação entre a autoridade tradicional e o poder formal instituído.<sup>79</sup>

Do ponto de vista do informante, este facto terá sido aceite por todos os chefes, convencidos de que por nada lesaria as suas atribuições inerentes à obrigações e responsabilidades diante da sua comunidade.

Porém, na óptica de muitos entrevistados, esses intermediários, conhecidos sob a designação de secretários dos grupos dinamizadores, passaram a reunir as populações e a conduzir julgamentos à revelia dos chefes tradicionais. Consequentemente, os chefes tradicionais terão entendido que fôsse uma maneira subtil de os afastar do exercício de autoridade, por isso, decidiram-se por ficar nas suas casas.

Julgamos que, o sentimento expresso pelo chefe de Hobjane e outros entrevistados, é testemunho da ausência de uma orientação formal e uniforme, que fosse definir o novo papel ou estatuto que seria atribuído aos chefes tradicionais.

Ao questionarmos esta falta de clareza na atribuição de papeis aos vários actores com funções de liderança nos processos sociais localizados, como hipótese, terá se ficado a dever à indefinição no procedimento a tomar em relação à discussão dos aspectos da vida nacional nos microespaços.

---

<sup>78</sup> Fortes, M., Evans Pritchard, E.E., *ibid.*- p.43

<sup>79</sup> Hobjane: Mabzhaya, Ernesto. Comunicação pessoal, 02/1995

Ali, nos sectores do topo, actuavam personalidades que misturavam as competências políticas com as de carácter administrativo. Os seus discursos ou intervenções em público eram encarados como dogmas, porque não concediam espaço a questionamento. Ao nível de base, nas comunidades, eram frequentes os encontros que propiciavam a troca de ideias e busca de soluções, mas encobertos sob um fundo de moderação tendente a chegar a estados de alma ou espírito previamente esperados. A ideia era todos concordarem, terem um pensamento uniforme ou consensual, excluindo-se a consciência de uma unidade em proveito de um todo. Era importante pensar e falar como o dirigente.

*"Chegaram com o poder para nos dirigir e nós batemos as palmas como gesto de boas vindas... no entanto começaram a mandar as pessoas."*<sup>80</sup>

É de acreditar que não tenha havido uma tentativa de promover uma concertação com todas as sensibilidades da sociedade, por forma, a determinar-se uma política de integração e definição do real papel das chefias tradicionais em relação ao poder nacional em projecção.

Seguramente, pode-se afirmar, que foi ignorado o aspecto fundamental da legitimação dos poderes nacionais, baseada num tipo de organização social e política fixado em função da defesa e protecção dos interesses da população ao nível de base. Algumas realizações, como as aldeias comunais, eram reveladoras da enorme distância que existia entre os programas do Governo e a especificidade territorial e cultural sob o qual actuavam.

Isto pode reflectir, sobremaneira, a lacuna criada pela falta de um poder local conhecedor da realidade também local que, serviria de ponte com o poder central. Convém lembrar um dito de Evans-Pritchard:

*"Para poder compreender o pensamento de um povo torna-se necessário pensar nos seus próprios símbolos."*<sup>81</sup>

Apesar, da política de exclusão adoptada pelos novos governantes em relação a autoridade tradicional, de não existência formal de nenhuma ligação entre o poder formalmente instituído e as chefias tradicionais das sociedades africanas locais, os dados recolhidos no terreno indicam ter existido uma certa coabitação em determinados microespaços. O secretário do GD do bairro Massinga, Carlos Palate diz *"ter trabalhado com o anterior chefe de povoação, já como responsável da*

<sup>80</sup> Fortes, M., Evans Pritchard, E.E., *ibid.* - p.43

<sup>81</sup> Evans-Pritchard, E.E., *Antropologia Social*. - Paris Edições 70, 1940 p. 129.

*informação do círculo durante 4 à 5 anos. Mesmo depois deste ter deixado, obrigado pelo Governo, teve a necessidade de o contactar para questões da tradição".<sup>82</sup>*

Esta constatação encontra explicação no facto destas chefias serem representativas. Através delas as comunidades se sentem valorizadas e autorizadas a agirem consoante os seus usos e costumes.

O ndôta Ernesto Mabzhaya conta que os secretários dos grupos dinamizadores passaram a chamá-los quando tinham assuntos que dificilmente conseguiam resolver.

*"Começaram a chamar-nos dizendo que devemos apoiar-lhes na resolução de casos da vida. Nós vimos que eles não estavam a aguentar com os problemas da terra."<sup>83</sup>*

É importante salientar que a colaboração dos representantes do poder formal com os chefes tradicionais não foi uniforme. Assim, por variadas razões houve diferenças de inserção dos chefes tradicionais na condução do poder a nível local. Esta procura de colaboração das autoridades tradicionais, nos meandros da governação local por alguns representantes do poder formal instituído ao nível local, reflectia a ausência de uniformidade nas formas de actuação, a existência de diferentes graus de experiência em questões de administração.

Também explica-se porque, ao nível dos funcionários administrativos alguns eram o prolongamento de um exercício de actividade que perdurava desde a era colonial. Por outro, com a independência foram nomeados administradores que enveredaram por formas de actuação que sugeriam uma melhor colaboração com os chefes tradicionais, porque na prática de há tempos se mostrara positiva.<sup>84</sup>

O outro grupo é o de administradores e chefes de posto, membros de quadro da Frelimo, alguns com experiência acumulada na administração das zonas libertadas, embora sem termos feito um estudo pormenorizado sobre este aspecto, temos a ousadia de afirmar que, dada a natureza do ambiente político nestas áreas, integrado num contexto de conflito armado, pouco espaço era atribuído ao modelo de governação local civil.

---

<sup>82</sup> Carlos Palate, 06.07.95.

<sup>83</sup> Ernesto Mabzhaya, ex chefe de terras de Hobjane. Entrevista realizada aos 27.01.95

<sup>84</sup> O sr. Vaz Mbazima, Administrador do distrito da Machava até 1992, ilustra exemplos de colegas seus em cargos administrativos desde a era colonial, mencionando o pai do ex-ministro de Informação, José Luís Cabaço ter sido administrador na era colonial e nos primeiros anos de independência.

Proclamada a independência era necessário dar continuidade às práticas já iniciadas, considerando a forma de administração das zonas libertadas como experiência piloto e, por outro lado, dar estímulo aos quadros do ex-movimento armado, atribuindo-lhes postos de relevo na administração. Por isso, a grande maioria de administradores e chefes de posto eram antigos guerrilheiros que desconheciam a importância da colaboração com os chefes tradicionais. Ignoravam as práticas das comunidades dos territórios que administravam. Estes, até certo ponto, impuseram um sistema "militarizado" no relacionamento com as comunidades.

Fazendo uso do chavão político, promoveram campanhas de descrédito das chefias tradicionais. Uns fizeram-no cegamente, outros não. O que importava era rejeitar tudo que fosse identificado com a velha ordem, porque afigurava-se importante a criação do Homem Novo. Este, livre do que eram os vícios imputados ao colonizador e aos defensores da tradição, utilizando para o efeito uma linhagem nova que não era hábito das comunidades.

*"Nos discursos dos novos governantes predominavam os temas e os símbolos unitários: a personalidade do chefe nacional é sacralizada (pode ser identificado como um salvador) e a própria nação se torna objecto de uma verdadeira religião política."<sup>85</sup>*

É de acentuar, que em alguns espaços as pessoas indicadas para secretários dos GD's, inicialmente, eram membros de linhagens dominantes, que conheciam a influência que os chefes tradicionais têm dentro do quadro cosmológico de crenças e símbolos dos grupos populacionais. Estes recorreram desde sempre à colaboração coabitacional, embora não formal e, por vezes "clandestina".

Em Massinga e Bôvole os secretários dos GD's e os chefes da área dos assuntos sociais eram membros da linhagem dominante, realçaram esta colaboração.<sup>86</sup> Situações como esta registaram-se em vários cantos do país, nalguns, eram sobrinhos dos chefes tradicionais. Estes, dependiam excessivamente de opiniões dos tios. Porém, procuravam não deixar transparecer essa colaboração aos seus superiores.

Por último, em alguns espaços nacionais rurais, o discurso ofensivo contra os chefes tradicionais não se fez sentir. Deste modo não terão sido marginalizados pelos

---

<sup>85</sup> Balandier, *ibid.*- p. 182.

<sup>86</sup> Ernesto Mabzhaya e Carlos Palate, secretários dos GD's de Bulaze E Massinga.

administradores e chefes de posto e a estabilidade das populações continuou a ser mantida por eles.<sup>87</sup>

Terá contribuído para este prolongamento das chefias tradicionais em alguns microespaços marcadamente rurais, o fraco nível de implantação das instituições do Estado a este nível.

Em virtude destes factos, de alianças e de rupturas com os chefes tradicionais derivadas da não uniformidade de critérios dos novos agentes da administração local respondendo pelos poderes nacionais, somos de opinião que devem ser questionadas as diferenças de interpretação e conceitualização havidas. A utilidade do papel sócio-cultural das autoridades tradicionais, por situar-se dentro do quadro cosmológico de definição da identidade histórico-cultural.

## V.2. OS CHEFES TRADICIONAIS: UM PODER NA SOMBRA

Com a primeira hipótese queremos demonstrar que, a reconhecida capacidade de gestão do invisível de que goza a autoridade africana local, manteve-se activa diante das comunidades, embora na sombra, no pós-independência. Não obstante a sua relativa marginalização e o discurso crítico à sua postura, para as comunidades não desapareceu a legitimidade do chefe tradicional, como fiel depositário e de garantia do respeito pelas suas tradições.

Somos de opinião, que a autoridade local, factor de coesão e identidade cultural, legitima e regula as relações das populações entre si e com o meio ambiente.<sup>88</sup> Por esta razão admitimos que esta autoridade assumiu diferentes facetas em função do aproveitamento que o poder estabelecido dela fez. Baseando-se no facto de que a legitimação dos poderes do Estado em certos momentos é reflectida ao nível das comunidades; quando a este nível os seus representantes gozam de aceitação e reconhecimento. Porém é necessário que estes assumam e encarnem certos valores sócio-culturais que os identifiquem com as populações.

Daí, consideramos que o posicionamento em relação aos poderes nacionais, desenha um cenário de alianças e rupturas específico para cada fase histórica, em conformidade com as políticas adoptadas pelo Estado em relação ao seu papel na sociedade.

---

<sup>87</sup> Os chefes dos postos administrativos de Bilibiza, Dombe e Chigubo referiram que era impossível trabalharem nas suas áreas sem contarem com a colaboração dos respectivos chefes tradicionais.

<sup>88</sup> Lundin, Iraê, op. cit., p.24

Pretendemos demonstrar que esta autoridade, no momento histórico em que foi estudada, coabitou com os poderes estabelecidos localmente, não obstante ter sido combatida. Encontramos substância nesta coabitação, no facto de qualquer comunidade obter a sua inserção social sob um quadro mitológico de lendas e crenças que contribuem para a formação da sua personalidade enquanto indivíduos.

No período histórico em referência apesar de não reconhecida formalmente, permaneceu activa como forma de organização da vida, dentro do cenário cosmológico dos usos e costumes. Por isso, cremos que, as comunidades e as suas tradições são eternas, determinando a reciprocidade da sua própria existência.

Segundo B. Malinowski, "a perpetuação do poder do chefe local é porque o mito implica uma parte da ideologia, uma *"carta social"* que garante a *"forma existente da sociedade com o seu sistema de distribuição do poder, do prestígio e da propriedade"*, possui uma justificativa que os guardiões da tradição e os gestores do aparelho político sabem manejar.<sup>89</sup>

### V.3. OS SECRETÁRIOS DOS GD'S: INCAPACIDADE DE SE LEGITIMAREM

Como segunda hipótese deste trabalho, debruçamo-nos sobre a dificuldade de legitimação dos novos representantes do poder do Estado, ao nível das comunidades.

Sabendo que a selecção e nomeação destes indivíduos para membros dos grupos dinamizadores e comités de círculo, baseou-se na convicção demonstrada aos princípios políticos e ideológicos do grupo político no poder e não a aspectos de ligação cultural com as comunidades e os espaços que passaram a dirigir.<sup>90</sup>

Este modelo de governação criou mecanismos de exclusão social que, gradualmente foram tendo reflexos negativos no quadro de lealdades das populações ao Estado.

A incapacidade dos secretários dos GDs e presidentes de localidades em dar resposta aos problemas do quotidiano das populações, concernentes às práticas costumeiras fez com que as populações contactassem os chefes tradicionais. O objectivo era serem resolvidos os seus problemas sem antes comunicarem os representantes do poder central. A maioria da população deixou de ligar as ideias dos homens do poder preferindo continuar a ouvir as autoridades tradicionais.

<sup>89</sup> Balandier, George, *ibid.*, p.44

<sup>90</sup> Carlos Mate, entrevista realizada aos 24.01.95

Este modo de actuação das populações gerou, em algumas partes do país, conflitos sob forma de ciúme entre os chefes tradicionais e os elementos dos GD's.

Contudo, era evidente que a difícil coabitação entre as duas autoridades tinha como factor agravante a perda por uns, de benefícios ou mordomias inerentes a chefia.

Embora falando bem de questões do meio e aproveitamento dos recursos, a incapacidade da autoridade formal em se legitimar através da resolução de casos de índole sócio-cultural, abriu espaço ao desejo de reacquirição pelo chefe tradicional do prestígio "perdido" ou "manchado" dando forma a um poder exercido à sombra do poder formal.

Noutros lugares, os próprios representantes do Governo ao nível dos microespaços, quando confrontados com problemas sociais, solicitaram os conselhos e informações dos chefes locais. Conferindo desta maneira, substância ao poder exercido informalmente.

O ndôta Honwana atribui culpas aos agentes do poder formal dizendo que estes faziam-se de esquecidos quando se tratasse de auferir certos rendimentos, apesar de lhe consultarem para a resolução de milandos. A decisão de muitos "tihosi" foi de se afastarem e não se predispôrem a qualquer espécie de colaboração.<sup>91</sup>

A frieza no relacionamento entre os dois poderes abriu brechas na vida das populações porque, a efectiva colaboração entre ambos constitui salvaguarda para a ordem social e é um pressuposto fundamental para o desenvolvimento.

Neste quadro, dado os níveis de erosão que a autoridade tradicional sofreu, e perante o síndrome do seu desaparecimento paulatino, firmou alianças que longe de exprimirem aderência a qualquer orientação ideológica, eram expressão do desejo de reassumirem um espaço que sempre lhes pertencera. Este posicionamento foi aproveitado pela Renamo para reforçar a sua base social em pleno conflito armado, no qual, qualquer aliança é bem-vinda.<sup>92</sup>

Balandier, especifica que, os partidos políticos estabelecem alianças locais com os notáveis tradicionais, *"recuperando símbolos antigos e eficazes, organizam o cerimonial da vida política (incorporando nele por vezes elementos rituais) a fim de se sacralizarem, conferem ao seu chefe um duplo rosto ou constroem para ele uma*

---

<sup>91</sup> Bovôle: Honwana, Samo Vasco. Entrevista concedida em 23.01.95

<sup>92</sup> Segundo Xacufa Mpfumo, *"A rainha Massinguitana ao ter-se aliado a Renamo foi por interesse do poder do costume"*. Entrevista concedida em 23.01.95.

*personalidade heróica (se necessário situando-o na descendência dos heróis populares); recorrem, finalmente, a meios tradicionais para forçar a adesão e fundamentar a autoridade dos seus agentes".<sup>93</sup>*

---

<sup>93</sup> Balandier, *ibid.* - p. 183.

## CAPÍTULO VI

### RESTAURAÇÃO DOS MODELOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DITOS TRADICIONAIS COMO BASE ALARGADA DO PODER DO ESTADO

Na presente fase em que se procuram consensos e argumentos claros que possam justificar ou não a necessidade de legitimar a articulação do poder do Estado com os chefes tradicionais, é relevante definir critérios objectivos para o efeito.

Esses critérios, no caso da região em estudo, colocam-nos como pré-requisito, a recolha e análise das visões dos diferentes grupos de interesse, políticos, económicos e da sociedade em geral.

O problema fundamental que é levantado, é a delicadeza com que deve ser tratada a indicação de qualquer membro da linhagem legitimamente aceite na liderança da comunidade no território.

Como vimos ao longo do texto, o processo histórico-político moçambicano desenhou cenários vários, que de certo modo, trouxeram variadas categorias de chefes locais.

A definição de critérios de legitimidade dos novos chefes deverá compreender, todos os mecanismos de instrumentalização e alienação da autoridade tradicional nas distintas fases do historial político nacional.

Sabido que, em espaço próprio, analisamos criticamente esta problemática, os grandes momentos foram, designadamente:

- a) A integração dos chefes tradicionais no sistema administrativo colonial e, em alguns casos, a destituição que lhes foi movida por falta de lealdade à causa colonial;
- b) A marginalização ou exclusão dos chefes tradicionais na estrutura política administrativa orquestrada pela Frelimo no pós-independência e a nomeação dos secretários dos GD's para os substituírem;
- c) No quadro do conflito armado entre o Governo e a Renamo, alguns chefes tradicionais foram indicados pelo movimento armado, mediante a condição de aceitarem a colaboração;
- d) Os efeitos do conflito armado, fizeram desaparecer e, ou, migrar alguns chefes locais, tendo então, emergido outros líderes em seu lugar.

O que se pretende, segundo os dados recolhidos de percepções dos distintos grupos de interesse, não é o retorno em bruto da autoridade tradicional, muito menos o regresso dos regulados, mas sim, encontrar elos de relação com o poder formal. O

que significa o desenvolvimento de mecanismos institucionais domésticos ou locais de participação das comunidades na apropriação e controle do poder a nível local.

A defesa da recondução dos chefes tradicionais pode ser vista em torno da resolução de questões da comunidade, de aspectos sócio-culturais específicos em universos territoriais limitados.

A liderança dos rituais festivos de carácter tradicional, de gestão do invisível, de realizações culturais e cerimoniais para debelar as crises sociais e naturais está-lhes destinada, é parte importante dos códigos de honra e atitudes não facilmente apagáveis nas comunidades.

São funções que não podem ser desempenhadas pelos GD's, não apenas por exigirem a neutralidade política, segundo opiniões dos nossos informantes, também, porque demonstraram ao longo da sua prática não estarem inseridos na realidade cultural das populações.

O problema fundamental que se põe em torno da restauração do poder dos chefes tradicionais, é o carácter não legitimizante da personalidade dos GD's, que, ditou um vácuo de transmissão sócio-cultural e de resolução de conflitos comunitários.

Assim, dentre os grupos de interesse que advogam a restauração dos líderes tradicionais, especial realce, no caso de Marracuene, a associações como a ANAMAR e o NGIYANA, de naturais e amigos de Marracuene e Maputo, respectivamente.

Estas, tem a particularidade de integrar indivíduos de várias latitudes políticas, económicas, sociais e religiosas.

Facto saliente é que o ANAMAR tem como líderes activos pessoas naturais com grandes interesses económicos no distrito, e que já tem um espaço conquistado no empresariado nacional.

Nomes como de Yok Chan, Manuel Panguene, Malangatana Valente Ngwenha, Carlos Jeque, Xacufa Mpfumo entre outros, gravitam entre os que clamam a gestão do invisível e o exercício de funções sócio-administrativas nos micro-universos pelos chefes tradicionais.

O historial do surgimento de muitas associações de naturais e amigos faz-nos crer que personalidades economicamente estáveis, tem se revelado como protagonistas de proa neste tipo de iniciativa.

Provavelmente, por detrás disto, estejam encobertos interesses sobre o acesso à terra, a prioridade na abertura de campos de investimento sobretudo na área de turismo. Buscam o estandarte da etnia e linhagem como referenciais galvanizadores.

Em Marracuene, são estas forças económicas que se tem destacado, por altura das festividades anuais do Gwaza Muthini, comemorado no dia 2 de Fevereiro de cada ano, oficialmente com pompa e circunstância depois da independência, desde 1995, quando do centenário da batalha de Marracuene.

Anualmente, são eles que reúnem os chefes tradicionais defronte da sede da administração estatal, agregam os recursos logísticos, nomeadamente, a alimentação, o transporte para os líderes locais à celebração do ritual de "Kuhahla", e a escolha do caçador do hipopótamo, etc.

Através de encontros sucessivos com os chefes tradicionais, religiosamente, discutem os problemas do distrito, rememoram as práticas administrativas e de aproveitamento de recursos.

Pelo que nos é dado observar, a ANAMAR e o NGIYANA, têm um conselho de "notáveis" ou anciãos na sua estrutura organizativa. Os membros deste conselho têm rosto e voz, porque estão inseridos na realidade cultural de Marracuene em particular, e de Maputo em geral. São tidos como interlocutores legítimos no que é da tradição.

Neste côro de vozes defensoras do aproveitamento dos chefes tradicionais na restituição da iniciativa às comunidades, o papel dos grupos políticos caracteriza-se por tomadas de posição públicas subtis.

Em relação à força política no poder, não existe uma defesa absoluta à restauração dos chefes tradicionais. A lógica discursiva dos dirigentes partidários distritais compreende sempre, o cuidado de não lesar os GD's que, até agora, se encontram em exercício. A dificuldade que há, está em definir um espaço apropriado para ambos os poderes locais.

A tónica dos governantes locais é um discurso de conveniência, de referências de intenção para responder a pressões oriundas de vários quadrantes da sociedade.

Está, também implícito nesta atitude, a necessidade de valorizar o papel histórico dos GD's na mobilização política no período que se seguiu a independência. Por outro, reconhecer os sacrifícios por eles concedidos no conflito armado, bem como, não

tomar partido em disputas que tem caracterizado a coexistência entre os chefes tradicionais e os GD's.

Como se pode ver nas declarações do secretário do GD do bairro 3 de Fevereiro em Marracuene:

*"A minha residência foi atacada, vi-me obrigado a ter um refúgio clandestino, porque um chefe tradicional indicou aos "bandidos armados" a minha casa ..."<sup>94</sup>*

Não obstante, adiante, veremos os mapas do arrolamento dos líderes tradicionais elaborados pelo partido no poder, segundo os quais, reflectem algum trabalho que está sendo realizado com vista a sua integração.

Quanto às forças políticas da oposição é um dado adquirido que posicionam-se claramente a favor da restauração das chefias tradicionais. Estas, pensamos nós, servem de bandeira de recurso para consumarem os seus propósitos políticos, em virtude dos GD's não garantirem a neutralidade política na disputa do voto e legitimidade a ser confirmada pela população.

Por isso é que, essas forças políticas apologistas do retorno da autoridade tradicional criam a nível local, autênticas estruturas colegiais de assessoria, na sombra, compostas por líderes tradicionais.

No que concerne a vontade da população, convém referir que, foi esta mesma comunidade que recorreu aos chefes tradicionais para fazer face as crises de cuja resolução os GD's não foram capazes.

Apesar de não concordar totalmente com as antigas práticas dos chefes tradicionais, a comunidade e os grupos religiosos colocam o acento tónico na degradação de valores morais, na expropriação indevida de recursos como a terra aos "fracos", na manutenção da ordem e protecção de locais sagrados, para justificar a necessidade de retorno da autoridade tradicional.

Porém, a dúvida que paira no ar, relaciona-se com quem deverá assumir ou ser confirmado na liderança local.

Segundo dados colhidos na documentação de 1940/60, outros fornecidos pelo Departamento de Organização do Partido Frelimo no distrito de Marracuene, apresentamos em seguida os mapas dos arrolamentos realizados.

---

<sup>94</sup> Secretário do GD do bairro 3 de Fevereiro, 23.01.95.

## CHEFES TRADICIONAIS EM 1940-60

### a) Circunscrição de Marracuene-Sede

Regedorias	Chefes de Grupos de Povoações		
Magaia	Abel Dixe Gimo-Ôcossa Mapulango Semende Intaca	Cumbane Faftine Gou-Éne Mumemo Sigandel Mali	Dique Galunde Joaquim Pazimane Zintava
Bobucwana	Chaiaza Mapixe	Cumbeza Zimpeto	Magenhana
Laulane	Lichaza	Muchapo	
Macanda	Foliche	Machubo	
Macaneta	Bochuana Taúla	Muaize Simbisse	
Maumata	Guêbo		
Maxaquene	Gonine	Magubo	

### b) Posto da Matola (Conselho da Matola)

Regedorias	Chefes de Grupo de Povoações		
Matola	Anhana Chinonquila Estevel Javela Magilana	Bedene Cobe Quilasse Mutatel Uamatibejana	Boquisso Congolote Machemel Mualaza Siduaba

### c) Posto de Namaacha

Regedoria	Posto de Namaacha	
Cocomela	Machabatimuca Macanda Massipenguane	Madevo
Mafuiana	Culula Mafavuca	

Estes dados referem-se a um período em que Namaacha e Matola eram parte integrante da circunscrição de Marracuene.

Dados fornecidos pelas estruturas distritais do partido Frelimo referem que em 1975, quando da exclusão dos chefes tradicionais, era a seguinte a hierarquia de organização:

1. Régulo Lourenço Rafael Mabzhaya
2. Chefe Virgílio Augusto Mabzhaya ..... em Dique
3. " Alvassone Pazimane Mabzhaya ..... em Pazimane
4. " Silvestre Sibinde Mabzhaya ..... em Ndiche
5. " José Sitique Mabzhaya ..... em Semende
6. " Galunde Mabzhaya ..... em Galunde
7. " Gimo-Ôcossa Mabzhaya ..... em Gimo-Ôcossa
8. " José Cumbene Mazhaya ..... em Cumbene
9. " Joaquim Massinga Mabzhaya ..... em Massinga
10. " Abel Mabzhaya ..... em Hâvel
11. " Chadreque Mumemo Mabzhaya ..... em Mumemo
12. " Adriano Nungo Mabzhaya ..... em Mali
13. " Zintava Mabzhaya ..... em Zintava
14. " Maxaquene Mabzhaya ..... em Fattine
15. " Mapulango Mabzhaya ..... em Mapulango
16. " Intaca Matola Mabzhaya ..... em Intaca
17. " Cumbeza Mahota Mabzhaya ..... em Cumbeza
18. " Sigandela Nhamazane Mabzhaya ..... em Muntanhana ou  
Sigandela

Dados mais recentes, remontando do ano 1995, indicam que, Julieta Massinguitana Mabzhaya é a actual Rainha, cuja legitimidade é reconhecida na liderança da autoridade tradicional. Sabe-se também, que Fernando Rodrigues Mabzhaya, seu irmão de outra casa, está sendo preparado para a sua sucessão.

Quanto a distribuição actualmente reconhecida dos chefes de povoação é a seguinte:

1. Em Dique, na actual Matalana, a pessoa que está a espera é o chefe Dique Mabzhaya;
2. Em Pazimane, limite com a Moamba, é o chefe Eduardo Mabzhaya;
3. Em Ndiche, uma aldeia que apresenta muitos vestígios causados pela guerra, o chefe é Silvestre Sibinde Mabzhaya;
4. Em Semende, actual aldeia comunal Samora Machel, nome em desuso, o é chefe em José Sitique Mabzhaya;

5. Em Galunde, não está ninguém na chefia porque o anterior faleceu. Diz-se que a família está a estudar quem deverá ser;
6. Em Gimo-Ôcossa, a situação é semelhante a de Galunde;
7. Em Cumbene ou Xihlele, o chefe é Alfredo António Mabzhaya;
8. Em Massinga, a chefe é Mi Joaquim Massinga Mabzhaya.\*
9. Em Hâvel, o chefe é Abel Manjololo Mabzhaya;
10. Em Mumemo, estava o Xadrequê Mumemo Mabzhaya, mas estasse por indicar outro;
11. Em Mali, é uma aldeia comunal, o chefe é Adriano Nungo Mabzhaya. A mãe deste chefe foi filha do anterior chefe Mabzhaya;
12. Em Zintava, o chefe é Alexandre Carlos Mabzhaya;
13. Em Fattine, o chefe é Maxaquene Mabzhaya;
14. Em Mapulango, não há referência de nenhum nome;
15. Em Intaca, o chefe é Matsolo Mabzhaya;
16. Em Cumbeza, o chefe é o Cumbeza Mavôta;\*
17. Sigandela ou Muntanhana, o chefe é Sigandela Nhamazane Mabzhaya.

Pelo que se pode ver, à priori, não se vislumbram dificuldades ou imprecisões de maior na restauração dos chefes locais, a nível do distrito de Marracuene. Tanto as populações, assim como as estruturas políticas e administrativas, conhecem quem deve estar a frente da chefia local.

Os distintos grupos de interesse contactados convergem na apreciação crítica a práticas conotadas com certos chefes tradicionais com fins inconfessáveis. Fazendo uso de atribuições e regalias de cargo, liderança, manipulação e gestão do invisível encaminham os seus propósitos de acumulação. Segundo Xacufa Mpfumo, *"Terá que haver uma separação entre o poder político-administrativo e o poder tradicional, nunca o retorno total ao passado ... porque alguns indivíduos da população nos tempos idos, por terem construído casas de alvenaria foram presos, caso do Nwa Konyane que foi enviado ao chibalo por ter mais riqueza que o régulo"*.<sup>95</sup>

\* O prefixo *Mi* utiliza-se para designar as mulheres sem alterar o nome na forma masculina. Por exemplo: *Mi Tembe*, *Mi Mpfumo*, etc.

\* Os predecessores de Cumbeza Mavôta teriam se casado na casa dos Mabzhaya, pelo que lhe atribuíram para uma terra para administrar.

<sup>95</sup> Xacufa Mpfumo, 23.01.95.

## CAPÍTULO VII CONCLUSÃO

As conclusões finais relativas a este trabalho, impõem-nos um tipo de abordagem que, necessariamente, deve remeter-se a uma dinâmica de adaptação constante aos processos de evolução histórica. Por isso, a compreensão e percepção dos fenómenos que caracterizam o universo sócio-cultural estudado confrontam-nos, no terreno, com as dinâmicas comportamentais, de normas e regras, rigorosamente estabelecidas.

Também, a busca de percepções de estudiosos, funcionários administrativos e indivíduos outrora investidos de autoridade nas comunidades é de extrema utilidade.

Dois períodos foram abarcados na elaboração deste trabalho:

- a) O primeiro privilegiou os anos 1940-1960, tendo-se circunscrito aos diários de serviço dos administradores coloniais no actual distrito de Marracuene. Com efeito, o sistema de administração indirecta fez das chamadas autoridades gentílicas extensão do poder administrativo colonial, elementos de transmissão de ideias de progresso às populações africanas para apenas servirem os pressupostos de dominação colonial.

Os registos dos administradores oferecem-nos um quadro de relações com os regedores e chefes de grupo de povoações. Isso confirma o que Melo Teixeira constatou: *"as autoridades tradicionais desempenharam as funções que o uso local lhes atribuía, no que não fosse contrário à soberania portuguesa."*<sup>96</sup> Augusto Lima, Evans-Pritchard e François Pouillon, também fazem apologia da importância da interacção dos agentes da administração colonial e os chefes tradicionais.

Os chefes tradicionais eram intermediários entre os nativos e o poder colonial. Devido ao seu condicionamento social a sua autoridade apresentava certa ambiguidade em determinados momentos. Porque eles passaram a desempenhar um duplo papel, ora procurando representar fielmente as comunidades do território que administravam segundo os seus próprios usos e costumes. Ora transmitindo ordens do administrador cuja política era dirigida em função das exigências impostas pelas necessidades de ocupação militar e controle administrativo do território.

---

<sup>96</sup> Melo Teixeira, op. cit.- p. 2.

Deste modo, muitos chefes tradicionais foram destituídos pela administração colonial e, em seu lugar foram nomeados outros, o que era acompanhado pela condenação simples ou, mesmo o desterro, conforme a gravidade da infracção.

Estas situações ditaram novas regras de legitimação porque implicaram a destituição de um chefe tradicional legitimado pela linha sucessória de descendência, por outro, em que a legitimidade na linha de sucessão, talvez fosse de segunda categoria, mas porque inspirava confiança ao poder colonial, era imposto no cargo às vezes em recompensa por serviços feitos.<sup>97</sup>

b)O segundo período abrange os anos 1975-1994, caracterizado pela criação de novas estruturas político-administrativas em substituição dos régulos.

É esta realidade, cujo tema tem como pano de fundo o que designamos "*Poder na Sombra*". Procuramos defender que com a independência terá havido uma ruptura abrupta com toda uma vivência secular, devido a adopção de princípios de governação local deslocados da forma de organização sócio-institucional das comunidades, então existente.

Registou-se a nomeação de dirigentes locais com apenas formação europeia sem, nenhuma visão do universo sócio-cultural que passaram a administrar.

Assumimos que, não houve um momento dedicado à reflexão em relação a adopção de formas de articulação e aproveitamento da autoridade dos chefes tradicionais, na relação com as instituições do poder estatal na governação local das comunidades.

Portanto a inadequação e ausência de identidade dos novos órgãos locais, que falam uma linguagem nova que não é hábito das comunidades não conseguiu fazer desaparecer a legitimidade do papel da autoridade tradicional como portador de conhecimentos sobre as tradições locais.

Deste modo, ao longo do nosso trabalho fomos apresentando evidências de que, alguns governantes contactaram os chefes tradicionais para efeitos de resolução de situações de âmbito local, ou seja, ligados ao meio natural e social.

É a este panorama que designamos "*Poder na Sombra*", que veio a repercutir-se no conflito armado entre o Governo e a Renamo, em que o protagonismo dos chefes tradicionais influíu nas alianças que as comunidades foram tendo com as duas partes.

---

<sup>97</sup> Muvetxa Nhlewana Mabzhaya estabeleceu-se como chefe tradicional principal em Marracuene... como recompensa da ajuda que prestou aos portugueses na luta contra o seu irmão mais velho e rival no trono, Mapunga Matchinana Mabzhaya e, depois o seu filho Mahazule Dumakazulo Mabzhaya. Este foi deposto em 1896, após ter lutado contra os portugueses em 1894-1895.

A esse respeito, de forma obstinada, Geffray e Jocelyn Alexander, observaram nos trabalhos que escreveram os efeitos que advieram do fenômeno exclusão e marginalização dos chefes tradicionais. Com eles concordamos que isso terá contribuído para as vulnerabilidades do poder do Estado localmente. Também concluir que, os chefes tradicionais são parte integrante da sociedade civil local, por isso, cremos que estiveram inseridos no amplo movimento de luta pela preservação das práticas locais.

## CAPÍTULO VIII RECOMENDAÇÕES

O maior desafio que este trabalho nos imputa é o relativismo ético de preservação de valores, o confronto entre os valores tradicionais, ditos do passado e os valores efémeros porque do presente.

A abordagem interposta pressupõe a colocação em oposição dos conceitos tradição e modernidade constituindo-se um modelo de um mundo dual, rural e urbano, bipolar de luta entre o velho e o novo, entende-se de jovens e adultos e, por fim, a separação entre o que são preocupações ou problemas dos pobres e, por outro, dos ricos.

Associa-se a ideia de que o mundo rural, o dos pobres, dos que preservam a tradição e, por sinal dos velhos, conserva o respeito pelas normas e instituições tradicionais porque não tem outra solução devido a sua fragilidade de desenvolvimento em relação ao meio urbano.

Geralmente, o meio rural é o das pessoas com comportamentos recalcados, e marcas culturais e religiosas de identidade do indivíduo em relação ao grupo.

Este é o mundo que contrasta com o urbano, no qual há maior afirmação da diversidade, devendo-se ao seu carácter cosmopolita, factores como a mistura étnica entre os locais e a presença visível de povos de outras origens, bem assim o ambiente de aparente liberdade.

A característica dominante de uma comunidade urbana é o sentimento de redução do nível de crença em relação aos valores tradicionais que, por contradição, cresce em momentos de crise.

É nos momentos de instabilidade social e política, que os sentires tradicionais são retomados como recurso à adversidade e injustiça.

Nessa procura de afirmação da legitimidade o elemento de identidade, como a linhagem, a chefia tradicional, a etnia no caso das associações como Ngiyana, surgem como a fonte unificadora de recurso.

Sob este signo é recomendável um debate mais aprofundado sobre o papel e o comportamento das autoridades tradicionais nos distintos sistemas sócio-políticos. E sobretudo nas zonas urbanas, devido a pouca clareza do seu papel em certos espaços, principalmente onde domina a ideia de que a autoridade tradicional é algo

fixo, inalterável e sem dinamismo. Todavia, é falso dizer que ela é um corpo estático, que não se adapta as marcas de mudança.

Actualmente muitas comunidades ou famílias servem-se do vinho branco, da cerveja e do próprio cigarro, que são artigos que simbolizam a modernidade, na celebração dos ritos de comunicação com os seus antepassados. O que importa é a preservação de um costume que, julgamos nós, deve estar englobado no seu próprio contexto cultural que o dá significado.

Pode-se assegurar o aproveitamento dos chefes tradicionais pelo conhecimento que tem dos usos e costumes locais, na explicação/divulgação de determinados conceitos políticos usuais nos esquemas governativos, como por exemplo, autarquias, descentralização, autonomia, etc.

O que se pretende é a construção de um sistema político-institucional mais operacional, que prima pelo conhecimento e valorização dos moldes ditos tradicionais, de modo a assegurar um poder local assumido e controlado pelas comunidades, que seria fonte de inspiração e base do poder de Estado. Isto requer maior pragmatismo, torna pertinente a instituição de um fórum periódico de chefes tradicionais enquadrado no sistema político-institucional.

Para terminar, é justo afirmar que, na presente fase histórica, exercem uma função sociológica de relevo e não apenas tradicional. Podem ter tarefas funcionais de controle social, educação, saúde e outras. Por exemplo, desempenharam papel de relevo na reintegração social dos ex-soldados através de rituais de purificação.

## BIBLIOGRAFIA

1. Abrahamsson, H., Nilsson, A.  
Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o período 1974 - 1992. - Maputo: CEEI, 1994. - 365 p.
2. Alexander, Jocelyn  
Terra e Autoridade Política no Pós-Guerra em Moçambique: O Caso da Província de Manica. - Maputo: ARQUIVO 16, 1994.- p. 5-94
3. Alves, A. Melo N. Teixeira  
Análise da Política Colonial em relação à Autoridade Tradicional.- Maputo: MAE, 1993.
4. Balandier, George  
Antropologia Política. - Lisboa: Editorial Presença: Biblioteca de Textos Universitários, 1980.- 202 p.
5. Bettencourt, José Tristão de  
Relatório do Governador Geral de Moçambique. - Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.
6. Botte, Theoderico César de Sande Pacheco de Sacadura  
Memórias e Autobiografia.- Maputo: Botte, 1985 -1986, Vol. II.- 309 p.
7. Claustres, P., Gauchet, M., Adler, A., Lizot, J.  
Guerra, Religião, Poder.- Lisboa: Edições 70, 1977.
8. Estudos Coloniais Portugueses: Exploração Portuguesa em Moçambique, 1500-1973.- Lourenço Marques: Tipografia Progresso, 1975.- 206 p.
9. Evans-Pritchard, E.E.  
Antropologia Social. - Lisboa: Edições 70, 1940
10. Fortes, M., Evans-Pritchard, E.E.  
African Political Systems. - Londres: International African Institute, 1940. -p. 201
11. Geffray, Christian  
A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique. - Porto: Edições Afrontamento, 1991.

12. Isaacman, Allen  
Régulos e Diferenciação Social e Protesto Rural: O Regime do Cultivo Forçado do Algodão em Moçambique, 1938 - 1961. - Maputo: RIEA, 1990
13. Junod, Henrique A.  
Usos e Costumes dos Povos Bantu: A Vida numa Tribo do Sul de África.- Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1974
11. Lima, A. M., Martinez, B., Filho J.L.  
Introdução à Antropologia Cultural.-Lisboa:Editorial Presença, 1987.-223 p.
12. Magode, José  
A Formação das Elites e do Estado e a Questão Nacional em Moçambique. - Maputo: CEEI, 1994.
13. Noronha, Eduardo  
A Rebelião dos Indígenas em Lourenço Marques. - Lisboa:Typografia do Jornal - O Dia, 1894. - 110 p.
14. Rita Ferreira, A.  
Povos de Moçambique: História e Cultura. - Porto: Edições Afrontamento, 1975.

#### TESES

1. Binford, Martha B.  
Stalemate: A Study of Cultural Dynamics. - Michigan: Michigan State University, Ph.D, 1971.
2. Feliciano, José Fialho  
Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique. - Lisboa:Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1989.
3. Lobo, Rafael Cárcamo de Almeida Rosa  
Alguns Aspectos Político-Administrativos na Província de Moçambique. - Lisboa: D. Técnica de Lisboa, 1966.
4. Martins, Olga  
"Va Ka Mpfumu", Lourenço Marques e Maputo: uma inter-relação problemática.- Maputo: UEM, tese de Licenciatura em História, 1995.

## DOCUMENTAÇÃO

1. Fundo de Marracuene, documentação primária dentre correspondência, registos e relatórios de administradores: cxs 15, 43, 106, 264 e 265.
2. Lundin, Iraê  
Algumas Considerações Sobre a Sociedade Amakhuwa.-Maputo:MAE, 1992, 41p.
3. Lundin, Iraê  
Relatório do trabalho de campo nas províncias de Sofala e Manica no âmbito do projecto... A autoridade/poder tradicional e suas bases de legitimidade.- Maputo:MAE, 1992. 56p.
4. Negrão, José G.  
A Questão Agrária em Moçambique.-Maputo: Documentos da Frelimo e do Estado da RPM, 1961 - 1981.
5. Zacarias, Agostinho  
Reflexão sobre a autoridade tradicional e a construção da nação moçambicana.- Maputo: Savana; destacável, 8.03.1996, 1996.-p.2.

## FONTES ORAIS

### Líderes Locais Entrevistados

Agostinho Mangwana, ndôta na côrte da Rainha Massinguitana Mabzhaya

Alexandre Chitlanta Mabzhaya, nganakana de Zintava

Ernesto Mabzhaya, nganakana de Hôbjane

Francisco Manjololo Mabzhaya, nganakana de Havele

Gonhassene Matuca, ndôta na côrte da Rainha Julieta Massinguitana

Julieta Massinguitana Mabzhaya, descendente directa de Muvetxa, considerada Rainha na chefia tradicional em Marracuene

Samo Vasco Honwana, nganakana de Bôvole

Vasco Matcheve, ndôta na côrte da Rainha Julieta Massinguitana

### Funcionários e Outros

Alberto Luís Magaia, delegado distrital de cultura

Alfredo Mabzhaya, residente no bairro Massinga

Américo Langa, técnico de pecuária na Direcção Distrital de Agricultura em Marracuene

Bulaze, é primo da Rainha Julieta Massinguitana

Carlos Mate, residente no distrito de Marracuene

Carlos Uaquete Palate, secretário do grupo dinamizador do bairro Massinga, bisneto de Joaquim Massinga, primeiro nganakana do bairro Massinga

Estevão Inácio Mondlane, técnico agrário

Francisco Nyaca, ex-delegado Distrital de Cultura de Marracuene, actual chefe de Secção Cultural na Província de Maputo

Jossias Chiconela, servente na Direcção Distrital de Cultura de Marracuene, actual chefe de Secção Cultural na Província de Maputo

Rui Valentim Manica, topógrafo, responsável de Geografia e Cadastro do Distrito de Marracuene

Daniel N'konwana, pastor protestante, estudioso em assuntos ligados ao grupo étnico ronga, natural de Marracuene

Elina Massinga, neta de Joaquim Massinga

Ernesto Simione Mabzhaya, secretário do Grupo Dinamizador

## ANEXO I

**Quadro 1**  
**Mapa da Divisão Administrativa e População de Marracuene em 1993**

Postos Administrativos	Localidades	Nº de Habitantes
Marracuene	Marracuene-Sede	20 841
	Michafutene	14 283
	Nhonganhane	19 758
Machubo	Taúla	1 839
	Macandza	3 631

Fonte: Manuel Miguel, técnico de planificação na Administração do distrito de Marracuene.

**Quadro 2**  
**Mapa comparativo dos recenseamentos dos anos 1964, 1965, 1966 e 1967**

Ano	Adultos			Menores	Total Geral
	Homens	Mulheres	Total		
1964	7992	8552	16544	12839	29383
1965	6615	7785	14400	12068	26460
1966	6071	8855	14926	13803	28729
1967	5912	8782	14964	13756	28450

Fonte: AHM, Fundo de Marracuene, cx 43, Administração e Estatística, 1964-1974.- João Monteiro Silva (administrador), 17.01.1967

**Quadro 3**  
**Mapa-Resumo Comparativo do Recenseamento da População para os anos 1973 e 1974, no actual distrito de Marracuene**

Anos	Adultos	Homens	Mulheres	Menores	Totais
1973	17348	9429	8251	14283	31977
1974	18652	9894	8752	13245	31897

Fonte: AHM, Fundo de Marracuene, cx 43, Administração e Estatística, 1964-1974.- João Monteiro Silva (administrador), 20.01.1974

Quadro 4  
CIRCUNSCRIÇÃO DE MARRACUENE – SEDE

Regedorias	Chefes de Grupo de Povoação		
Bobucuaana	Chaiaza	Cumbeza	Magenhana
	Mapixe	Zimpeto	
Laulane	Lichaza	Muchapo	
Macanda	Foliche	Machubo	
Macaneta	Bochuana	Muaize	
	Taula	Simbesse	
Maumata	Guêbo		
Magara	Abel	Gumbene	Dique
	Diche	Faftine	Galunde
	Gimo-Ócossa	Gou-Ene	Joaquim
	Mapulango	Mumemo	Pazimane
	Semende	Sigandel	Zintava
	Infaca	Mali	
Maxaquene	Gonine	Magubo	

POSTO DA MATOLA (CONCELHO DA MATOLA)

Regedoria	Chefes de Grupo de Povoação		
Matola	Anhana		Bedene
	Boquisso		
	Chinonanquila		Cobe
	Congolote		
	Estevel	Quilasse	Machemel
	Javel	Mutatel	Mualaza
	Magilana	Uamatibjana	Siduaba
	Singatel		

POSTO DA NAMAACHA (CONCELHO DA NAMAACHA)

Regedorias	Chefes de Grupo de Povoação	
Cocomela	Machabatimuca	Madevo
	Macanda	
	Massipenguane	
	Cucula	
	Mafavuca	

Fonte: AHM, Fundo de Marracuene, cx 106, Curadoria dos negócios indígenas, autoridades gentílicas, 1951-1958, bairros e povoações indígenas, 1960-1963.- Joao Granjo Pires (administrador), 8.10.1954.

Quadro 5

Gratificações devidas ás autoridades gentílicas envolvidas no censo geral da população em 1970

Função	Nome	Nº de dias	Pagto Unitario	Total a Pagar
Regedor	Rafael Mabzhaya	10	35\$00	350\$00
Chefe de Grupo - Sigandele	Luis S. Nhamazana	5	25\$00	125\$00
Chefe de Grupo - Manjololo	Abel Francisco	5	25\$00	125\$00
Chefe de Povoação	Carlos Chibindji	5	15\$00	75\$00
Chefe de Povoação	Alberto Magaia	5	15\$00	75\$00

Fonte: AHM, Fundo de Marracuene, cx 43, Administração e Estatística, 1964-1974.-João Monteiro Silva (Chefe da Área do Recenseamento), 10.12.1970.

Quadro 6

Mapa das gratificações devidas ás autoridades gentílicas da área desta circunscrição nos termos da alínea b) do art.º 2º da P.M. Nº 13.128, de 19/4/1950, pela sua interferência nos contratos de trabalho realizados nesta Agência de Curadoria durante o ano de 1950.

Áreas	Regedores	Nº de Contratos	Nº de trabalhadores contratados	Gratificações correspondentes
Sede	Magaia	47, 48, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 69, 74, 76, 78, 79, 89	57	1425\$00
	Bobuciana	52, 59, 61, 71, 74, 75, 81, 82, 87, 88	12	300\$00
	Laulana	58, 59, 60, 69, 74, 75, 87, 89	11	275\$00
	Macanda	47, 48, 56, 57, 67	6	150\$00
	Maxaquene	56, 67, 71, 80	5	125\$00
	Maumata	68, 69, 71, 74, 87, 88	6	150\$00
	Macaneta	47, 54, 60, 62, 63, 75, 86	13	325\$00

Fonte: AHM, Fundo de Marracuene, cx 106, Curadoria e negócios indígenas: autoridades gentílicas, 1951-1968; bairros e povoações indígenas, 1960-1963.- João Granjo Pires (administrador), 8.10.1954.

Quadro 7

Justificativo das remunerações a que tem direito os regedores indígenas desta circunscrição nos termos do Artº 1º da Portaria nº 10.836, de 26 de Fevereiro de 1955, respeitante ao mês de Dezembro de 1957

Nomes	Efectividade	Remuneração Mensal	Total a pagar
Magaia	Todo o mês	550\$00	550\$00
Bobuciana	Idem	550\$00	550\$00
Macanda	Idem	550\$00	550\$00
Macaneta	Idem	550\$00	550\$00
Soma			2.200\$00

Fonte: AHM, Fundo de Marracuene, cx.106, Gratificações e Remunerações as autoridades gentílicas de 1956 -1957.- Joao Granjo Pires ( administrador), 4.12.1957

**Quadro 8**  
**Relação dos indígenas que se encontram a residir no talhão nº 34 da margem esquerda do rio Incomáti .**

Nº	Nome do Chefe de Família	Nº de Pessoas de Família	Gado
1	Milisso Mnungo	6	32 bovinos
2	Cumbo Nandja	2	
3	Magevo Tchabana	4	
4	Milisso Nandja	1	
5	Quilasse Nandja	2	5 bovinos
6	Eboco Chuma	3	

Fonte: Fundo de Marracuene, cx 264, Fomento: Demarcação e concessão de terrenos, 1957-1960.- João Granjo Pires (administrador), 14.03.1955

## ANEXO II

Entrevista com o Pastor Daniel Nkonwana, em 15 de Julho de 1996

Nome: Daniel Nkonwana

Natural: Marracuene

Nascido em: 1920

Formação: Graduado na Faculdade de Teologia de Ricatla

### Origem do nome Marracuene

O nome vem do rio Incomati, nos tempos remotos no actual batelão havia um barco, utilizado para a travessia, o que era do conhecimento dos próprios moradores.

A autoridade antiga antes dos colonizadores havia feito uma fortaleza, em N'kanhine, agora chamam Macaneta II, depois do rio.

A autoridade tradicional ficava em Bovôle, era a terra do Nondjwana. Este teve três filhos, o Mahlangwana, Honwana e o N'cumba, tendo dividido o reino por eles.

Mahlangwana que era o filho mais velho ficou com as terras desde Bovôle até Matola-Rio; o segundo filho Honwana entre Bovôle e Palmeira, no lago M'pate; e o N'cumba nas actuais terras de Tembe, isso antes da chegada de M'pfumo, Mabzhaya e Matsolo.

A sede do Nonjwana Mahlangwana, era Bovôle, hoje chamam Nhongonhana ou Muvetxa.

Nhongonhana foi neto de Nondjwana e filho de Mahlangwana. Nondjwana tinha estabelecido, a sua fortaleza para além do rio Incomati, onde tinha as suas forças escondidas, só as chamava quando houvesse ataques.

### Fixação dos Mabzhaya em Marracuene

Quando chegaram os Mabzhaya vindos dos Montes Libombos encontraram os Nondjwana e Honwana. Eles são netos do Libombo, assim como o são, M'pfumo, Nwamba e Matsolo. (Libombo é filho de Dhlamine da actual Swazilândia).

Estes netos de Libombo distribuíram-se pelos actuais territórios que hoje ostentam os seus nomes.

Mabzhaya que era o filho mais velho foi directo até a fortaleza dos Nondjwana, porque já fazia uso de azagaias de ferro tendo obrigado as forças de Nondjwana a renderem-se.

Nessa altura, os Mabzhaya eram conhecidos pelo nome de Ngomana, o nome Mabzhaya é alcunha dada pelos Nondjwana, porque quando os encontraram depois de terem morto um búfalo, como não conhecessem as armas de ferro, faziam uma lareira e aproximavam o animal para conseguirem raspar a sua pele, após o que assavam a carne.

Quando apareceram os Ngomana com o ferro, disseram-lhes que *"vocês estão a brincar com a carne"*, começaram a cortar o animal tirando-lhe a pele, e, de seguida dividiam em pedaços usando os instrumentos de ferro.

Então os Nondjwana diziam que os Ngomana são os que tem coisas que faziam waya, waya..., são os Mawaya e mais tarde ficaram Mabzhaya.

Quando os Mabzhaya entraram nas terras de Mahlangwana, este teve receio de enfrentar a força dos Ngomana, assim rendeu-se. O seu pai Nondjwana que já era muito velho não ficou satisfeito por o filho não ter resistido, optando ele próprio por preparar homens para a resistência aos Ngomana.

Os Ngomana ao se aperceberem, organizaram uma festa com muita bebida e convidaram Mahlangwana para fazer acompanhar-se do pai Nondjwana.

No interior da palhota onde devia decorrer a recepção, fizeram uma cova e introduziram paus aguçados, por cima a cobrir a cova puseram esteiras.

Chegados ao local, disseram ao pai de Mahlangwana, após o receberem com todas honras devidas, para se sentar no lugar escolhido por eles. Nondjwana quando ia se sentar, precipitou-se para o fundo da cova e perdeu a vida.

Com a morte do pai, Mahlangwana, não opôs resistência, assim como os seus súbditos, tendo deste modo, se rendido aos Ngomana.

Os Ngomana dividiram-se em partes do território, onde o "hósi" era dirigente máximo e sumo sacerdote da terra, era ele que falava com os antepassados, quando houvesse pragas ou falta de chuva.

Os chefes ou "vantwana", em língua da Suazilândia, porque os Mabzhaya vinham de lá, em Gaza chamam-se "tinganakana". Estes eram sacerdotes nas suas parcelas e não havia querelas de limites, porque os limites eram definidos por árvores de

grande porte. Por outro, o facto da densidade populacional ser menor e entre a vizinhança a distância ser de 10 quilómetros dificilmente haviam conflitos.

Cada povoação era muito vasta com espaço para culturas e para pastos. Para além das árvores grandes que constituíam marcos de separação entre as terras, existiam pessoas eleitas nas povoações que viviam nos limites para velarem nos casos de penetração de gente de outras povoações.

A resolução de conflitos sobre terras era canalizada ao "hôsi", que podia reunir-se com outros "tihôsi". Antes haviam advogados, os "va himele", isso dito em ronga.

### Rituais de Crise

Quando houvesse pragas, o "hôsi" resolvia com os curandeiros especializados, pois, estes é que viam o que era necessário fazer, por exemplo, para convocação de toda a população ou para ir ao cemitério.

O "hôsi" evocava os antepassados, citando os seus nomes (da família real), falava da peste e pedia para que transmitissem a um Deus desconhecido.

Ao acto assistiam o curandeiro da terra, geralmente era familiar do "hôsi", que seleccionava as pessoas que deviam estar presentes na cerimónia para o pedido da chuva, fertilidade da terra, acabar com a peste e a fome.

Por vezes, acontecia ao terminarem o acto começar a chover fortemente.

Para abrir um poço de água escolhiam lugares que não houvesse mata, próximo da árvore "Muthlu", em ronga, ou dhlôzi em língua swâzi. O poço era feito na presença do "hôsi" porque era necessário evocar os antepassados.

No "kupahla" levam cabritos e galinhas deixando-os vivos no local da cerimónia, isto é, no cemitério, representando sacrifício para oferecer os antepassados. Regressados as residências podiam matar e comer os animais reservados para o efeito.

Existiam cemitérios familiares próximos de cada povoação, cada família tinha os seus deuses.

Nos cemitérios dos "tihôsi" e seus familiares é onde se faziam os cultos de todo o território. A posição dos mortos, tinha tradição própria, com a cabeça virada para o oeste, isto significa que *"quando o dia passa põe-se a oeste e, também porque a pessoa desapareceu"*.

### Concessão de terras

Antes a concessão de terras era feita pelo "hôsi", mais tarde, o Governo colonial apoderou-se de todas as formalidades para o efeito, cabendo ao administrador chamar o régulo/hôsi e informá-lo que no seu território precisava-se de terras.

Casos há em que as populações mostravam resistência para abandonar as terras. A indemnização por ocupação de terras aparece mais tarde, quando a população começa a construir palhotas melhoradas ou, porque tinha pomar (árvores de fruta).

### O Nome e o Apelido/Xilôso

Geralmente o nome atribuído a uma criança recém-nascida era dos antepassados ou acontecimentos, por exemplo, se nascesse num momento de dilúvio tomava o nome do acontecimento. A criança que nascia no caminho ficava com o nome de Ndlelene.

O apelido é a raiz da família, tem relação com os antepassados e a terra de pertença.

Há terras que mantêm os apelidos da etnia e da família. Também porque antigamente era proibido o casamento entre indivíduos com o mesmo apelido. Caso contrário, era preciso chamar um curandeiro para fazer cerimónia para que não tivessem azar, e podia traduzir-se no nascimento de um filho coxo ou mudo.

O poder de um chefe tradicional significa a autoridade sobre a terra, pessoas e as árvores.

Matchinana era nome do chefe do território que era a raiz dos Mabzhaya, local onde tinham as forças guerreiras concentradas na fortaleza, por isso é que era a sede grande dos Mabzhaya.

A autoridade desses chefes fazia-se sentir nos seus lugares, mas quando houvesse problemas graves entre os "varjonga", os chefes M'pfumo, Nwamba, Mabzhaya e Matsolo, entre outros, encontravam-se em N'kanhine, isto é, em Matchinana.

Em Bovôle estava baseado Nhlewana, que era irmão mais novo de Matchinana. Foi seu irmão, porque desentenderam-se, na era de Muvetxa Nhlewana, este com o auxílio dos portugueses tornou-se "hôsi".

Os guerreiros fortes de Mahlangwana estavam em Matchinana (fortaleza), eram os M'Panguene e Mangwana, conhecidos por serem maus e pelas drogas que tomavam.

### Os GD's e os chefes tradicionais depois da independência

Com a independência houve usurpação do poder dos chefes tradicionais, até hoje há querelas com estes, porque ter rancôr por aquilo que passaram.

Grande parte dos GD's eram constituídos por vadios, "*sabe um vadio quando tem chance de mandar faz e desfaz*", por isso é que estes tem rancôr e ódio, porque foram usurpadas as suas parcelas, os seus animais e as suas residências. Nesse caso, diziam que as casas haviam sido construídas pela administração colonial e, daí deviam abandoná-las. Não sei como é que lhes foi dada essa autoridade.

### ANEXO III

Nome do Entrevistado: Alfredo Mabzhaya

Idade: 58 anos

Naturalidade: Bairro Massinga/Marracuene

Data da entrevista: 22.07.95

Pergunta (P): *De que forma os Nhlewana Mabzhaya se sobrepuseram aos Matchinana Mabzhaya na liderança da tradição em Marracuene?*

Resposta (R): Matchinana Mabzhaya filho mais velho de Ngomana teria se fixado em Macandza ou, mais tarde Matchinana. O pai Ngomana, na mesma altura, teria cedido a chefia das terras de Nhongonyana ao filho mais novo, Nhlewana Mabzhaya. Nhongonyana veio a tornar-se sede dos Mabzhaya, porque foi onde se deu a conquista e usurpação do poder dos Mahlangwana.

Com o decorrer do tempo, Nhlewana declarou-se chefe principal, porque dizia ele, administrava o lugar de conquista e que, a terra de Macandza administrada por Matchinana era apenas o limite territorial até onde decorreu a perseguição aos Mahlangwana.

P: *Pode dar o historial genealógico dos Nhlewana Mabzhaya até a altura da independência do país?*

R: Segundo se sabe, Nhlewana foi quem gerou Muvetxa, e este gerou Mubango, depois veio a seguir-se Maguebeza, que por sua vez, gerou Gonwíne, o filho mais velho e Albino o mais novo, isto na casa principal (com a primeira mulher) e, Rafael na casa menor, ou seja, com a segunda mulher.

Porque a poligamia era prática, não sendo assim estranho o "Hôsi" ter duas ou mais mulheres.

Também, por tradição o filho mais velho da casa maior é quem devia suceder o pai no trono. Por via dos costumes locais, Gonwíne, foi proclamado "Hôsi" quando morre Maguebeza.

Tal como o pai, Gonwíne, teve mais uma de casa, destas importa mencionar duas, a principal na qual gerou Julieta Massinguitana e na segunda gerou Armando Kangadzwana.

Segundo os moldes locais, Julieta devia suceder o pai Gonwíne, todavia, por já se encontrar no lar não aceitou e em seu lugar foi indicado o irmão Armando.

Mais tarde, Mpêhle, com a morte de seu pai Armando Kangadzwana ficou-lhe destinado o trono.

Por ser muito novo, Albino filho da primeira casa de Maguebeza e avó de Mpêhle, foi indicado para reger o trono até que este atingisse a idade necessária.

Nesta altura, Albino passou a residir em Nhongonyana, sede do reinado, e Rafael, seio meio irmão ficou chefe de Hâvel e, também encarregado pela educação do neto-herdeiro Mpêhle.

A ambição de Rafael pelo posto de régulo, como já se designava no tempo colonial, levou-o a convencer Mpêhle para reclamar o trono e voltar a Nhongonyana. Isto verifica-se no período das festas do fim de ano (quissimussi).

No entanto, em Nhongonyana, Mpêhle apaixonou-se por uma rapariga e, reconhecendo-se "Hôsi" julgou-se no direito de "ganhar" a preferência da rapariga em detrimento dos que a acompanhavam.

Nisto, depois de saírem da cantina, onde iam fazer as compras da quadra festiva, Mpêhle encetou uma perseguição à mulher acompanhada, presumivelmente, para reconhecer o local onde residia.

Durante o percurso, diz-se que, os homens após várias tentativas para o obrigarem a desistir dos seus intentos, sem o conseguirem, resolveram esmurrá-lo até a morte. Cientes da gravidade do acto, os referidos homens decidiram-se por arrastar o corpo até a linha férrea. A ideia era imputar a causa da morte a um acidente ferroviário.

Entretanto, quando vinha o comboio o seu maquinista apercebeu-se da presença de um corpo humano na via férrea, tendo conseguido a tempo travar a marcha.

Ao reconhecer o cadáver, comunicou a administração que, sem mais delongas se deu ao trabalho de averiguar as possíveis causas.

Porém, porque as conclusões deram como razão da morte o assassinato, Rafael ansioso de ocupar o posto de "Hôsi", aproveitou-se do facto para incriminar Albino, porque segundo ele, não desejava devolver o trono ao seu neto.

Com esta orquestração, Albino foi preso e deportado para Bela-Vista, Matutuine, onde segundo diziam as autoridades coloniais, fôra aprender a governar.

Era tabú dizer-se que o "Hôsi" foi destituído ou morto. Geralmente era avisado o "Hôsi" de outra terra distante para receber o destituído, apenas com a informação da necessidade de o receber.

Foi assim que Rafael chegou ao trono. Cinicamente, o administrador colonial teria perguntado aos conselheiros de Albino, neste termos -onde foi o vosso "Hôsi"- e todos diziam que foi aprender a governar.

Rafael não permaneceu muito tempo no trono, quando morre veio Lourenço, seu filho. Este governou até a chegada da Frelimo. Recorde-se que, Lourenço, nunca chegou a ser reconhecido pela comunidade, até hoje é contestado, embora tenha falecido há bastante tempo.

- O entrevistado concedeu-nos estas informações na cadeia distrital, segundo soubemos, teria sido preso por ter agredido um ladrão que havia se acercado dos produtos da sua machamba. Porque violamos a norma, segundo a qual o prisioneiro não estava autorizado a dar entrevistas, fomos "*convidados*" a permanecer algumas horas no edifício da polícia distrital para se proceder as devidas averiguações.

Felizmente, a odisseia terminou da melhor maneira.

## ANEXO IV

Nome do entrevistado: Américo Langa

Idade: 59 anos

Naturalidade: distrito de Manjacaze/Gaza

Ocupação: Técnico de Pecuária no distrito de Marracuene.

Data da entrevista: 28.07.95

*Pergunta (P): De que modo, se pode estabelecer a relação entre o tempo colonial e o contexto actual?*

*Resposta (R):* Nos anos passados tínhamos uma ligação de trabalho muito forte com os chefes tradicionais ou régulos. Sempre que houvesse trabalho num determinado lugar, fazíamos um documento avisando que iríamos lá trabalhar, em hora e dia.

Deste modo, não era necessária no próprio dia de trabalho a presença do chefe de terras para nos acompanhar.

Em caso de vacina anti-rábica o aviso era enviado aos régulos e chefes de terras, os quais informavam a população que tivesse cães e gatos.

A concentração das pessoas fazia-se em casa do régulo ou chefe de terras.

Quanto aos terrenos, sempre que fossêmos visitar para tratar desses casos, iam na companhia do administrador. Nós aproveitávamos para ver se o lugar tinha muitos criadores ou não, se o lugar é de pastagem de gado ou de passagem do gado para o tanque carracida.

Por onde é passagem ou pastagem do gado não devia ser ocupado, nem para fazer machamba ou construção. De facto o trabalho andava bem.

Hoje em dia não está a andar bem. Podemos ter uma vacinação num tanque determinado e mandamos um aviso para GD, este não avisa a ninguém. Fica com o papel e nada faz, vamos lá e não apanhamos ninguém, por vezes, mandam o aviso com um dia de antecedência e nada é feito.

Esta é a diferença entre o GD e a autoridade tradicional.

Na ocupação de terrenos, o GD quando alguém chega a pretender um espaço, autoriza sabendo que é passagem do gado para o tanque ou para pastagem.

Outro problema, é o facto do pessoal de Geografia e Cadastro não se fazer acompanhar de pessoal da Pecuária quando é altura de fazer a demarcação dos terrenos. Não há preocupação em saber se é reserva, fazem demarcações e metem a charrua a trabalhar, enquanto é reserva para o gado. Isto cria barulho entre agricultores e criadores.

*P: Que procedimentos considera serem a origem ou não de conflitos, principalmente em relação a terras?*

R: Dantes, quando alguém chegasse a um local vindo de longe, sem lugar para se hospedar, por não ter alguém de confiança, dirigia-se ao chefe de terras. Este indicava-lhe o lugar onde podia construir a sua casa.

Enquanto estivesse a construir podia ficar em casa deste chefe. Os conflitos de terras não eram normais. Agora há confusão, os GD's estão a vender terras embora o Governo diga que não. Há casos em que se cobra dinheiro por um terreno ou talhão, a duas ou três pessoas, daí surge o barulho porque todos se encontram quando estão para construir.

Até eu tenho um terreno requerido, o qual havia sido vendido a outro alguém. Quem fez isto foi o falecido André Mandlaze, antigo funcionário da administração e secretário do GD do bairro 25 de Setembro.

Era negócio dos GD's, não consultavam os chefes de terras.

Para muitos casos as partes em disputa, optavam pelo acordo de cavalheiros.

Neste momento o que era necessário fazer, em relação aos conflitos de terras e pastagens, era retornar-se aos moldes antigos de trabalho com os chefes tradicionais. Também em relação a Pecuária, Geografia e Cadastro nenhum devia parcelar os terrenos sem a presença do outro. Porque em muitos casos estes conflitos criadores, agricultores e construtores devem-se a ausência de contacto.

Assim, evitar-se-ia a ocupação de reservas de pastagem e passagem do gado para o tanque, porque se o gado não banha as carraças vão afectá-lo, chupando o seu sangue.

P: *Qual era a utilidade da criação animal, especialmente, o gado bovino para os criadores?*

R: Há anos atrás havia muito gado em Marracuene. A espécie dominante era o gado bovino sendo útil para:

1. A sua criação extensiva era para a lavra das terras dos agricultores;
2. Outros, tinham gado para carregar ou puxar a carroça de produtos para o mercado;
3. Alguns, na sementeira de hortícolas, faziam o aproveitamento do estrume, vendendo-o, ou geralmente, ofereciam;
4. Por último os criadores vendiam o gado para efeitos de lobolo, casamento e missa.

P: *Indique as principais culturas da região, referindo-se também, às zonas de maior importância económica?*

R: Em tempos, aqui em Marracuene, cultivava-se o arroz, milho, batata-doce, mandioca e couve. Faziam o cultivo na planície do rio Incomáti. Mais tarde é que se passou a meter a alface.

Antes de 1975, os agricultores em maioria eram privados portugueses e chineses, estes de preferência cultivavam hortícolas. Maior parte dos africanos dedicavam-se a agricultura familiar.

De 1975 a esta parte passaram a ser os africanos o grupo de agricultores dominantes.

O arroz era feito por privados brancos, portugueses como os senhores Verde e Rodrigues. Presentemente, estão ainda em Marracuene; todavia, devido a salinidade das águas do Incomáti, eles pararam de cultivar o arroz. O Rodrigues agora faz hortícolas, o Verde é carregador e transportador, também faz hortícolas apenas para consumo familiar.

O cultivo do arroz e milho agora é feito em Bôvole, quem o faz é um agricultor privado português, o sr. Diniz, é o único e abastece a SEMOC.

Quanto a criação animal, com o regresso de muitos criadores, o lugar de grande concentração criadora é a zona de Macaneta I e II.

Devido a guerra muitos criadores foram se concentrar nestes locais, atravessando o rio por ser uma zona segura, não que ofereça melhores condições geo-físicas.

A pastagem é feita na planície e na margem direita do rio, em Hobjane e Macaneta II. Em Matchinana, mais a norte, é onde há melhores pastagens, também em Machubo com pastagens extensas, porém, persiste o problema de terrenos que são invadidos para a construção enquanto eram reserva.

*P: Refira-se aos efeitos produzidos pela guerra e salinização das águas do rio Incomáti?*

R: A guerra estragou muita coisa, sobretudo na criação animal. Antes da guerra entrar já se verificava um decréscimo do número de animais, porque havia facilidade na compra de tractores, isso na década 80.

Maior número de criadores de Machubo tinham vendido o seu gado ao matadouro para adquirirem tractores. Devido a onda de roubos de gado bovino, muitos criadores preferiram abater o seu gado e vender a carne para depositarem o dinheiro no banco. Hoje aguardam que o Estado cumpra a promessa de venda de gado, visto que, tem dinheiro depositado.

*P: Haverá aqui em Marracuene, uma região economicamente especial?*

R: Machubo é a maior área económica do distrito porque, possui maior número de áreas agrícolas, também porque a água do rio Incomáti, mais a norte, não foi afectada pela salinidade.

## ANEXO V

Nome do Entrevistado: Estevão Inácio Mondlane

Ocupação: Técnico agro-pecuário

Data da entrevista: 7.07.95

Pergunta (P): *Em quantos períodos define os níveis de produção animal no distrito?*

Resposta (R): A periodização do gráfico de produção animal pode ser vista da seguinte forma:

1. Período, 1972-1974, período áureo, acompanhado pelos primeiros sinais de mudança que, em 1974, culminaram com o golpe de Estado em Portugal e instauração do governo de Transição em Moçambique.
2. Período 1975-1980, caracteriza-se pelo abandono, massivo dos agricultores e criadores brancos, em face da queda do sistema colonial português em Moçambique. Emergência de uma classe de novos agricultores sem experiência. O que é marcante é a falta de assistência aos tanques carracidas e a ausência do apoio do Estado.
3. Período, 1989-1992, abate do gado e venda da carne porque temia-se os ataques da Renamo e o medo de perder tudo. A guerra agrava a onda de roubos, pelo que, a preferência é a venda para ter dinheiro no banco.
4. Período, 1993-1995, regista-se uma recuperação gradual, houve a retomada dos programas de vacinação animal, sendo provável atingir-se a proporção das três mil cabeças bovinas em relação às 1568 do período anterior.

Porém, continua a falta de tanques carracidas e, sobretudo o transporte para nos deslocarmos a fim de se dar assistência aos animais.

P: *Como avalia o interesse dos privados por este sector?*

R: Presentemente, há 400 criadores no distrito, não sei dizer se a tendência será de subir ou descer, porque alguns eram deslocados.

Também, por muitos agricultores e criadores serem ao mesmo tempo, negociantes. Talvez isso seja factor da guerra. O que é dominante é a venda de gado e não a troca para práticas sociais como o lobolo. Isso só em Gaza.

P: *O que é que aflige actualmente o sector pecuário?*

R: Agora há o conflito entre o sector da agricultura e o da pecuária. A causa está nas reservas e pastos dos animais que estão sendo ocupados pelos agricultores. Isso é mais acentuado em Machubo.

A salinidade da água do rio Incomáti é outro problema, antes tirava-se muita coisa do campo em cada campanha. Actualmente, o gado de Macaneta bebe água em Hobjane, a 13 Kms. Há lá um pantano ou lagôa, onde chega água doce devido a existência de uma duna que impede a penetração de água salúbre.

## ANEXO VI

Nome do Entrevistado: Rui Valentim

Idade:

Naturalidade: Manica

Ocupação: Responsável distrital de Geografia e Cadastro.

Data da entrevista: 27.07.95

*P: Qual tem sido o espaço de intervenção dos líderes ditos de base no seu sector?*

R: Temos recebido pedidos de agricultores e criadores, para isso, entramos em contacto com os presidentes de localidade e, estes, com os responsáveis do bairro onde se situam as terras requeridas.

Nem tudo são rosas, apesar destes trâmites, usualmente aparecem várias pessoas a reclamarem o direito de propriedade da mesma área. Por isso, na sede do distrito criámos uma comissão para resolver possíveis litígios. Esta comissão inclui elementos do tribunal.

Existe a reclamação apresentando um documento legal, outra, por direito consuetudinário, de nascimento no local. Temos considerado os dois tipos, atribuindo uma área alternativa. Embora estejam a reduzir em número casos deste tipo, os normais são os de campas e cajueiros do pai, avó, que tem merecido a nossa sensibilidade.

As pessoas testemunhas, geralmente, são os mais influentes da zona, outrora chefes tradicionais, incluímos também os secretários dos GD's porque a maioria são naturais.

Contudo, este procedimento é recente, antes não havia este aspecto (de 1975 à 1992), porque hoje fazemos assim, verificam-se poucos casos de litígio.

Em muitos processos fazemos constar as declarações dessas pessoas influentes e secretários dos GD's. Enquanto não forem casos de ocupação de áreas extensas admitimos que sejam os chefes locais a fazê-lo.

*P: O que tem feito para resolverem os conflitos de terras?*

R: Já houve uma campanha de atribuição de títulos de propriedade da terra às famílias locais, porém apenas 383 levantaram os respectivos títulos. Continua a haver muitas famílias sem título, mais isso pouco nos preocupa. Existe uma comissão que responde pela atribuição de terra às pessoas regressadas.

*P: O índice de conflitos de terras será alto? Porquê?*

R: O distrito de Marracuene por estar localizado próximo da cidade de Maputo, não teve muitos casos de abandono completo de terras, porque as pessoas estavam cá

durante o dia, apenas pernoitavam na cidade capital durante o período da guerra Governo/Renamo. É a razão de não haver muitos conflitos.

P: *Como caracteriza o sector agrícola no presente?*

R: Em termos agrícolas, Marracuene está em baixo, os agricultores produzem hortícolas, banana, feijão e milho em pequenas quantidades.

A lista nominal de agricultores do distrito é extensa, contudo, na prática não existem, todos se queixam da salinidade, da fraca pluviosidade e do fraco apoio da administração.

P: *Haverão aqui em Marracuene, zonas que gozem do estatuto económico especial?*

R: As áreas de maior concentração são Machubo e Nhongonyana, ricas em agropecuária.

Mais para o norte o rio Incomati tem água doce, em Machubo, mas o arroz produzido é pouco. Também se faz a criação de gado bovino, caprino e de galinhas.

## ANEXO VII

Nome do Entrevistado: Francisco Manjololô Mabzhaya

Idade: 49 anos

Ocupação: Chefe de Terras de Hâvel

Data da entrevista: 29.07.95

O feiticeiro nas comunidades é uma "peste". Ele é sinónimo de desgraça, azar, pouco dado à harmonia entre parentes, vizinhos, colegas e, constitui um perigo à vida do chefe da comunidade e respectiva ordem social.

Contrasta com a função utilitária de aconselhamento do curandeiro, portanto, na óptica dos seus entrevistados aparece associado a presença do mudhiwa, ou seja, a força do mal, é expressa pelo fenómeno "Kupfuka", que expressa a vingança do morto aos vivos. Um informante conta que, a sua presença manifesta-se por meio de muitas pessoas doentes na família. Quando num casal o esposo não consegue fazer sexo com a mulher, mesmo fazendo amor não consegue fecundar a mulher, ou o seu sexo não fica erecto, casos em que a mulher fica com as partes íntimas duras e frígidas. Este fenómeno denota a acção de uma serpente que puxa o sangue do visado, o *Nwa Milambo*.

Se o mudlhiwa, é força do mal, a esse mal atribui-se o nome de Nwa Milambo é a serpente invisível que é enviada para agir contra o homem.

Geralmente, o mudlhiwa, traduz a vingança do morto a uma pessoa viva.

Também provêm do "Ku Tsema" quando a pessoa sujeita-se a uma vacina, por meio de uma planta ou raiz própria que se dizia poder dar sorte, dinheiro, mulheres ou homens e gozar respeito, sobretudo medo de gente terrena.

Francisco Mabzhaya narra a história de um concunhado que vivia em Macaneta, mas com uma casa no bairro Massinga.

*"O meu cunhado tinha três mulheres, todas com filhos, vivendo em Macaneta. Em Massinga tinha outra casa, na qual, apenas ele podia entrar. Um dia morreu acidentado por um tractor. Na passagem do oitavo dia, após a deposição de flores, os familiares resolveram abrir o seu quarto localizado em Massinga, bairro.*

*Quando abriram a porta do quarto, deparam-se com uma sêrpente com a cabeça levantada na sua direcção, tiveram de fugir. Até hoje não voltaram ao local, mas sabe-se que havia um pote no quarto, onde o concunhado deitava sempre água, supondo-se que fôsse para a referida serpente.*

*Era o seu segredo, o que protegia as suas riquezas, derivou do "Ku tsema".*

*Com a sua morte já não há ninguém para dar de beber a cobra, e, por via disso, segundo o que é dito, já morreram afogados alguns filhos do falecido, porque não há ninguém para alimentá-la.*

Alguns definem este fenómeno, como artifício para através do mal conseguir prosperar na vida. Não havendo grande diferença com o muloyi, feiticeiro, pelos objectivos e meios.

Os objectivos são de prosperidade económica, social, ou profissional, e não de matar ou desgraçar gratuitamente. Os meios são o ku tsema, ku kamba ou ku kehla, significando tomar uma vacina, através de cortes com lâmina em certas partes do corpo, e unção de remédios feitos a partir de raízes ou plantas. Podendo ser, também, sob a forma de animais preparadas por curandeiros que lhes davam esses poderes.

Por exemplo, em relação ao cunhado do nganakana Francisco Manjololo, a morte por afogamento dos seus filhos é interpretada como reacção do Nwa Milambo, ao facto de não haver alguém para assisti-lo, e, porque o seu habitat é onde haja água, por essa razão o afogamento dos filhos é visto como tendo sido engolidos pelo Nwa Milambo.



\* Parte frontal da residência do chefe Nabozeke, anexada pela Administração Colonial. Após a independência convertem-se em sede do crânio.  
NABONGONBANE.



\* Parte lateral da residência.



\* Local onde decorreu o ritual de celebração da paz, em 1992. Pode-se ver furos espetados no solo, neste ponto foram assados os animais mortos no ritual.  
NONGONBONG.



\* Monumento erguido em memória dos guerreiros que morreram na Batalha de Terracene, em 1885. Ao fundo pode ver-se o Rio Incomatê.



\* "Mintimu" / cementerio onde están depositados os restos mortais da familia real Ntewana Mabeboya.  
Nobongobane.



\* O director distrital de cultura de Tloaneane, Alberto Luis Magais, indicando a entrada para o "mintimu" / cementerio do Ntewana Mabeboya.  
Nobongobane.

